



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – UFPB
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES – CCHLA
NÚCLEO DE CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS - NCDH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA E
POLÍTICAS PÚBLICAS - PPGDH**

MARIANA LIMA DE SOUSA

**“MEU MEDO MESMO É DE MENSTRUAR NA ESCOLA”:
VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS CONTRA ADOLESCENTES
EM DECORRÊNCIA DA POBREZA MENSTRUAL NA CIDADE DE
JOÃO PESSOA – PB**

JOÃO PESSOA - PB

2025

**“MEU MEDO MESMO É DE MENSTRUAR NA ESCOLA”:
VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS CONTRA ADOLESCENTES
EM DECORRÊNCIA DA POBREZA MENSTRUAL NA CIDADE DE
JOÃO PESSOA – PB**

Defesa de mestrado apresentada no Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas (PPGDH), na Universidade Federal da Paraíba – UFPB, para obtenção do título de mestra em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas.

JOÃO PESSOA - PB

2025

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S725m Sousa, Mariana Lima de.

"Meu medo mesmo é de menstruar na escola? :
violações de direitos humanos contra adolescentes em
decorrência da pobreza menstrual na cidade de João
Pessoa-PB" / Mariana Lima de Sousa. - João Pessoa,
2025.

142 f. : il.

Orientação: Rebecka Wanderley Tannuss.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA.

1. Direitos Humanos - educação. 2. Pobreza
menstrual. 3. Adolescência. 4. Políticas públicas. 5.
Cidadania. I. Tannuss, Rebecka Wanderley. II. Título.

UFPB/BC

CDU 341.231.14:37(043)

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA E
POLÍTICAS PÚBLICAS



ATA DA SESSÃO DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DO(A) MESTRANDO(A)
MARIANA LIMA DE SOUSA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA E POLÍTICAS PÚBLICAS/CCHLA/UFPB

Aos vinte e quatro de outubro do ano de dois mil e vinte e cinco, às quatorze horas, no Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas, realizou-se a sessão de defesa de Dissertação do(a) mestrando(a) Mariana Lima De Sousa, matrícula 20231017584, intitulada: **“MEU MEDO MESMO É DE MENSTRUAR NA ESCOLA”: VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS CONTRA ADOLESCENTES EM DECORRÊNCIA DA POBREZA MENSTRUAL NA CIDADE DE JOÃO PESSOA – PB**". Estavam presentes os professores doutores: Rebecka Wanderley Tannuss (Orientador(a), Gloria De Lourdes Freire Rabay (Examinador(a) interno(a), Renata Monteiro Garcia (Examinador(a) interno(a) e Gislene Aparecida Dos Santos (Examinador(a) externo(a). O(A) Professor(a) Rebecka Wanderley Tannuss, na qualidade de Orientador(a), declarou aberta a sessão, e apresentou os Membros da Banca Examinadora ao público presente, em seguida passou a palavra a(o) mestrando(a) Mariana Lima De Sousa, para que no prazo de trinta (30) minutos apresentasse a sua Dissertação. Após exposição oral apresentada pelo(a) mestrando(a), o(a) professor(a) Rebecka Wanderley Tannuss concedeu a palavra aos membros da Banca Examinadora para que procedessem à arguição pertinente ao trabalho. Em seguida, o(a) mestrando(a) Mariana Lima De Sousa respondeu às perguntas elaboradas pelos Membros da Banca Examinadora e, na oportunidade, agradeceu as sugestões apresentadas. Prosseguindo, a sessão foi suspensa pelo(a) Orientador(a), que se reuniu secretamente, apenas com os Membros da Banca Examinadora, e emitiu o seguinte parecer: A Banca Examinadora considerou a DISSERTAÇÃO: **APROVADA**.

A seguir, o(a) Orientador(a) apresentou o parecer da Banca Examinadora o(a) mestrando(a) Mariana Lima De Sousa, bem como ao público presente. Prosseguindo, agradeceu a participação dos Membros da Banca Examinadora, e deu por encerrada a sessão. E, para constar eu, Herbert Henrique Barros Ribeiro, assistente em administração do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas, lavrei a presente Ata.

João Pessoa, 24 de outubro de 2025.

Documento assinado digitalmente
REBECKA WANDERLEY TANNUSS
Data: 27/10/2025 11:41:24-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Documento assinado digitalmente
GISELE APARECIDA DOS SANTOS
Data: 29/10/2025 12:52:03-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Documento assinado digitalmente
RENATA MONTEIRO GARCIA
Data: 28/10/2025 08:37:05-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Documento assinado digitalmente
GLORIA DE LOURDES FREIRE RABAY
Data: 03/11/2025 16:34:05-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Todo tabu sobre algo vergonhoso carrega consigo o potencial de uma revolução.

(Emily Martin)

AGRADECIMENTOS

Estar no mestrado é a realização de um sonho, ocupar esse local diz muito sobre a escolha que fiz de trilhar o caminho acadêmico. A esperança e paixão de que a educação pode mudar tudo e proporcionar a transformação na sociedade foi o que me moveu e tem movido até aqui. Estou onde definitivamente sempre quis estar.

A trajetória do mestrado foi uma experiência que me moldou enquanto pesquisadora, mas também como humana, ter a oportunidade de conhecer professores/pesquisadores incríveis, compartilhar vivências, participar de projetos, e até mesmo as diversas atribuições que surgiram no caminho, por mais difíceis que tenham sido na época, me fizeram amadurecer e foram essenciais para construir quem eu sou hoje.

Dentro dessa experiência nesses últimos dois anos, o afeto e companheirismo foram essenciais para que eu trilhasse esse caminho. Gostaria nesse momento de escrever os agradecimentos pensando em cada pessoa que de uma forma ou outra contribuíram para que eu chegasse tão longe.

Gostaria de agradecer primeiramente a quem fez essa pesquisa acontecer. As 21 pessoas que menstruam que participaram da pesquisa, meu imenso agradecimento, sem vocês essa pesquisa não seria possível. Conhecer vocês e ter tido a oportunidade de compartilhar esse espaço me fez ter a certeza de que todo esse esforço valeu a pena. Que essa pesquisa ganhe ainda mais espaço e que as vozes de cada uma ecoem forte no grito de resistência que é falar sobre a menstruação!

Aos meus pais, Antônio e Lúcia, pois se hoje estou ocupando este local na universidade é pelos inúmeros esforços e abdições de ambos para que tivéssemos todas as oportunidades possíveis e como maior herança, o nosso conhecimento. A todos os choros de orgulho e de tristeza pela despedida e pela distância, sempre havia a confiança na minha escolha.

Agradecer aos meus irmãos, Aquiles e Aracele por sempre incentivarem, confiarem e vibrarem comigo em todas as minhas conquistas e por sempre estarem ao meu lado na minha tomada de decisões. As minhas sobrinhas, Ana Alice e Ana Cecília e minha afilhada Laura por serem minhas alegrias.

Ao meu namorado e companheiro de vida, José Airton, que dividiu comigo as felicidades e angústia dessa trajetória e que sempre foi meu porto seguro para me apoiar e me dar forças para continuar, seu apoio e amor foram imensuravelmente importante. Obrigada por sempre ficar feliz pelas minhas conquistas como se fossem suas, sempre me segurar nos momentos difíceis e vibrar por cada novo passo.

A toda a minha família que sempre foi tão calorosa e me ajudava a recuperar energia nos períodos de maior cansaço. A animação e orgulho de vocês foi contagiante e serviu de combustível nos dias difíceis.

A minha orientadora, Rebecka, que me acolheu com tanto afeto e paciência, agradeço

imensamente pelo respeito e ética que sempre teve com meu trabalho, por todas as leituras cuidadosas, todos os apontamentos feitos e todas as oportunidades que me foi proporcionado. Agradeço pela confiança e pela liberdade que sempre demonstrou ter em mim para que eu trilhasse minha pesquisa e por proporcionar que meu trabalho alcançasse lindos voos.

A professora Renata, que para além da professora gentil, pela acolhida no LAPSUS, também confiou no meu potencial para coordenarmos juntas o projeto de prolicen, e a partir disso eu ter a oportunidade ímpar de proporcionar ainda mais espaços de discussão sobre essa temática que me é tão cara.

A banca examinadora pela leitura atenciosa e por todos os comentários tecidos. À professora Gloria por estar examinando o meu trabalho desde o seminário de dissertação e sempre com contribuições essenciais. À professora Gislene pela sensibilidade da sua leitura e pelo carinho com a minha pesquisa.

Aos meus amigos, que estiveram de perto, vibraram junto comigo em cada nova etapa desse ciclo que é a realização de um sonho, vocês foram meus combustíveis. A Marcos Vinicius e Gabriella por estarem na minha vida desde a infância e vibrarem junto comigo.

A Melissa pela amizade desde o ensino médio e que foi meu grande apoio durante essa jornada de volta à João Pessoa. Obrigada por estar comigo desde a seleção até a matrícula no mestrado e pelo orgulho que sempre teve de mim.

A Emanuel, pela amizade e mais uma vez pela ajuda essencial na construção dos dados, sempre sendo esse amigo paciente e atencioso. Para Amanda e Alianderson pela amizade e apoio que sempre tiveram comigo.

As amigas do mestrado, Camilla, Jully Emilly, Isabelly, July Portioli, Michele e Lara, pela amizade, companheirismo, carinho e boas risadas que proporcionaram que a trajetória acadêmica não fosse solitária.

Ao PPGDH pelo empenho em perseverar na luta pelos Direitos Humanos, por nos instigar politicamente e acolher nossas pesquisas. Sou muito grata de ocupar esse lugar que é a realização de um sonho nesse programa.

A todos do LAPSUS, agradeço pela acolhida calorosa, e que por mais que não conhecesse muitos, fizeram minha trajetória do mestrado ser ainda mais especial. À Nelson pela coordenação atenciosa e pela luta constante para fortalecer ainda mais o programa.

A UFPB que foi minha casa durante esses últimos dois anos, me acolheu e me fez sentir vontade de ficar. A todos os prestadores de serviço que fazem a UFPB ser essa casa, o meu muito obrigada.

A resposta é clara - a menstruação se tornaria um evento masculino invejável, digno de vanglória: os homens se gabariam de quanto tempo e quanto. Os meninos marcariam o início da menstruação, aquela ansiada prova de masculinidade, com ritual religioso e despedidas de solteiro. O Congresso financiaria um Instituto Nacional de Dismenorréia para ajudar a eliminar os desconfortos mensais.

(Gloria Steinem: E se os homens pudessem menstruar?).

RESUMO

A pobreza menstrual diz respeito à falta de acesso a itens de higiene menstrual, água encanada, saneamento básico, medicamentos e informações sobre o próprio corpo. Somada à indisponibilidade de itens de contenção de fluxo, essa condição leva pessoas que menstruam a utilizarem meios alternativos para contê-lo, o que pode resultar em infecções do trato urinário e até em risco de morte. A pobreza menstrual afeta meninas, mulheres, homens trans e pessoas não binárias e, por ser um tema historicamente marcado por tabus e estigmas, há escassez de dados e debates, cujo impacto mais imediato é o absenteísmo escolar, prejudicando de forma intensa a trajetória educacional. Esta pesquisa tem como objetivo analisar as violações de direitos humanos decorrentes da pobreza menstrual no âmbito educacional do município de João Pessoa, junto a alunas dos 6º, 7º, 8º e 9º anos. Trata-se de um estudo exploratório e qualitativo, desenvolvido a partir de pesquisa de campo com aplicação de questionário e realização de rodas de conversa com 21 pessoas que menstruam. Os principais resultados revelam que: a) o perfil socioeconômico das participantes evidencia que são, em sua maioria, pessoas pretas e pardas, de baixa renda, que passam grande parte da trajetória escolar menstruando; b) o absenteísmo escolar é a consequência mais frequente, sendo que, diferentemente do que indica a literatura, as participantes chegam a faltar mais de 50 dias do ano letivo, o que gera a percepção de atraso em relação aos meninos; c) a vergonha é o sentimento mais recorrente, acompanhada de inúmeros estigmas menstruais; d) o bullying impacta diretamente o bem-estar das participantes; e) há uma lacuna curricular e institucional quanto ao tratamento do tema — a ausência de atividades escolares sobre o assunto e a falta de preparo dos profissionais para abordá-lo afetam diretamente o acolhimento das pessoas que menstruam e limitam ações de enfrentamento ao bullying, fundamentais para garantir o acesso e a permanência escolar. Conclui-se, a partir dos dados coletados, que ainda há um longo caminho a percorrer no combate à pobreza menstrual nas escolas. São necessárias ações voltadas à formação de professores, melhorias na infraestrutura escolar e a incorporação de um currículo orientado por uma educação em e para os Direitos Humanos, de modo a favorecer a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

Palavras-chave: Pobreza Menstrual; adolescência; educação em e para Direitos Humanos; políticas públicas, Cidadania.

ABSTRACT

Menstrual poverty refers to the lack of access to menstrual hygiene products, running water, basic sanitation, medication, and information about one's own body. Combined with the unavailability of menstrual containment items, this condition leads menstruating individuals to use improvised alternatives, which may result in urinary tract infections and even life-threatening complications. It affects girls, women, trans men, and non-binary people, and because the topic is historically surrounded by taboos and stigma, there is a scarcity of data and public debate, whose most immediate impact is school absenteeism, severely compromising educational trajectories. This study aims to analyze human rights violations arising from menstrual poverty within the educational context of João Pessoa, Brazil, focusing on students enrolled in the 6th to 9th grades. This exploratory and qualitative research was conducted through fieldwork involving questionnaires and discussion circles with 21 menstruating participants. The main findings reveal that most participants are Black or Brown individuals from low-income backgrounds who spend much of their school years menstruating; that absenteeism is the most frequent consequence, with participants missing more than 50 school days per year, generating a perceived academic lag compared to boys; that shame is the most prevalent feeling, accompanied by persistent menstrual stigmas; that bullying directly affects their well-being; and that there is a curricular and institutional gap in addressing the topic, reflected in the absence of school activities and lack of teacher preparation, which hinder adequate support and limit anti-bullying actions essential for ensuring access and school retention. The study concludes that there is still a long path ahead in combating menstrual poverty in educational settings, highlighting the need for teacher training, improvements in school infrastructure, and the incorporation of a curriculum grounded in education in and for Human Rights as essential strategies for building a more just and equitable society.

Keywords: Period poverty; adolescence; human Rights Education; Public Policy; citizenship.

LISTA DE IMAGENS

| | |
|--|-----|
| Figura 1 – Biblioteca | 76 |
| Figura 2 – Sala Google | 77 |
| Figura 3 – Sala Maker | 78 |
| Figura 4 – Vênus de Laussel | 79 |
| Figura 5 - Idade das pessoas participantes | 81 |
| Figura 6 – Série das pessoas participantes | 82 |
| Figura 7 - Raça das pessoas participantes | 83 |
| Figura 8 - Gênero das pessoas participantes | 84 |
| Figura 9 – Renda familiar das pessoas participantes | 85 |
| Figura 10 – Bairro em que as pessoas participantes residem | 86 |
| Figura 11 – Conhecimento sobre pobreza menstrual | 87 |
| Figura 12 – Tabu menstrual e dificuldade de falar sobre o tema | 91 |
| Figura 13 – Importância de falar sobre a menstruação | 99 |
| Figura 14 – Incidência do bullying durante o período menstrual | 112 |
| Figura 15 – Itens de higiene que faltaram em sua residência | 115 |
| Figura 16 – Disponibilidade de itens higiênicos na escola | 116 |
| Figura 17 – Incidência de faltar à escola durante o período menstrual | 120 |
| Figura 18 – Total de dias perdidos no mês | 121 |
| Figura 19 – Sentimento de atraso no conteúdo em relação aos meninos | 123 |
| Figura 20 – Conhecimento do programa nacional de distribuição de absorventes | 125 |
| Figura 21 – Faz a retirada dos absorventes por meio do programa | 126 |

| | |
|---|-----|
| Figura 22 – Discussão sobre a temática na escola | 128 |
| Figura 23 – Importância de discussão sobre o tema | 130 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|---|----|
| Tabela 1 – Livros usados nas rodas de conversa _____ | 79 |
| Tabela 2 – O que significa a menstruação _____ | 88 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRASCO - Associação Brasileira de Saúde Coletiva

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CEDAW - Convenção sobre Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher

CF – Constituição Federal

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

EDH – Educação em Direitos Humanos

IPI - Imposto sobre produtos industrializados

LGBTQIAPN+

ONGS – Organizações não governamentais

ONU – Organização das Nações Unidas

PCNs - Parâmetros Curriculares Nacionais

PeNSE – Pesquisa Nacional de Saúde Escolar

PIB – Produto Interno Bruto

PL – Projeto de Lei

PNAISM - Política Nacional de Atenção Integral da Saúde da Mulher

PNEDH – Plano nacional de educação em Direitos Humanos

TPM – Tensão Pré Menstrual

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

Sumário

| | |
|--|--------------------------------------|
| 1. INTRODUÇÃO | 5 |
| 2. DO SAGRADO AO PROFANO: Construção histórico-cultural do corpo feminino..... | 8 |
| 2.1 Direitos sexuais e reprodutivos | 9 |
| 2.2 Direitos reprodutivos no brasil..... | 13 |
| 2.3 A sangria mensal..... | 17 |
| 3. O QUARTO DE DESPEJO: Processos de subalternização..... | 23 |
| 3.1 Processos de subjugação | 24 |
| 3.2 Pobreza e o marcador de gênero | 28 |
| 3.3 A (in)dignidade menstrual | 33 |
| 3.3.1 Educação em Direitos Humanos e a questão de gênero..... | 49 |
| 4. DELINEANDO OS CAMINHOS DA PESQUISA | 54 |
| 5. NAVEGANDO PELA MARÉ ESCARLATE | 61 |
| 5.1 Percepções e vivências da menstruação..... | 67 |
| 5.1.1 Experiência com os livros sobre menstruação | 82 |
| 5.2 Estigmas menstruais..... | 84 |
| 5.3 Práticas de bullying no período menstrual..... | 90 |
| 5.4 Acesso a políticas públicas e garantia de Direitos Humanos..... | 95 |
| 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS | 116 |
| REFERÊNCIAS..... | 119 |
| APÊNDICE I..... | Erro! Indicador não definido. |

1 INTRODUÇÃO

Segundo Emily Martin (2006), todo tabu associado a algo considerado vergonhoso carrega o potencial de rebelião. Estudar a menstruação significa trazer à luz um tema historicamente relegado ao espaço privado, construído socialmente como impuro e motivo de vergonha. Discuti-lo é evidenciar uma questão frequentemente silenciada, mas que diariamente produz violações de direitos fundamentais, como saúde e educação.

A menstruação, para mim, foi uma experiência traumática. Eu sabia que aconteceria em algum momento, mas ainda assim me assustei ao ver o sangue e não saber como agir. Tive poucas aulas sobre o assunto e, ao vivenciar a menarca (primeira menstruação), carregava muitas dúvidas. Percebia, no entanto, um silêncio geracional que impossibilitava diálogo. Como não tinha acesso à internet, as dúvidas permaneciam sem resposta.

Além da falta de conhecimento e do medo, sentia também que minha infância terminava cedo demais. Eu ainda desejava brincar, mas era lembrada frequentemente de que já “era mocinha” e precisava me comportar como tal. Sentia vergonha sem compreender sua origem; temia que o sangue aparecesse de forma inesperada, principalmente na escola.

Estar menstruada e frequentar a escola sempre me provocou nervosismo. Falava-se pouco sobre o tema e, quando surgia, era acompanhado de risos dos meninos e do constrangimento das meninas. Quando uma colega precisava de absorvente, recorriamos a sussurros ou códigos para ocultar a situação. Esse ciclo de silêncio contribuiu para a manutenção do desconhecimento, não apenas sobre o funcionamento do corpo, mas também sobre os desafios enfrentados por pessoas que menstruam em diferentes contextos.

O tema ganhou outra dimensão para mim quando a pobreza menstrual passou a ser reconhecida como um problema de saúde pública e uma violação de direitos humanos (ONU, 2014). Com a divulgação de projetos de lei na mídia, percebi que nunca havia acompanhado discussões sobre menstruação nem ouvido relatos de outras mulheres. Compreendi como o tema é silencioso, apesar de universal. Mesmo com a vergonha e o trauma que marcaram a minha menarca, falar sobre isso se tornou uma forma de reivindicar o direito à dignidade menstrual. Assim, escolhi esta temática com a intenção de evidenciar a necessidade de debates e de políticas públicas específicas.

Depois da minha experiência pessoal, segui convivendo com a menstruação como um fato comum, sem refletir profundamente sobre o assunto ou sobre suas consequências sociais. O tema retornou apenas em 2022, quando escolhia o tema do meu Trabalho de Conclusão de

Curso e percebia o crescimento das discussões sobre pobreza menstrual, especialmente na internet.

A pesquisa do TCC enfrentou limitações pela escassez de bibliografia, sobretudo no que diz respeito ao absenteísmo escolar relacionado à pobreza menstrual. Como alternativa metodológica, realizei uma investigação de campo em uma escola estadual de Mauriti (CE) com 64 meninas. A análise quantitativa revelou que o bullying era o principal fator que levava à ausência escolar durante o período menstrual.

A experiência em campo ampliou meu interesse em ouvir outras pessoas que menstruam e compreender como vivenciam o ciclo menstrual dentro e fora da escola. Ao ingressar no mestrado, busquei investigar, além dos fatores das faltas, o conhecimento das meninas sobre seu ciclo, as condições de infraestrutura em casa e na escola, e suas percepções sobre a menstruação, por meio de rodas de conversa que enriqueceram o caráter qualitativo da pesquisa. Para discutir a pobreza menstrual, é necessário compreender antes o conceito de pobreza. Milton Santos (1978) afirma que ela não pode ser reduzida a uma categoria econômica nem restrita às estatísticas, muitas vezes produzidas com vieses. Para o autor, trata-se de uma categoria essencialmente política que ultrapassa indicadores materiais.

Este trabalho aprofunda a temática da pobreza menstrual a partir da investigação em uma escola da rede municipal de João Pessoa. Assim, formulou-se a seguinte pergunta de pesquisa: *qual o impacto, no contexto educacional, da ausência escolar de adolescentes durante o período menstrual, diante da violação do direito de permanência na escola e do acesso a absorventes?* O objetivo geral consiste em investigar as violações de direitos vivenciadas por adolescentes que menstruam no ambiente escolar. Os objetivos específicos envolvem reconstruir a trajetória histórica dos direitos reprodutivos até a pobreza menstrual, analisar os fatores que a produzem e elaborar dados científicos a partir de investigação com estudantes da rede municipal.

Com base em pesquisas bibliográficas — livros, dispositivos jurídicos, artigos, dissertações e outros documentos — buscou-se construir um arcabouço teórico que dialogasse com a pesquisa de campo. A pobreza menstrual afeta mulheres, homens trans (Almeida, 2012) e pessoas não binárias, ganhando espaço no campo acadêmico e jurídico após movimentos sociais evidenciarem a urgência de debater o tema. O silêncio histórico, sustentado por tabus, gerou desinformação sobre o corpo e seus processos naturais. Essa falta de conhecimento reforça a pertinência desta pesquisa.

A temática envolve múltiplas áreas e possibilita abordagens interdisciplinares. No campo jurídico, relaciona-se a direitos fundamentais presentes na Constituição Federal (CF, 1988), como dignidade humana (artigo 1º, inciso III), objetivos fundamentais (artigo 4º, inciso II) e direitos sociais, incluindo educação e saúde (artigo 6º). O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990), em seus artigos 7º e 53, assegura igualdade de condições para acesso e permanência na escola. Assim, a pobreza menstrual impacta diversos aspectos da vida de mulheres, homens trans e pessoas não binárias.

No âmbito acadêmico, o estudo busca ampliar o repertório bibliográfico disponível e colaborar com pesquisas futuras, reforçando a necessidade de políticas públicas voltadas à erradicação da pobreza menstrual.

Além de produzir dados, a pesquisa destaca a importância da ampliação dos debates. A ausência de diálogo submeteu gerações de mulheres a um silêncio que prejudicou a compreensão do próprio corpo. Entretanto, a força dos movimentos sociais recentes estimulou a produção de discussões científicas com impacto social.

A investigação também pretende servir de referência para práticas escolares e políticas públicas, avaliando a efetividade das iniciativas vigentes e identificando ajustes necessários. Por fim, reafirma a urgência de discutir a pobreza menstrual nas escolas, onde seu efeito mais evidente, o absenteísmo, viola diversos direitos. O objetivo não é conceder voz, mas registrar integralmente as falas das participantes, evidenciando a importância de um currículo que considere especificidades capazes de promover equidade de gênero e direitos humanos.

Para estruturar o estudo, elaborou-se inicialmente uma discussão teórica. O primeiro capítulo aborda a história dos direitos sexuais e reprodutivos, passando por um panorama internacional, nacional e pela relação com a menstruação. O segundo capítulo discute gênero e raça, demonstrando que a visão universal desses direitos não contempla plenamente mulheres pretas e pardas, o que intensifica a pobreza menstrual. O trabalho empírico descreve todo o processo de coleta e análise dos dados com 21 participantes, distribuídas em quatro grupos, utilizando questionário e rodas de conversa. A análise temática organizou os resultados em cinco categorias: perfil das participantes; percepções sobre menstruação; estigmas e tabus; bullying durante o período menstrual; e acesso a direitos humanos, incluindo educação em e para os Direitos Humanos.

2 DO SAGRADO AO PROFANO: Construção histórico-cultural do corpo feminino

Antes de iniciar a discussão sobre a trajetória dos direitos reprodutivos das mulheres, é fundamental resgatar a construção histórico-cultural do corpo feminino na antiguidade. Essa construção antecede a própria história oficial e permite compreender a transição das sociedades matrilineares, que cultuavam o sagrado feminino — valorizando a fertilidade e a menstruação — para o modelo patriarcal. Com o avanço das sociedades patriarcais, além das restrições impostas à sexualidade feminina, houve o apagamento progressivo dessa memória histórica (Tolesano, 2023).

Com a consolidação das religiões centradas em deuses masculinos, práticas e representações ligadas ao culto à Grande Deusa foram substituídas por uma divindade masculina. Mulheres que viviam em templos e mantinham relações sexuais como oferenda ao feminino sagrado passaram a ser silenciadas ou excluídas dessas funções. A partir desse processo, a relação de parentesco tornou-se central e o útero foi reduzido a uma finalidade estritamente reprodutiva, entendido como instrumento de continuidade da espécie (Stone, 2022).

A influência da cultura judaico-cristã consolidou uma representação feminina sustentada no mito de Adão e Eva. A mulher passou a ser vista como portadora do pecado por ter cedido ao fruto proibido e, por isso, ela e suas descendentes teriam sido condenadas às dores do parto e da menstruação (Sardenberg, 1994). Com base nesse imaginário, a mulher foi posicionada em um lugar de subjugação. Para compreender essa construção, é necessário reconhecer o corpo como produção social. Assim, um sistema reprodutor considerado frágil foi utilizado como justificativa para excluir as mulheres de atividades públicas, sob o argumento de preservar uma eventual gravidez — vista como sua principal função social (Goellner, 2013).

Desse modo, o espaço doméstico foi reservado às mulheres, que permaneceram afastadas das lutas por reconhecimento de direitos por serem classificadas como incompatíveis com a esfera pública. Em resposta, o movimento feminista organizou-se para resistir a esse modelo excludente. Entre suas várias ondas, os direitos reprodutivos ganharam centralidade, e as conquistas possibilitaram o surgimento dos métodos contraceptivos. Um debate que emergiu com tais métodos foi a possibilidade de interromper a menstruação, ideia amplamente difundida pela indústria farmacêutica como atributo desejável, pois menstruar seria incompatível com a imagem da “mulher moderna” (Sardenberg, 1994).

Compreender o lugar da menstruação implica compreender o lugar da mulher na sociedade. Assim, a transformação da menstruação de fenômeno sagrado para elemento impuro e poluidor foi estratégica para reforçar estruturas de controle sobre o gênero feminino. Essa construção simbólica produziu a imagem da menstruação como algo sujo, vergonhoso e repulsivo, que deveria ser mantido em segredo, perpetuando desconhecimento. No contexto brasileiro, a menstruação ainda é concebida como um rito de passagem, mas fortemente associada ao início da vida sexual e ao risco de gravidez precoce, o que impõe diversas privações às pessoas que menstruam.

2.1 Direitos sexuais e reprodutivos

Nas sociedades mesopotâmicas, a consolidação do patriarcado estabeleceu limites rígidos para a atuação das mulheres. Ao instituir códigos legais, o Estado ampliou os direitos de propriedade das mulheres de classes altas, porém restringiu progressivamente seus direitos sexuais, até praticamente eliminá-los. Para as mulheres das camadas populares, a força de trabalho era subordinada aos interesses da família à qual pertenciam, e sua função sexual era frequentemente mercantilizada, alugada ou vendida. Houve, entretanto, um intervalo significativo entre o processo de subordinação feminina e o rebaixamento das antigas divindades femininas (Lerner, 2019).

Mesmo com o avanço das religiões patriarcais, persistiram templos dedicados às deusas, embora rotulados pelas novas tradições como espaços de libertinagem. Esses templos possuíam terras cultiváveis e rebanhos, e as mulheres que ali viviam mantinham relações sexuais como forma de honra à Deusa. Para essas mulheres, o ato sexual era sagrado e simbolicamente vinculado à fertilidade humana, vegetal e animal, ocorrendo no interior da casa da Criadora como ritual de conexão com a natureza (Stone, 2022).

A transição do politeísmo para o monoteísmo e a substituição das deusas pela figura de um único Deus masculino geraram profundas transformações sociais. O desenvolvimento da agricultura de arado, o aumento da militarização e a formação de estados arcaicos alteraram radicalmente as relações de parentesco e de gênero. Nesse processo, ocorreu primeiro o rebaixamento da Deusa-Mãe, depois a supremacia de um deus-filho e, por fim, a consolidação de um Deus-Criador masculino, a quem passaram a ser atribuídos o poder de criação e a fertilidade antes reconhecidos às divindades femininas (Lerner, 2022).

A postura antisssexual dos hebreus, posteriormente absorvida pelas tradições cristãs, não se originou de maior pureza ou menor impulso sexual de seus adeptos. Ao contrário, foi desenvolvida estrategicamente para garantir controle político, especialmente sobre terra, herança e governo. Dessa forma, o sistema matrilinear foi desestruturado. Desde o período mosaico, as leis levíticas passaram a exigir a virgindade feminina sob pena de morte, e a fidelidade conjugal tornou-se obrigação exclusiva das mulheres, ao passo que práticas associadas ao culto às deusas foram condenadas (Stone, 2022).

Na Antiguidade, o erotismo e o desejo eram considerados dádivas dos deuses, entretanto, com a ascensão das religiões patriarcais, sobretudo em relação ao corpo feminino, atribuiu-se uma conotação negativa à sexualidade. O mito de Adão e Eva consolidou-se como justificativa para a autoridade masculina e para a punição da mulher. A figura de Eva passou a fundamentar perseguições, violências e até execuções, já que o corpo feminino foi colocado como locus da culpa, da tentação e da corrupção espiritual (Stone, 2022).

A caça às bruxas, ocorrida séculos mais tarde, representou a continuidade dessa repressão. Muitas mulheres foram acusadas e executadas com base em supostas marcas corporais, como verrugas e protuberâncias, que eram tomadas como prova de contato com o maligno e associadas a uma sexualidade considerada perigosa ou desviante (Stromquist, 2018).

A teologia cristã reforçou a visão de que a sexualidade feminina seria sinal de desobediência e decadência moral. Santo Agostinho interpretava a incontrolabilidade dos órgãos genitais como herança do pecado original e atribuía ao corpo feminino maior responsabilidade pela perpetuação desse mal. Assim, o corpo da mulher passou a representar a antítese do divino (Stromquist, 2018).

Diversos esforços históricos buscaram conter a sexualidade feminina. Harvey Kellogg, médico estadunidense, afirmava que a masturbação feminina provocaria doenças graves, como câncer cervical, epilepsia e loucura. Isaac Baker-Brown, ginecologista inglês do século XIX, defendia a remoção cirúrgica do clitóris como suposta cura para a histeria, prática conhecida como clitoridectomia (Stromquist, 2018).

Registros históricos revelam múltiplas formas de mutilação genital feminina usadas como instrumentos de controle do prazer. A clitoridectomia consiste na remoção parcial ou total do clitóris e pode ser acompanhada da retirada dos lábios internos. Outro procedimento é a infibulação, que sutura os grandes lábios, deixando apenas pequenos orifícios para a passagem do sangue menstrual e outros fluidos (Saffioti, 2015).

Essas concepções serviram como justificativa para a exclusão das mulheres da participação política. Pierre Cabanis, fisiologista francês do século XVIII, argumentava que mulheres possuíam fibras musculares mais fracas e massa cerebral mais “delicada”, sendo, portanto, incapazes para exercer funções públicas (Hunt, 2009). Como resposta histórica a esse processo, o feminismo emergiu como movimento de denúncia do sexismo, da exploração e da opressão (Hooks, 2020). Embora apresente múltiplas vertentes, todas convergem na defesa da igualdade de direitos e oportunidades (Garcia, 2011).

O termo “feminismo” apareceu pela primeira vez em 1911. No contexto norte-americano, o movimento defendia a conciliação entre realização pessoal, participação política e vida afetiva. Consolidou-se como tomada de consciência coletiva das mulheres frente às opressões do patriarcado (Garcia, 2011).

Entre os conceitos centrais do pensamento feminista está o androcentrismo, definido como a construção do masculino como universal. Judith Butler, a partir de Irigaray, argumenta que o masculino é sancionado como o “um”, enquanto o feminino é produzido como ausência e alteridade (Butler, 2008). Esse viés impacta pesquisas científicas: Caroline Criado Perez demonstra que, em estudos sobre guerras, pandemias e desastres naturais, dados sobre mulheres são sistematicamente negligenciados (Perez *et al.*, 2022).

Outros conceitos fundamentais são o patriarcado, entendido como sistema político de controle das mulheres, o sexismo, mecanismo que sustenta essa dominação, e o gênero, compreendido como construção socio-histórica das identidades (Garcia, 2011).

A primeira onda feminista, entre o final do século XIX e o início do XX, destacou o direito à educação, ao voto e à propriedade. Ainda que o Iluminismo tenha afirmado a igualdade, esse princípio não se estendia às mulheres (Hunt, 2009). Rousseau defendia explicitamente a exclusão feminina da vida pública. Nesse cenário, o feminismo emergiu como reação política, com forte participação de mulheres nos eventos da Revolução Francesa (Garcia, 2011).

Os escritos de Mary Wollstonecraft e de Olympe de Gouges tornaram-se marcos centrais do movimento. Gouges, autora da *Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã*, foi executada em 1793 por afirmar que mulheres também eram titulares de direitos (Gouges, 2020).

Apesar de conquistas pontuais, o Código Napoleônico restaurou desigualdades, reforçando a submissão feminina no casamento e criminalizando condutas como aborto e adultério (Garcia, 2011). A segunda onda feminista ampliou o foco para direitos civis e humanos. John Stuart Mill destacou-se como defensor da igualdade de gênero (Mill, 2019).

Após um período de declínio, o feminismo ganhou novo impulso com *O Segundo Sexo*, de Simone de Beauvoir, marco da terceira onda e das discussões sobre direitos reprodutivos (Garcia, 2011).

É importante reconhecer que as demandas de mulheres negras foram frequentemente marginalizadas e que, no Brasil, o feminismo não se estruturou em ondas, mas em marcos históricos de luta.

A história dos métodos contraceptivos, embora tenha representado avanço, também revela práticas de violência de gênero. Margaret Sanger dedicou-se à criação da pílula anticoncepcional, financiada por investidores eugenistas (Tolesano, 2023). Os primeiros testes, em 1954, envolveram mulheres que desconheciam os riscos. Posteriormente, experimentos foram realizados em instituições de asilamento e em Porto Rico, escolhido como território para testar o medicamento em mulheres pobres e com pouca instrução. Três participantes morreram, e as autópsias nunca foram realizadas (Tolesano, 2023). O medicamento Enovid foi aprovado em 1960, mas as participantes porto-riquenhas foram abandonadas sem acompanhamento.

Mesmo com avanços reprodutivos e o acesso à contracepção, novas formas de controle da sexualidade feminina emergiram. Naomi Wolf afirma que a pornografia moldou expectativas masculinas sobre a sexualidade feminina, redefinindo o desejo da mulher e reforçando padrões de submissão (Wolf, 2019). Judith Butler argumenta que a pornografia opera como discurso de ódio e mecanismo de produção social da subalternidade feminina (Butler, 2021).

A cultura não oferece alternativas que valorizem o desejo feminino. Meninas aprendem desde cedo a serem desejadas, e não a desejar; esse processo desloca o autoconhecimento e reduz o espaço de construção do próprio corpo e da subjetividade (Wolf, 2019).

Os direitos reprodutivos, embora recentes, têm raízes nos debates feministas sobre controle de natalidade desde o século XIX (Corrêa; Petchesky, 1996). O conceito envolve integridade corporal, autodeterminação e crítica às políticas demográficas, frequentemente impostas sem participação das mulheres (Dora, 1998). A Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e a Conferência de Teerã reforçaram a autonomia reprodutiva como direito humano.

A repressão da sexualidade feminina também se expressou em dispositivos religiosos e mutilações genitais, como clitoridectomia, infibulação e instrumentos de castidade (Wolf, 2019).

No campo científico, discursos médicos reforçaram a ideia de que a menstruação deveria ser suprimida para se adequar à figura da “mulher moderna”. A indústria de absorventes reforçou a imagem da menstruação como impura, utilizando símbolos como o líquido azul em propagandas (Ratti *et al.*, 2015).

Estudos recentes indicam que testes de absorção não utilizam sangue, mas soluções salinas, resultando em menor precisão e maior custo para pessoas que menstruam (Muniz; Oliveira Junior, 2023). Em 2024, pesquisa identificou metais tóxicos em absorventes internos, como chumbo e arsênico, expondo riscos de infertilidade, câncer e danos neurológicos (Shearston *et al.*, 2024).

2.2 Direitos reprodutivos no Brasil

Quando o colonizador chegou ao Brasil, deparou-se com milhares de pessoas sem vestes. Cristóvão Colombo relatou que as via nuas, porém “vestidas de inocência”. Observou-se então o papel feminino nessas sociedades, pois, diferentemente da cultura europeia que caracterizava as mulheres como frágeis e submissas, as ameríndias tinham maior autonomia sobre seus destinos. Aos olhos cristãos, eram percebidas como figuras demonizadas, que produziam bebidas, embriagavam homens, ofereciam carne humana e, segundo os relatos europeus, iniciavam jovens na sexualidade. Aos cristãos colonizadores caberia, portanto, destruir aquela sociedade que, em sua visão, afastava o “homem primitivo” de Deus (Rezzutti, 2018).

A nudez das mulheres indígenas causou espanto ao estrangeiro, que não estava habituado à convivência com povos nativos. Assim se construiu a ideia mítica de um Brasil paradisíaco e de sexualidade acessível. Em 1550, indígenas foram levados à França com o objetivo de impactar a corte. Em apresentação encenada, as mulheres indígenas dividiram o palco com prostitutas de Rouen, já que, para os padrões europeus, nenhuma “mulher honesta” poderia aparecer nua. A nudez indígena foi convertida em espetáculo e interpretada como oferta sexual (Rezzutti, 2018).

A delimitação entre espaço público e privado, e a restrição do primeiro às mulheres, vestidas ou nuas, consolidou-se como um mecanismo de docilização. Essa lógica influenciou costumes, práticas sociais e até a arquitetura ao longo dos séculos, afetando, inclusive, o acesso das mulheres à educação. Em 1886, quando finalmente lhes foi permitido o ingresso nas

faculdades, a Gazeta Acadêmica da Bahia publicou críticas, afirmando que ninguém se casaria com uma médica “corrompida” pelo hábito de circular nas ruas (Rezzutti, 2018).

Os recorrentes casos de homens europeus que tomavam mulheres indígenas incomodaram os religiosos e contribuíram para estimular o envio de mulheres do reino para o povoamento do novo território. Contudo, o Brasil era visto como lugar perigoso, povoado por monstros míticos e indígenas canibais. Assim, foram enviadas ao território as chamadas mulheres “erradas”: órfãs, mulheres internadas em conventos ou meninas consideradas desvirginadas. Socialmente desprezadas, ocupavam um espaço limítrofe entre o abandono e a prostituição (Rezzutti, 2018).

Essas mulheres eram muitas vezes internadas por terem perdido a virgindade antes do casamento, o que as tornava marcadas como “estragadas”. A sexualidade pertencia exclusivamente ao domínio masculino, e o simples fato dessas mulheres terem buscado prazer já as tornava pecadoras. Em compensação pela falta de virgindade, o futuro marido recebia determinado prestígio social, de acordo com a origem familiar da mulher (Rezzutti, 2018).

Historiadores como Gilberto Freyre e Caio Prado Júnior descreveram os corpos de mulheres negras escravizadas como “quentes e sensuais”, em oposição ao corpo “frio” e recatado das sinhás. Os corpos femininos, racializados e hierarquizados, tornaram-se fontes de prazer e de descendência para os homens no Brasil colônia. Fora do espaço doméstico e distante dos deveres matrimoniais, essas mulheres eram consideradas de “facilidade de costumes”, associadas ao estereótipo da prostituição como forma de trabalho recorrente entre mulheres das classes subalternas (Del Priore, 1994).

O discurso moralizador trazido da metrópole europeia buscava moldar a sexualidade feminina dentro dos limites cristãos. A intenção de cristianização baseava-se no adestramento do corpo e na ideia de família como eixo moral. A Reforma Protestante e a Contrarreforma fortaleceram discursos que condenavam o uso do corpo para além da procriação. A narrativa da mulher perversa, originada em leituras de Gênesis, atravessou séculos, moldando percepções sobre a sexualidade feminina (Del Priore, 1994).

Para solidificar os ideais de virgindade, casamento e monogamia, foram produzidos inúmeros textos destinados a domesticar as mulheres. Criou-se o modelo da mulher obediente, recatada e de corpo “triste”, com pureza física e mental. A Igreja condenava toques íntimos, o coito interrompido e qualquer prática sexual que não tivesse finalidade reprodutiva. Mulheres menstruadas eram consideradas impuras, e o contato sexual com elas era proibido, sob o argumento de que poderia causar doenças na prole, como lepra (Del Priore, 1994).

A figura da família como núcleo central da fé católica influenciou a construção do papel da mulher. A educação feminina foi vinculada à domesticidade, cabendo à mulher educar os filhos, cuidar do lar e depender do marido para circular no espaço público. A literatura laica reforçou essa visão, sustentando um acordo tácito entre religião e produção literária que afirmava o casamento como centro da ordem social e a subordinação feminina como condição necessária. Alguns textos inclusive defendiam que o homem teria razão ao matar a esposa por “afeição desordenada” (Del Priore, 1994).

O recato feminino passou a ser indicador da honra masculina. O adultério praticado por mulheres foi severamente condenado, pois colocava em dúvida a paternidade dos filhos. A tese da “legítima defesa da honra” ganhou força após o Código Penal de 1940 (Brasil, 1940), tornando-se excludente de ilicitude. Essa tese passou a ser usada amplamente nos tribunais, e o homicida passional era absolvido ou tinha sua pena reduzida. Muitos advogados utilizaram esse argumento como estratégia jurídica para defender seus clientes (Nogueira, 2022).

As mulheres, contudo, buscaram nas mesmas práticas religiosas que as oprimiam formas de resistência. As mulheres coloniais, mais relacionadas a uma imagem de Eva do que de Maria, agiram em meio ao trabalho doméstico, ao trabalho nas ruas e nos campos, criando suas próprias regras e éticas. As prostitutas, embora consideradas transgressoras, eram fundamentais para a manutenção da ordem social, pois preservavam a imagem da “mulher pura” e serviam como válvula de escape para os homens (Del Priore, 1994).

A prostituição, vista como “mal necessário”, tornou-se problema no Brasil, pois se confundiu com outras práticas consideradas desviantes. Em algumas regiões, como Minas Gerais, mulheres separadas ou até casadas eram consideradas prostitutas, devido à rigidez moral e às interpretações amplas do comportamento desviante (Del Priore, 1994).

A história da mulher no Brasil consolidou-se com a reprodução de estereótipos: a mulher da elite, caracterizada pela auto-sacrifício e submissão; e a mulher das classes populares, vista como promíscua e pivô da miscigenação. A historiografia do século XIX reforçou tais visões sob o olhar masculino. A obra “La Femme”, de Michelet, moldou o papel da mulher como essencial para a procriação no matrimônio (Del Priore, 1994).

A partir de 1970, com a obra “Nouvelle Histoire”, ampliou-se o debate sobre família, sexualidade e história das mulheres. Abriu-se espaço para uma nova perspectiva, embora ainda marginal dentro da produção acadêmica mais ampla (Del Priore, 1994).

Mesmo na Constituição de 1988, a supremacia masculina permaneceu evidente nos termos utilizados para nomear cargos públicos, como presidente, senador e deputado, enquanto

profissões ligadas ao cuidado e ao serviço doméstico apareciam no feminino. Para Leitão (1988), isso reflete o fato de que são os homens que historicamente escrevem as leis e estruturam as instituições.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 trouxe à discussão temas até então silenciados, entre eles a sexualidade. O Estado passou a ser responsável por promover condições de desenvolvimento individual, incluindo a autonomia sexual (Rabay; Silva, 2018).

A agenda do feminismo incorporou a pauta da saúde das mulheres, abrangendo contracepção, planejamento familiar e aborto. No Brasil, a partir dos anos 1980, surgiram diversos grupos dedicados à saúde da mulher, impulsionando produção teórica e prática sobre o tema (Dora, 1998).

A Conferência Mundial da Mulher, realizada em Nairóbi em 1985, destacou experiências de mulheres africanas, latino-americanas e asiáticas. Embora autonomia e liberdade sejam direitos universais, seu exercício no Brasil depende do acesso à saúde, frequentemente precário ou inexistente para grande parte das mulheres (Dora, 1998).

Os direitos reprodutivos passaram a ser reconhecidos como parte da dignidade humana na Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, no Cairo (1994), e na Conferência Mundial da Mulher, em Pequim (1995). Nesses eventos, consolidou-se a terminologia dos direitos sexuais e reprodutivos e se reforçou a educação como meio fundamental para que mulheres tomem decisões sobre suas vidas (Rabay; Silva, 2018).

O relatório do Cairo vincula desenvolvimento econômico à equidade de gênero, ao acesso à educação e à autonomia das mulheres. Reconhece a necessidade do empoderamento feminino para o desenvolvimento social integral (Vianna, 2004).

A conferência também consagrou o termo “direitos reprodutivos”, afirmando o direito à escolha livre e responsável sobre o número de filhos e o espaço entre os nascimentos. Determinou ainda o dever do Estado em garantir condições para essa escolha e reconheceu a sexualidade como dimensão do bem-estar humano (Vianna, 2004).

Um ano depois, a IV Conferência Mundial da Mulher, em Pequim, reforçou a centralidade da saúde sexual e reprodutiva como direito humano, defendendo a decisão livre de coesão, violência e discriminação, com ênfase no consentimento mútuo (Vianna, 2004).

A Convenção para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW), de 1979, foi ratificada parcialmente pelo Brasil em 1984 devido à controvérsia sobre o termo “família”. A ratificação completa ocorreu apenas após a Constituição de 1988 reconhecer os direitos humanos como princípios fundamentais (Vianna, 2004).

A partir das perspectivas feministas, movimentos de mulheres passaram a pressionar por mudanças na legislação penal. A figura da “mulher honesta”, que aparecia no Código Penal e permaneceu até 2005, e o fato de que o bem jurídico protegido pelos crimes sexuais era os “costumes” e não a liberdade sexual até 2009, demonstram como o direito penal reproduzia desigualdades de gênero. O feminismo contribuiu para o reconhecimento das mulheres como sujeitos de direitos e para romper pactos de silêncio e convivência masculina (Andrade, 2020).

O caso do “ejaculador do ônibus” de 2017 expôs contradições da legislação penal. O agressor foi liberado sob o argumento de que não houve grave ameaça ou coação. O caso reacendeu debates sobre a tipificação do estupro e sobre o papel de agentes do sistema de justiça na reprodução de desigualdades. Apenas em 2018 houve a criação do crime de importunação sexual pela Lei 13.718 (Andrade, 2020).

Quanto à educação como mecanismo de promoção de igualdade, o Brasil enfrenta retrocessos desde 2016. Políticas de silenciamento das discussões de gênero nas escolas contrariam recomendações de organismos internacionais e dificultam a disseminação de conhecimentos sobre direitos sexuais e reprodutivos (Rabay; Silva, 2018).

2.3 A sangria mensal

Resgatando a história e o lugar da menstruação na sociedade, observa-se que, na Pré-História (5 milhões de anos a.C. a 4.000 a.C.), a menstruação era naturalizada e, por isso, valorizada positivamente. No período Paleolítico (2,5 milhões de anos a.C. a 10.000 a.C.), com o desenvolvimento dos grupos de hominídeos, o sangramento menstrual era compreendido como sagrado, pois a mulher sangrava sem morrer e, ao final do ciclo, emergia ainda mais vital. Esse fenômeno era percebido como manifestação divina (Tolesano, 2023).

Nos primórdios da história humana, o mistério da vida e da morte era central em rituais e mitos que pressupunham a possibilidade de retorno à vida por meio do nascimento. Assim, na tradição sagrada, a mulher era associada aos poderes que governavam a vida e a morte. Em túmulos do Paleolítico, como no abrigo de rochas de Cro-Magnon, em Les Eyzies, na França, foram encontradas conchas cauris sobre cadáveres — símbolos do portal por onde a criança passa ao nascer. O cauri representava a força criadora, assim como o ocre vermelho, que em tradições posteriores foi substituído pela simbologia do sangue menstrual (Eisler, 2007).

Esse sangue divino, simultaneamente admirado e temido, motivou tribos a criarem rituais de culto às deusas como forma de manter boa relação com forças desconhecidas e

potencialmente destrutivas — forças que, acreditava-se, habitavam o corpo das mulheres (Tolesano, 2023).

De acordo com mitos e arquétipos, que para Jung são personificações de conteúdos instintivos presentes na psique humana (Nogueira, 2017), a psicanalista Clarissa Pinkola Estés retoma o arquétipo da mulher selvagem. Entre suas narrativas, os “sapatinhos vermelhos” remetem às culturas matriarcais da Índia, Egito, Ásia e Turquia, onde pigmentos vermelhos eram usados para tingir os pés das meninas em rituais de passagem. Esse símbolo indicava a transição da infância para a capacidade de gerar vida, representando os estágios do sangue — menstrual, do parto ou do aborto — todos escorrendo para os pés (Estés, 2018).

Diversas imagens cultuadas, como as chamadas “vênus”, reforçam essa visão. A Vênus de Willendorf, com cerca de 28 mil anos, representa o corpo feminino vinculado à fertilidade e à Mãe Terra. Já a Vênus de Laussel, com a mão sobre o ventre e outra segurando um corno com treze marcas, possivelmente simboliza a relação entre lua, menstruação e ciclos lunares — sendo uma das primeiras representações da síntese entre fenômenos naturais e biologia (Tolesano, 2023).

Nas religiões de matriz africana, Sueli Carneiro destaca que, embora Oxalá utilize o branco, carrega nos cabelos uma pena vermelha, o ekódidè, em homenagem ao sangue menstrual, símbolo de fertilidade e concepção. Assim, a dominação masculina não decorre da inferiorização feminina, mas do reconhecimento de suas potencialidades — como o protagonismo das mães de família (Akotirene, 2024).

Durante o período menstrual, muitas mulheres permaneciam reclusas voluntariamente para proteger a tribo de animais atraídos pelo cheiro de sangue. Mesmo assim, participavam ativamente da sociedade: dividiam alimentos, organizavam atividades e produziam arte nas cavernas. Estudos do *National Geographic* indicam que 75% das impressões de mãos em cavernas foram feitas por mulheres, embora a relação com a menstruação não seja mencionada explicitamente (Tolesano, 2023).

Em alguns grupos, as mulheres não podiam caçar, não por fragilidade, mas porque seu sangue era visto como força associada à vida — incompatível com a prática de matar animais. Um tabu universal proibia a mistura do sangue menstrual com o sangue da caça, acreditando-se que o odor afastaria os animais (Cirotteau et al., 2024).

Entre aborígenes modernos, havia locais sagrados destinados à introspecção durante o período menstrual. Acreditava-se que, nessa fase, a mulher estaria mais próxima do autoconhecimento, já que a membrana entre consciente e inconsciente se tornaria mais fina.

Entre povos das Américas, os “lugares das mulheres” variavam, mas o princípio era o mesmo: recolhimento para renovação. Estés (2019) sugere que o mau humor pré-menstrual contemporâneo pode derivar da impossibilidade desse recolhimento.

Pesquisas antropológicas revelam que a visão judaico-cristã influenciou relatos feitos por antropólogos homens, que interpretavam a reclusão menstrual como sinal de impureza. Antropólogas mulheres, ao contrário, demonstraram que esses rituais expressavam conexão com ancestrais totêmicas responsáveis pela menstruação e pelo parto (Sardenberg, 1994).

No noroeste da Austrália, rituais de iniciação, chamados *corroborees*, envolviam cantigas que faziam referência ao clitóris, evidenciando conhecimento explícito do prazer sexual feminino. Já entre o povo Yurok, apesar da ocultação dos relatos por Alfred Kroeber, registros indicam que a mulher menstruada era vista como estando em seu máximo poder espiritual, e o sangue como agente purificador (Sardenberg, 1994).

Entre as mulheres Beng, na Costa do Marfim, a menstruação implica afastamento das tarefas pesadas. A pausa permite que realizem atividades tradicionais reservadas às mulheres menstruadas, como a preparação de pratos elaborados (Martin, 2006).

Entre os Ticunas, no Brasil, ocorre a Festa da Moça Nova, rito de passagem após a menarca. A celebração envolve preparação comunitária, construção de cercados e rituais de comunicação com seres imortais. A moça reclusa recebe cuidados especiais e, ao sair, mantém os olhos fechados para evitar perigos espirituais (Faulhaber, 2007).

A predominância de relatos masculinos ao longo da história contribuiu para a construção de uma visão negativa da menstruação. A influência ocidental, especialmente a partir do mito de Adão e Eva, reforçou a ideia de punição, associando o sangue menstrual à maldição divina (Sardenberg, 1994).

No Neolítico (10.000 a.C. a 5.000 a.C.), com o desenvolvimento da agricultura e a sedentarização, houve diminuição da frequência menstrual devido ao aumento de gestações. Isso marcou o início do apagamento simbólico da menstruação (Tolesano, 2023).

Na época dos metais (5.000 a.C. a 4.000 a.C.), a metalurgia transformou-se em instrumento de guerra. O domínio masculino intensificou-se, e o útero passou a ser visto exclusivamente como órgão de reprodução. Os invasores impuseram práticas de escravização e violência, inaugurando o que Engels chamou de “derrota histórica mundial do sexo feminino” (Eisler, 2007).

Cada sociedade atribui significados próprios à menstruação, frequentemente para justificar estruturas de parentesco e poder — matrilineares ou patrilineares — como demonstrou Lévi-Strauss (Sardenberg, 1994).

Assim, o sangue menstrual passou a ser interpretado como punição, reforçando a ideia de transgressão feminina. Michelle Perrot afirma que representações femininas no Ocidente foram moldadas a partir de Gênesis, associando mulheres ao mal, ao caos e à irracionalidade (Perrot, 2017).

O silenciamento histórico sobre processos naturais do corpo feminino fez com que, até o século XIX, o conhecimento médico se misturasse a saberes populares. A menstruação nunca foi tratada apenas como fenômeno biológico, mas como fato social atravessado por ideologias e relações de poder (Sardenberg, 1994).

A medicina antiga entendia que homens e mulheres possuíam estruturas similares, diferenciadas apenas pelo “calor” corporal, mais intenso nos homens. Acreditava-se que o frio feminino mantinha órgãos reprodutivos internos. O sangue menstrual era considerado impuro, mas sua ausência era vista como patológica (Martin, 2006).

A partir do século XIX, discursos pseudocientíficos reforçaram patologizações. Para Walter Heape, o epitélio uterino era dilacerado na menstruação. Para Havelock Ellis, um “verme” corroía a mulher mensalmente, mesmo sendo saudável (Martin, 2006).

A literatura médica descreveu funções reprodutivas femininas como processos orientados exclusivamente à gestação, interpretando a menstruação — ausência de fertilização — como fracasso biológico. O imaginário do desperdício reforçou visões negativas (Martin, 2006).

Em um movimento que ganhou força no Brasil, Elsimar Coutinho defendeu a supressão do ciclo menstrual, afirmando que o “natural” seria a gravidez frequente e que menstruar seria “sangria inútil” (Manica, 2011).

A síndrome pré-menstrual, descrita em 1931 por Robert T. Frank, reforçava a ideia de que mulheres estariam à mercê dos ovários. Médicos sugeriam que a energia feminina deveria ser poupada para o útero. Para justificar por que operárias sofriam menos que estudantes, alegava-se que “pensar demais” agravava sintomas (Martin, 2006).

Após as guerras mundiais, pesquisas sobre tensão pré-menstrual aumentaram, reforçando narrativas de incapacidade feminina. Apenas nos anos 1970, com a segunda onda feminista, mulheres ingressaram no mercado de trabalho sem depender da guerra (Martin, 2006).

Foucault demonstra que mulheres estão submetidas a uma microfísica do poder que disciplina seus corpos. A raiva feminina foi patologizada, e fármacos foram amplamente divulgados como forma de “apaziguar” mulheres (Martin, 2006).

A Bíblia, no livro de Levítico, descreve a mulher menstruada como impura, e tudo o que ela toca também o seria (Bíblia, 2000). Em oficinas sobre sexualidade com jovens de escolas estaduais de São Paulo, mitos que associam menstruação a sujeira e perigo continuam presentes (Brêtas *et al.*, 2012).

Césare Lombroso, representante da eugenia, afirmou que a mulher seria inferior ao homem e que sua maturação precoce explicaria seu suposto limitado desenvolvimento intelectual (Lombroso, 2022).

Estudos antropológicos mostram que o sangue menstrual é quase universalmente interpretado como sujo ou perigoso. Aristóteles acreditava que o olhar da menstruada enfeitiçava homens; Plínio dizia que ela arruinava plantações e vinho (Sardenberg, 1994).

Como reflexo desse tabu, surgiram expressões como “tô de chico”, ligada ao termo português “chico”, que remete a porco e chiqueiro. No Norte do Brasil, “tô de bode” associa menstruação ao mau cheiro (Lima *et al.*, 2023).

Em vários idiomas, surgem expressões patológicas: *curse*, *I'm on the rag*, *up on blocks*, *estoy mala*, *indispuesta*. Todas reforçam a ideia da menstruação como doença ou incapacidade (Fáveri; Venson, 2007).

Menstruação e menopausa são marcadas por mitos. A menopausa é descrita como fim da vida útil da mulher; a menstruação, como tabu que deve ser escondido. Termos como “bandeira vermelha” ou “sinal vermelho” reforçam vergonha (Leitão, 1988).

Mulheres entrevistadas entre 33 e 89 anos em comunidades rurais revelaram vergonha de falar sobre o ciclo, usando eufemismos. Análise do comercial Intimus (2015) mostra que a palavra “menstruação” não aparece nenhuma vez (Ratti *et al.*, 2015).

A sociedade patriarcal dita como as mulheres devem ser vistas. Segundo Bourdieu, a dominação masculina coloca as mulheres em posições apagadas. Não é possível datar com precisão a origem dos mitos menstruais (Ratti *et al.*, 2015).

Gerda Lerner destaca que, embora as mulheres conheçam suas próprias vivências, o pensamento patriarcal reduz esse conhecimento a intuição ou fofoca. O termo *gossip*, antes ligado à amizade feminina, tornou-se expressão para maledicência, destruindo espaços de sociabilidade (Federici, 2019).

Assim, processos naturais foram sendo desqualificados, vistos como perigosos ou vergonhosos. A menstruação passou a ser entendida como algo que deve ser contido, gerando isolamento e crenças negativas.

É fundamental compreender que a menstruação não é apenas fenômeno biológico, mas também social e cultural, manifestando-se de formas próprias em cada sociedade. A antropologia ainda precisa ampliar estudos sobre o tema, que não se limita a grupos “primitivos”, mas se estende às sociedades modernas (Sardenberg, 1994).

No Brasil, a menstruação marca o rito de passagem para a vida adulta. A expressão “ficar moça” indica menarca associada à virgindade, enquanto “mulher” é a que já iniciou a vida sexual. Assim, a menarca inaugura vigilância familiar sobre o potencial sexual da menina, reforçando repressões (Sardenberg, 1994).

Moça é a que não teve relações; mulher, a que já teve. Enquanto não há termos para marcar a iniciação masculina, a feminina recebe expressões negativas como “perder a honra”. O termo “desfloramento” compara o hímen à flor, cuja beleza é destruída ao ser rompida (Leitão, 1988).

Meninas são educadas para ser “moças”, nunca “mulheres”. Pais e educadores reforçam “comporte-se como uma moça”, que significa castidade e submissão. A sociedade patriarcal atribui às mulheres o papel de sustentáculo moral, tornando intoleráveis quaisquer transgressões (Leitão, 1988).

Estudar a forma como a sociedade construiu a menstruação é compreender o lugar ocupado pela mulher: à margem e sujeito ao apagamento. Apesar do avanço dos direitos reprodutivos, emerge a luta pela dignidade menstrual. A pobreza menstrual, conceito da ONU (2014), evidencia a falta de acesso a itens de higiene, saneamento, medicamentos e conhecimento sobre o próprio corpo — lacunas diretamente ligadas ao processo histórico de opressão feminina.

3 O QUARTO DE DESPEJO: Processos de subalternização ¹

O estudo “Desenvolvimento humano e desigualdades étnicas no Brasil” demonstra que a pobreza no país tem cor, indicando a existência de “dois Brasis”. A desigualdade racial é tão profunda que produz um grau de apartação social capaz de configurar, simbolicamente, duas nações distintas, apesar da persistência do mito de que não existem diferenças sociais relevantes no Brasil (Carneiro, 2011).

A cor da pele sempre desempenhou papel central na lógica colonizadora, que atribuía ao branco o lugar do universal, enquanto tudo que divergisse desse padrão deveria ser eliminado. Partindo dessa premissa, diversos povos foram subjugados no processo de escravização, sendo arrancados de suas origens e desumanizados para servir como mão de obra (Bento, 2022).

A desumanização iniciava nos navios negreiros, onde se buscava apagar a dignidade humana e romper laços identitários e culturais. Esse processo era fundamental para impor aos indivíduos a identidade de escravizados. Nesse contexto, a figura das mulheres — frequentemente esquecidas ou distorcidas pela historiografia — foi retratada como devassa, numa tentativa de justificar as violências sexuais praticadas contra elas (Hooks, 2022).

Quando a abolição se tornou inevitável, o Brasil passou a incorporar teorias raciais de origem europeia que, sob aparência científica, buscavam justificar desigualdades entre grupos raciais. A eugenia instaurou normas regulatórias que reorganizaram a vida social, como a remoção dos cortiços das áreas centrais para regiões periféricas, retirando pessoas negras da circulação pública e reforçando políticas de branqueamento (Marques, 1994).

Desde a abolição até os dias atuais, a política social brasileira tem reiteradamente excluído a população negra de projetos de construção nacional. Esse racismo estrutural, enraizado no desenvolvimento desigual, produziu uma massa marginalizada e exposta a múltiplas formas de violência, além da ausência de políticas públicas efetivas (Gonzalez, 2020).

Enquanto no terceiro capítulo predominava a figura da mulher como pecadora e impura, esse imaginário passou a ser substituído pela mulher branca e virtuosa, num movimento que coincide com a intensificação da exploração sexual de mulheres negras. Desde os navios negreiros, essas mulheres enfrentam violências múltiplas, e, mesmo após a abolição, esse cenário se manteve. A historiografia e a literatura as retrataram como devassas, negando ou

¹ O título do capítulo faz alusão a obra Quarto de despejo de autoria de Carolina Maria de Jesus, o qual trata-se de um diário que ela escrevia sobre sua vivência na comunidade Canindé, em São Paulo.

minimizando os abusos sexuais sofridos, e suas demandas foram continuamente tratadas como secundárias (Hooks, 2022).

Entre as problemáticas que emergem da intersecção entre pobreza, raça e gênero, destaca-se a pobreza menstrual, caracterizada pela falta de acesso a itens de higiene, água encanada, saneamento básico, infraestrutura adequada, medicamentos e informação sobre o próprio corpo. Essa realidade atinge majoritariamente mulheres e meninas negras que menstruam (UNFPA; UNICEF, 2021).

A pobreza menstrual constitui violação da dignidade humana e impacta principalmente o acesso à educação, sendo uma das principais causas do absenteísmo escolar. Além dos fatores estruturais já mencionados, a falta de infraestrutura nas escolas e de oferta de materiais básicos compromete diretamente a trajetória educacional das pessoas que menstruam (UNFPA; UNICEF, 2021).

3.1 Processos de subjugação

A cidade de São Paulo, nos anos 1920, possuía cerca de 600 mil habitantes e passava por um processo de modernização urbana que buscava conferir-lhe a aparência de uma metrópole desenvolvida, capaz de acolher e valorizar a aristocracia cafeeira, em clara tentativa de reproduzir padrões europeus. Para atingir tal objetivo, decretou-se o fim dos cortiços: os dois terços da população pobre que ali viviam deveriam deslocar-se, de modo a retirar da vista das elites a presença da pobreza (Marques, 1994).

Os cortiços passaram a ser qualificados como locais sujos, insalubres, promíscuos e indisciplinados. A eugenia consolidou no Brasil uma política normativa que regulava a vida social das populações urbanas, interferindo em múltiplos âmbitos por meio de dispositivos de higiene que orientavam desde a organização do ambiente até os padrões de moradia, alcançando, por fim, a própria classificação da espécie humana. Nessa lógica, pessoas negras foram definidas como portadoras de “perigo em potencial”, o que justificou seu afastamento das vias centrais e das áreas públicas de maior circulação (Marques, 1994).

No debate sobre a reorganização espacial, Achille Mbembe discute a “política da verticalidade” ou “soberania vertical”, na qual a ocupação colonial opera por meio de túneis, pontes e sobreposições territoriais, criando uma divisão entre superfície e subsolo. As áreas elevadas tornam-se estratégicas, favorecendo vigilância, circulação seletiva e controle

panóptico — mecanismos destinados a manter o princípio da exclusividade e da segregação (Mbembe, 2018).

A necessidade histórica de remover a pobreza das áreas centrais e empurrá-la para as margens reaparece de forma contundente em *Quarto de Despejo* (2020). O diário de Carolina Maria de Jesus, escrito na década de 1950, relata sua vida na favela do Canindé, em São Paulo, e descreve simbolicamente a cidade como um lar dividido: o palácio seria a sala de visitas; a prefeitura, a sala de jantar; a cidade, o jardim; e a favela, o “quarto de despejo”, onde se acumulam os resíduos sociais (Jesus, 2020).

As teorias raciais chegaram ao Brasil em meados do século XIX, exatamente no período em que se concretizava a abolição da escravidão. Em um primeiro momento, essas teorias legitimaram a suposta inferioridade racial e impediram debates sobre cidadania de pessoas negras. Com a difusão do pensamento determinista — apoiado em mensurações cranianas e características físicas — a “raça” foi convertida em categoria limitante, naturalizando desigualdades ao lhes atribuir um fundamento biológico (Schwarcz, 2012).

Em 14 de dezembro de 1890, Rui Barbosa, então ministro da Fazenda, ordenou a queima dos registros da escravidão nos arquivos nacionais. A destruição não foi realizada integralmente, mas o gesto simbolizou a tentativa de apagar a violência da escravidão e “começar do zero”. Diferentemente de outras nações, que reconstruíram sua memória escravocrata sobre o reconhecimento do trauma, no Brasil buscou-se reinterpretá-la positivamente (Schwarcz, 2012).

Na tentativa de reescrever essa memória, consolidou-se o mito da democracia racial, estimulando a leitura da miscigenação como sinônimo de harmonia. Para Carlos A. Hasenbalg, tal perspectiva ofereceu à população branca uma justificativa conveniente para isentar-se de responsabilidade pelas desigualdades raciais, deslocando a culpa sobre a população negra (Bento, 2022).

A imposição da imagem de inferioridade foi tão intensa que atravessou a autoimagem de pessoas negras. Na obra *O Cortiço*, a personagem Bertoleza, mulher negra e escravizada, sente alegria ao relacionar-se com um homem português porque não se “sujeitaria” a procurar homens negros, escolhendo instintivamente um parceiro considerado racialmente superior (Azevedo, 2012).

O ambiente social moldado por teorias raciais estruturou mecanismos de segregação semelhantes aos sistemas de apartheid. No Brasil, a miscigenação ampliou tonalidades de cor, mas o princípio não dito permaneceu: quanto mais branco, melhor; quanto mais claro, mais

“superior”. A brancura passou a ser tomada não apenas como atributo fenotípico, mas como capital social — associada a escolarização, civilidade e acesso a melhores ocupações (Schwarcz, 2012).

O discurso europeu reforçou a cor da pele como marcador de distinção e valor, classificando povos não europeus como bárbaros, pagãos, primitivos ou selvagens. É nesse processo de colonização que nasce a ideia de branquitude: uma identidade construída pela Europa e definida em oposição radical à negritude. A desigualdade se reproduz pela exclusão, pela negação e pela violência simbólica (Bento, 2022).

Nesse cenário, pessoas brancas — inclusive as pobres — tornam-se herdeiras simbólicas da branquitude. Em contrapartida, devem proteger os interesses desse grupo, formando o chamado “pacto narcísico da branquitude”, que opera criando esquecimentos coletivos e recalques sociais sobre a violência racial (Bento, 2022).

O racismo opera por meio de práticas de retirada identitária e de trauma corporal. A separação entre o indivíduo negro e sua memória constitui uma ferida histórica. A sociedade, estruturada sob parâmetros brancos, produz a negritude como alteridade primária — é pela negritude que a branquitude se reconhece como norma (Kilomba, 2019).

O desenvolvimento econômico brasileiro gerou uma modernização conservadora excludente, articulada à noção de desenvolvimento desigual e combinado. Esse processo produziu simultaneamente uma massa marginalizada e a manutenção de formas produtivas arcaicas, aprofundando desemprego e subemprego entre pessoas negras (Gonzalez, 2020).

O racismo científico do século XIX, herança duradoura da escravidão, instituiu a crença de que certos grupos humanos seriam menos humanos que outros — justificando, assim, a naturalização da desigualdade e a restrição a direitos (Carneiro, 2011).

No Brasil, as questões étnico-raciais tornaram-se secundarizadas: de um lado, pelo mito da democracia racial; de outro, por setores da esquerda que subordinavam o racismo à luta de classes, relegando-o a plano inferior (Carneiro, 2011).

Os efeitos desse processo aparecem na educação. Estudo realizado em 2000 por Eliane Carvalho demonstrou que, embora professoras afirmassem inexistir racismo nas escolas, práticas discriminatórias eram recorrentes: crianças brancas eram mais elogiadas, enquanto crianças negras recebiam elogios apenas relacionados à execução de tarefas. Esses padrões afetavam profundamente a autoestima (Carneiro, 2013).

Tal discriminação impacta trajetória escolar e contribui para taxas mais elevadas de evasão entre crianças e adolescentes negros. Questões como precariedade estrutural, menor

acesso a recursos, dificuldades tecnológicas e desigualdades agravadas durante a pandemia de Covid-19 dificultam seu desempenho escolar (Bento, 2022).

Outro fator associado à evasão é a necessidade de ingresso precoce no mercado de trabalho. Famílias negras trabalham mais e recebem menos, o que leva adolescentes a abandonarem a escola para contribuir com a renda doméstica. Esse fenômeno, frequentemente lido como “incapacidade congênita”, resulta, na verdade, de desigualdades estruturais (Gonzalez, 2020).

A ausência de intervenção das professoras diante de práticas discriminatórias reforça a inferiorização de crianças negras e consolida a percepção de superioridade entre crianças brancas, perpetuando o ciclo do racismo (Carneiro, 2011).

Cida Bento (2022) demonstra que escolas brasileiras são majoritariamente organizadas para servir à branquitude: professoras e gestoras são brancas, assim como brinquedos, livros e referências curriculares. Projetos político-pedagógicos dialogam quase exclusivamente com a perspectiva eurocentrada, enquanto elementos da cultura negra e indígena são ignorados ou estigmatizados.

O diverso é definido como “diferente” diante de um modelo universal branco. Isso produz exclusão e discriminação em múltiplas esferas — educação, mercado de trabalho, políticas públicas (Bento, 2022).

No ambiente laboral, ocorre uma divisão racial do trabalho que mantém pessoas negras concentradas em ocupações de menor qualificação e remuneração, perpetuando desigualdades estruturais — fenômeno associado à permanência de uma “massa marginal” (Gonzalez, 2020).

O racismo institucional reforça a percepção de que pessoas negras são “intrusas” em espaços de prestígio, poder e liderança. A preferência por pessoas brancas nesses postos precariza a vida da população negra, gerando desemprego, subemprego, pobreza e altas taxas de homicídio por violência policial (Bento, 2022).

Mário Theodoro chama atenção para o paradoxo do Estado brasileiro: ele próprio atua como agente reprodutor das desigualdades raciais, tanto em suas ações quanto no funcionamento interno da máquina pública. Apesar dos movimentos sociais denunciarem e apresentarem dados, o Estado tem falhado em formular respostas eficazes (Carneiro, 2011).

O genocídio da população negra — decorrente de práticas estatais, policiais e institucionais — representa um ataque direto ao Estado democrático de direito. As mudanças necessárias devem partir das próprias instituições, revisando normas e práticas que sustentam relações de dominação (Bento, 2022).

A exclusão racial também restringe o acesso à saúde. Segundo o relatório *Mortes evitáveis por Covid-19 no Brasil*, cerca de 120 mil mortes poderiam ter sido evitadas com políticas de controle adequadas. Aproximadamente 20 mil vidas foram perdidas por falta de acesso a hospitais — um dado que evidencia a desigualdade racial no direito à saúde (Bento, 2022).

3.2 Pobreza e o marcador de gênero

A máscara de silenciamento integrou, por mais de trezentos anos, o projeto colonial europeu. Era composta por uma peça metálica colocada na boca das pessoas negras e fixada por duas cordas. Embora oficialmente servisse para impedir que comessem cana-de-açúcar, seu significado era muito mais profundo: simbolizava o colonialismo em sua totalidade, representando políticas de conquista, dominação e regimes de silenciamento dos “outros”. No racismo, a boca torna-se o órgão de opressão por excelência (Kilomba, 2019). Esse mecanismo de silenciamento também marcou profundamente a história das mulheres.

Esse silenciamento era parte fundamental da transformação da personalidade do homem negro nos navios negreiros, condicionando-o à imagem do escravizado dócil. Para isso, era essencial destruir a dignidade humana por meio da eliminação do nome, da dispersão do grupo de pertencimento e da supressão de qualquer traço identitário, como estratégia para reprimir a consciência de liberdade e impor uma nova identidade subordinada (Hooks, 2022).

No processo de destituição da dignidade, todos os escravizados eram marcados e mantidos nus. Porém, a nudez das mulheres negras funcionava também como lembrança de sua vulnerabilidade sexual, uma vez que o estupro era empregado como método de tortura para submetê-las. Mesmo a ameaça dessa violência já produzia efeitos traumáticos e terror psíquico. Estudos relatam casos de mulheres negras que chegaram grávidas ao Brasil e numerosas mortes decorrentes de partos forçados nos navios (Hooks, 2022).

O sexismo institucionalizado compunha a ordem social e política trazida da Europa pelos colonizadores brancos e tinha como resultado impactos devastadores sobre a vida das mulheres negras. A exploração sexual e o estupro sistemático perpetrados por homens brancos buscavam assegurar submissão absoluta e obediência à ordem imperialista (Hooks, 2022).

Entre as consequências da exploração sexual vivida por mulheres negras está a desvalorização de sua mulheridade, algo que não se alterou mesmo após séculos. Diversos autores minimizaram os crimes cometidos contra elas, descrevendo-os apenas como práticas

institucionais do período escravocrata. A mídia estadunidense reforçou estereótipos, retratando a mulher negra como devassa, decaída e meretriz (Hooks, 2022).

Nesse projeto colonial, educativo e civilizatório, hierarquias de gênero e raça foram fundamentais para sua legitimação. Diante dessa estrutura, destaca-se o movimento negro na desconstrução e ressignificação das relações étnico-raciais, constituindo reação ao supremacismo branco que molda historicamente a sociedade brasileira e resulta em profunda exclusão e desigualdade (Bento, 2022).

A articulação entre racismo e sexismo produz, para as mulheres negras, uma espécie de asfixia social que repercute negativamente em todas as dimensões da vida. Entre esses efeitos estão danos emocionais, impactos à saúde mental, rebaixamento da autoestima, expectativa de vida cinco anos inferior à das mulheres brancas, menor índice de casamentos e ocupação de postos de trabalho de baixo prestígio e remuneração (Carneiro, 2011).

No interior dos movimentos sociais, mulheres negras frequentemente viram suas pautas relegadas a segundo plano sob a suposta universalidade de gênero. O feminismo brasileiro historicamente resistiu a reconhecer que privilégios e desvantagens estruturam as experiências distintas entre as mulheres (Carneiro, 2011). Nesse contexto, o movimento feminista dos anos 1970 introduziu a urgência de pensar um feminismo que considerasse tais subjetividades, como formulado pela antropóloga Lélia Gonzalez ao cunhar o termo “enegrecer o feminismo”, assinalando a necessidade de uma perspectiva antirracista (Bento, 2022).

Nesse mesmo período, o feminismo negro já se expressava no Brasil com autoras como Lélia Gonzalez, que iniciou debates sobre a condição específica da mulher negra, destacando a importância de olhar antirracista que incorporasse essa identidade política (Bento, 2022).

Como o movimento feminista priorizava pautas de mulheres brancas, questões específicas das mulheres negras permaneceram invisibilizadas, como os direitos reprodutivos. Esses temas entraram na agenda primeiro entre mulheres brancas de maior escolaridade, sendo a sexualidade o principal catalisador do movimento (Hooks, 2020).

No campo da autonomia corporal, é fundamental lembrar que mulheres negras sofreram violências sexuais decorrentes do suposto direito do senhor sobre o corpo da escravizada. O corpo era tratado como propriedade. Esse padrão de abuso, profundamente institucionalizado, continuou após a abolição, sendo reproduzido por organizações terroristas como forma de inviabilizar movimentos de igualdade racial. A violência sexual era sancionada por políticos, intelectuais, jornalistas e escritores, que retratavam mulheres negras como promíscuas e imorais (Davis, 2016).

No cenário norte-americano, mulheres brancas consideraram o aborto como tema central dos direitos reprodutivos, ainda que essa não fosse a única questão. Educação sexual, pré-natal e violência obstétrica também compunham a pauta. Mesmo assim, mulheres brancas tinham mais acesso ao aborto seguro, enquanto mulheres negras, pobres e imigrantes recorriam a procedimentos ilegais (Hooks, 2020).

O movimento feminista não conseguiu unir mulheres de diferentes classes sociais, pois as pautas da classe trabalhadora raramente eram incorporadas. Em 1973, a Suprema Corte dos Estados Unidos reconheceu o direito da mulher à privacidade individual, assegurando o direito ao aborto. No entanto, esse direito não alcançava mulheres racialmente oprimidas, e cerca de 80% das vítimas de abortos clandestinos eram mulheres negras e porto-riquenhas (Davis, 2016).

Com a aprovação da Emenda Hyde, em 1977, retiraram-se fundos federais para abortos, tornando o procedimento inacessível para mulheres negras, porto-riquenhas, indígenas e mexicanas, que foram obrigadas a aceitar infertilidade permanente. Enquanto mulheres brancas de classes altas continuavam a acessar clínicas privadas, a taxa de natalidade branca despencou, levando Theodore Roosevelt a declarar a situação como “suicídio de raça”. A partir desse discurso, métodos contraceptivos passaram a ser direcionados especificamente à população negra, imigrante e pobre (Davis, 2016).

A figura de Margaret Sanger, apesar de associada aos direitos reprodutivos, aderiu às ideias eugenistas ao romper com o partido socialista, apropriando-se da ideologia racista dominante. Em 1932, 26 estados já haviam aprovado leis de esterilização compulsória. O caso das irmãs Minnie Lee (12 anos) e Mary Alice (14 anos) revelou práticas abusivas que vinham sendo realizadas sob a justificativa de infertilidade temporária (Davis, 2016).

A partir da repercussão desse caso, outras denúncias vieram à tona. Documentos judiciais revelaram que, em 1933, foram realizadas 7.686 esterilizações, sendo 5.000 de mulheres negras. Até 1964, 65% das mulheres esterilizadas eram negras (Davis, 2016).

Em 1977, a Emenda Hyde acrescentou nova forma coercitiva de esterilização: a eliminação completa de fundos federais para abortos, exceto em casos de estupro, risco de morte ou doença grave. Como consequência, inúmeras mulheres morreram ao recorrer à esterilização como único recurso. Enquanto abortos tornavam-se inacessíveis, esterilizações continuavam financiadas e oferecidas gratuitamente às mulheres pobres (Davis, 2016).

No Brasil, discursos eugenistas também influenciaram políticas públicas. O governador do Rio de Janeiro utilizou a pauta da descriminalização do aborto para associá-la à prevenção

da violência, alegando que a fertilidade de mulheres das favelas era responsável por “produzir marginais”. Essa política baseava-se integralmente em referenciais eugenistas (Carneiro, 2011).

Situação semelhante ocorreu em São Paulo, quando, durante o governo de Paulo Maluf, um relatório sobre o censo de 1980 sugeriu esterilização em massa de mulheres negras, prevendo que, no ano 2000, pretos e pardos representariam 60% da população. A proposta foi denunciada pelo relator da ONU para temas raciais (Carneiro, 2011).

Entre os direitos reprodutivos, destaca-se também a higiene menstrual. Mulheres precisavam esconder e controlar seus ciclos menstruais, dependendo da disponibilidade de banheiros adequados. No contexto industrial europeu dos séculos XIX e XX, as condições sanitárias eram precárias, variando entre cabines insalubres e instalações improvisadas. Para mulheres negras, o cenário era ainda pior: muitos espaços públicos lhes negavam acesso aos banheiros (Martin, 2006).

A situação é ilustrada no filme *Estrelas Além do Tempo*, no qual uma cientista negra precisa caminhar quase um quilômetro para utilizar o banheiro. Nos Estados Unidos, a estrutura institucional mostrava-se profundamente incompatível com as necessidades reprodutivas das mulheres (Martin, 2006).

Movimentos feministas negros, indígenas e latino-americanos denunciam o universalismo essencialista do feminismo hegemônico do Norte Global, que invisibiliza experiências de mulheres sujeitas a múltiplas opressões de raça, classe e sexualidade (Andrade, 2020).

Além da violência de gênero, o racismo impõe às mulheres negras um nível ainda maior de violência. Isso aparece, por exemplo, nas taxas de homicídio. Em 2022, mulheres negras representaram 66,4% de todas as vítimas, totalizando 2.526 mortes, sendo 1,7 vez mais propensas ao assassinato do que mulheres brancas (Cerqueira et al., 2024).

No mercado de trabalho, mulheres negras estão concentradas em ocupações manuais, de baixa remuneração e menor escolaridade exigida. Mesmo sendo maioria no nível médio, representam apenas 14,4% das posições nesse nível quando considerado o recorte racial, e apenas 2,5% entre profissionais de nível superior, reflexo das dificuldades estruturais de mobilidade social (Gonzalez, 2020).

Entre as mulheres negras ocupadas, 79,4% atuam em atividades manuais: 51% no trabalho doméstico e 28,4% como lavadeiras, passadeiras, cozinheiras e serventes. Quando empregadas, ganham metade do salário de uma mulher branca e quatro vezes menos que um

homem branco. Trata-se de uma força de trabalho majoritariamente informal e precarizada (Carneiro, 2011).

A ativista Lélia Gonzalez afirma que a trabalhadora doméstica é a “mucama permitida”, uma figura histórica que presta serviços como um “burro de carga” (Gonzalez, 2020). O trabalho doméstico, herança direta da escravidão, delimita funções de cuidado, limpeza e manutenção do lar às mulheres negras (Bento, 2022).

Com o fim do sistema escravocrata, manteve-se a lógica que destinava as mulheres negras ao trabalho doméstico, agora remunerado, porém precarizado. Essa profissão foi por décadas a única porta de entrada possível no mercado de trabalho (Alves, 2017).

Segundo dados do IPEA (2019), 6,2 milhões de pessoas atuavam no trabalho doméstico; 68% eram mulheres negras, com baixa escolaridade e origem de baixa renda, perfil que se mantém desde o período escravocrata (Bento, 2022).

Atualmente, mulheres negras ganham metade do salário de mulheres brancas e quatro vezes menos que homens brancos. Ocupam os postos mais vulneráveis da economia: trabalho doméstico, autônomo e sem carteira assinada. O poeta negro Arnaldo Xavier cunhou o termo “matriarcado da miséria” para revelar como a vida das mulheres negras é marcada por exclusão, violência e rejeição social (Carneiro, 2011).

A mulher negra autônoma, periférica, é uma das mais afetadas pela punição racial. Muitas sustentam sozinhas suas famílias, enquanto homens e filhos são alvo de perseguição policial e violência estatal (Gonzalez, 2020).

Essa sobreposição entre racismo e gênero resulta do racismo estrutural e institucional, da interseccionalidade entre raça e gênero e da ausência de políticas públicas voltadas à segurança desse grupo, expondo mulheres negras a índices alarmantes de violência (Cerqueira et al., 2024).

O conceito de interseccionalidade, nomeado por Kimberlé Crenshaw e sistematizado por feministas negras, evidencia como desigualdades se manifestam de maneira distinta nos corpos das mulheres. Patricia Hill Collins aponta que o feminismo tradicional parte de um ponto de vista branco, ignorando múltiplos marcadores sociais que influenciam relações de poder (Cândido & Saliba, 2022).

A interseccionalidade amplia a compreensão das vulnerabilidades que emergem do cruzamento entre raça/etnia, classe, gênero, território, idade e outros marcadores. Essas intersecções produzem opressões específicas e reforçam estruturas sociais de silenciamento e dominação (Cândido & Saliba, 2022).

A partir dos feminismos marginais — termo que Bell Hooks ressignifica como lugar de resistência — surge o feminismo decolonial, que confronta epistemologias produzidas nos centros hegemônicos e valoriza saberes construídos nas margens, por intelectuais negras, indígenas e lésbicas comprometidas com a desconstrução das matrizes de opressão (Andrade, 2020).

O movimento decolonial na América Latina contribuiu para pensar a menstruação como processo também decolonial. A menstruação decolonial propõe que pessoas menstruantes tenham acesso a informações sobre seu corpo, ciclo menstrual e ferramentas de gestão menstrual, de modo a exercer decisões conscientes e experienciar o ciclo de forma emancipatória (Prado, 2024).

O conceito de menstruação decolonial, desenvolvido por ativistas e educadoras menstruais, desloca o debate da dignidade como centro único, incorporando temas fundamentais que atravessam a experiência menstrual (Prado, 2024).

A partir desse pensamento decolonial, torna-se essencial pensar o feminismo desde o território latino-americano, como contraponto às epistemologias produzidas nos centros. O feminismo decolonial busca capturar saberes produzidos por mulheres das margens — negras, indígenas, lésbicas — que dialogam com intelectuais comprometidas em desestruturar padrões históricos de opressão (Andrade, 2020).

3.3 A (in)dignidade menstrual²

O enfoque de gênero das políticas públicas em saúde teve, como marco inicial de regulação, normatização e, principalmente, o controle dos corpos no que tange à reprodução e à sexualidade, a construção de bases científicas alinhadas às biopolíticas hegemônicas. Na década de 1950, por meio da influência de projetos como os *welfare states* europeus, foram direcionadas às mulheres brasileiras mais vulnerabilizadas ações cujo foco inicial foi o combate à desnutrição infantil e o planejamento familiar, aplicado sob uma ótica higienista e racista de controle de natalidade, voltado sobretudo para pessoas pobres, negras e periféricas (Prado, 2024).

² Título faz menção ao trabalho: “(In)dignidade menstrual: a face feminina da pobreza”, de autoria Patriota *et al*, 2024.

Nos anos 1970, esse interesse pelo controle de natalidade no Brasil aumentou ainda mais, pois o crescimento demográfico passou a ser percebido como ameaça geopolítica, seja por questões relacionadas aos recursos minerais presentes no território, seja por fatores atinentes à Guerra Fria e à “ameaça comunista” na América Latina. Por meio da atuação de organizações não governamentais (ONGs), financiadas com capital estrangeiro, iniciou-se no Brasil uma série de procedimentos de contracepção de longo prazo, entre eles a esterilização em massa de mulheres (Prado, 2024).

A partir também dos anos 1970, sob influência dos movimentos feministas, surgiram planos de ação para incentivo à equidade de gênero, com o objetivo de ampliar a autonomia política e econômica das mulheres. Entretanto, esse movimento acabou por instituir uma falsa imagem de liberdade feminina: embora tenham saído do âmbito doméstico para assumir novos papéis sociais, para sustentar esse ciclo de exploração as mulheres foram simbolicamente e subjetivamente impedidas de vivenciar plenamente seus ciclos fisiológicos, como o ciclo menstrual (Prado, 2024).

O tema do ciclo menstrual e ovulatório permaneceu ausente da agenda de políticas públicas, ao passo que, na agenda farmacêutica, havia uma massiva distribuição de produtos e medicamentos para impedir o ciclo menstrual, o que intensificou a invisibilidade da temática e a manutenção dos tabus menstruais (Prado, 2024).

Na década de 1980, por meio do protagonismo feminino nos movimentos sociais, algumas pautas mais abrangentes sobre demandas das mulheres foram incorporadas às políticas de saúde. Em 1983, foi criado, pelo Ministério da Saúde, o Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher, que tinha como pilares os direitos sexuais e reprodutivos. Decorrente dessa politização da saúde das mulheres, o processo constituinte que resultou na Constituição de 1988 e as primeiras leis e diretrizes de criação do Sistema Único de Saúde, no início da década de 1990, voltaram a atenção para a saúde integral da mulher (Prado, 2024).

No ano de 2004, com a realização da 1ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, houve ênfase no recorte de gênero a partir das especificidades de mulheres negras, indígenas, lésbicas e profissionais do sexo, o que culminou na criação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher, alicerçada na universalidade do acesso às ações de saúde. Embora represente um avanço na efetivação da atenção e cuidado à saúde feminina, o PNAISM não contempla os eventos da menstruação e da ovulação (Prado, 2024).

O tema da pobreza menstrual ganhou notoriedade apenas em 2014, quando a Organização das Nações Unidas reconheceu o dia 28 de maio como o Dia Internacional da

Higiene Menstrual, afirmando que a higiene menstrual é questão de direitos humanos e de políticas públicas. Esse reconhecimento ampliou o debate sobre pobreza menstrual, mas a temática só chegou ao Poder Legislativo brasileiro em 2018 (Rocha, 2024).

Acerca da temática, fica evidente que a pobreza menstrual deflagra desigualdades tanto regionais quanto raciais, como demonstra o dado de que 37% das meninas negras vivem em locais sem acesso a esgotamento sanitário, enquanto 24% das meninas brancas vivem em situação semelhante. Após o relatório do UNICEF, em 2022 foi produzido outro documento para averiguar as iniciativas do Poder Legislativo e do Executivo, nas esferas federal, estadual e municipal, no período de 01/01/2017 a 30/07/2022, voltadas ao enfrentamento da temática: *Estado da Arte para a Promoção da Dignidade Menstrual: Avanços, desafios e potencialidades* (UNFPA, 2022).

No panorama legislativo federal, em 2017 não foi apresentada nenhuma proposta sobre o tema na Câmara dos Deputados. Em 2018, houve a apresentação de três proposições, sendo o PL 4968/2019 a de maior relevância, prevendo, entre outros pontos, a distribuição gratuita de absorventes. Esse dispositivo foi vetado pelo então presidente Jair Bolsonaro; o veto, porém, foi derrubado em 2022, e o projeto se transformou na Lei n.º 14.214/2021, que institui o Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual no Brasil, tendo como um dos públicos-alvo as pessoas privadas de liberdade (Rocha, 2024).

O PL 4968/2019 abriu espaço no cenário jurídico para o surgimento de outras propostas relativas à pobreza menstrual. Em 2020, houve a proposição de quatro projetos sobre o tema na Câmara dos Deputados; em 2021, esse número subiu para 47, sendo 42 na Câmara e 5 no Senado; em 2022, havia 19 proposições em tramitação, 18 na Câmara e 1 no Senado, entre outras iniciativas de grande importância (Rocha, 2024).

Embora o Brasil possua um sistema público e universal de saúde desde 1990, a temática da menstruação só foi incluída 31 anos depois, permanecendo fora das políticas públicas de saúde até 2019 e 2020, quando começaram as reivindicações mais sistemáticas sobre essa problemática. Apenas em 2023, no atual governo do presidente Lula, uma mulher assumiu pela primeira vez o Ministério da Saúde desde a sua criação, em 1953. A partir da nomeação de Nísia Trindade, em articulação com outros ministérios — como o das Mulheres e o dos Direitos Humanos —, regulamentou-se a Lei 14.214, incluindo o termo dignidade menstrual no programa e prevendo, entre outras ações, a distribuição gratuita de absorventes nas farmácias populares (Prado, 2024).

A pobreza menstrual é um problema vivenciado por mulheres, por homens trans (Almeida, 2012) e por outras pessoas que menstruam. Refere-se à falta de acesso a produtos menstruais, a informações sobre menstruação e à infraestrutura necessária para o manejo adequado da higiene menstrual. O manejo adequado consiste em dispor de meios limpos e eficientes para conter o fluxo, garantir privacidade para as trocas, realizá-las em frequência compatível com o volume de sangue, ter disponibilidade de água e sabão para higiene pessoal e acesso a instalações seguras para o descarte dos materiais usados (Bahia, 2021).

A pobreza é uma problemática multidimensional: para além da escassez material do indivíduo e de seu grupo, expressa-se como negação de direitos, de serviços, de conhecimentos e de perspectivas. Essas privações decorrem de um sistema econômico e de uma cultura que segregam determinados grupos, enquanto as políticas públicas se mostram incipientes na redução das desigualdades sociais, raciais e de gênero, afetando diretamente a dignidade humana, como no caso da pobreza menstrual (Gadelha; Fonteles Filho, 2024).

A desigualdade social favorece o acesso precário a itens de higiene menstrual, condicionando corpos à utilização de meios impróprios para contenção do fluxo, o que gera consequências para a saúde, evasão escolar, pior desempenho no trabalho, insegurança e constrangimentos. Somam-se a isso a violação de direitos humanos e o apagamento da personalidade de corpos menstruantes, especialmente daqueles mais marginalizados, que subsistem às margens das relações sociais (Cândido; Saliba, 2022).

A pobreza menstrual não é um problema exclusivo do Brasil, sendo relatada inclusive em países economicamente desenvolvidos. Na Europa, por exemplo, meninas de 14 a 21 anos precisaram improvisar formas alternativas de contenção do fluxo por não terem condições de adquirir itens de higiene (Da Rocha *et al.*, 2022). No Canadá, um terço das mulheres também não consegue arcar com os gastos provenientes de produtos de higiene (Assad, 2021).

Não possuir meios de conter o fluxo menstrual e, ainda assim, precisar ir à escola pode gerar medos, angústias e constrangimentos: medo de vazamento, de zombarias e de bullying. Pesquisa realizada no Reino Unido apontou que 43% das meninas sofrem provocações de meninos, que afirmam sentir-se desconfortáveis com o assunto (Bodyform; YouGov UK, 2018). Na África, a falta de suprimentos de higiene pessoal força muitas meninas a permanecerem em casa, privando-as de quase um quarto de sua educação formal (Nalebuff, 2009).

Na Índia, os números são alarmantes: cerca de 88% das mulheres que vivem em área rural não possuem condições de adquirir itens de higiene menstrual (Assad, 2021). Além disso,

10% das mulheres moradoras de áreas rurais acreditam que a menstruação é uma doença, e 20% das meninas indianas abandonam os estudos quando têm sua primeira menstruação (Neris, 2020).

Ainda sobre a Índia, um documentário que ganhou repercussão internacional ao conquistar o Oscar em 2019 conta a história da criação de uma máquina para produção de absorventes biodegradáveis e de baixo custo para vilarejos indianos. A obra acompanha todo o processo de fabricação e distribuição dos absorventes e demonstra como a cultura ainda é atravessada por tabus muito arraigados, que dificultam o debate sobre a temática (Netflix, 2018).

Em algumas culturas, o tabu em torno da menstruação e sua associação à impureza faz com que mulheres fiquem totalmente isoladas. Na Índia, por exemplo, 32% das mulheres relatam não tocar em imagens religiosas, 34% não entram em templos, 39% são consideradas “intocáveis” nesse período e 30% se veem proibidas de sair de casa enquanto atravessam o ciclo (Sempre Livre; Kyra Pesquisas & Consultoria, 2018).

No estudo de Cardoso *et al.* (2021), a pobreza menstrual foi relatada por 24,5% de mulheres latinas, 19% de mulheres negras, 11,7% de mulheres brancas e 10% de mulheres de outras raças. A disparidade evidencia que a pobreza menstrual reflete o racismo estrutural, sobretudo quando se observa a segregação de camadas da sociedade sem apoio de políticas públicas para enfrentar o problema.

As condições WASH — *water, sanitation, hygiene* (água, saneamento e higiene) — são fatores indispensáveis durante o período menstrual. Garantir acesso a banheiros seguros, limpos e apropriados é essencial para evitar infecções. Banheiros adequados para pessoas que menstruam devem contar com segurança (trancas que garantam privacidade, local seguro, entradas separadas para homens e mulheres), higiene (água, sabão, papel higiênico e produtos menstruais), acessibilidade, disponibilidade e manutenção (UNFPA; UNICEF, 2021).

Mesmo em países com elevado PIB, muitas pessoas ainda não conseguem arcar com tais produtos. Nos Estados Unidos, por exemplo, de 183 mulheres entrevistadas, 64% afirmaram não conseguir comprar produtos menstruais (Rocha *et al.*, 2022). Um terço das mulheres canadenses com até 25 anos também se vê impossibilitado de arcar com gastos relativos a itens de higiene (Assad, 2021). Na Europa, a realidade não é diferente: uma em cada dez meninas de 14 a 21 anos não consegue comprar itens de higiene, e 40% tiveram que improvisar formas alternativas e pouco seguras de conter o ciclo menstrual, como uso de meias, peças de roupa ou jornais (Rocha *et al.*, 2022).

No âmbito do manejo da higiene menstrual, o acesso às condições WASH é considerado requisito básico de saúde, mobilidade e dignidade para pessoas que menstruam. Esses elementos — água, saneamento e produtos de higiene — precisam estar disponíveis nas instalações sanitárias para permitir as trocas de absorventes, o descarte adequado e a higiene íntima e das mãos. A falta de qualquer um desses elementos impacta diretamente a vida de quem menstrua, sendo o absenteísmo escolar um dos principais efeitos da precariedade menstrual.

No cenário brasileiro, dados do Fundo das Nações Unidas para a Infância indicam que 38,1% das adolescentes entre 10 e 19 anos frequentam escolas que não dispõem desses elementos de higiene ou em que não se sentem confortáveis para utilizar os banheiros. Outro fator que contribui para o absenteísmo é o fato de muitas meninas e mulheres precisarem percorrer longas distâncias para buscar água e armazená-la, o que consome horas do dia e, muitas vezes, impede a ida à escola, gerando pior desempenho em avaliações, prejuízos ao desenvolvimento socioemocional e aumento do estresse (Ferreira *et al.*, 2023).

Trata-se de uma questão de dignidade humana: quando as pessoas não dispõem de instalações para banho, nem de meios seguros e limpos para manejar o ciclo menstrual, não há dignidade no enfrentamento desse processo. Do mesmo modo, provocações, exclusão e humilhações relacionadas à menstruação configuram violação da dignidade humana, impedem a equidade de gênero e acentuam disparidades entre meninos e meninas (Bahia, 2021).

Para a efetivação dos direitos humanos, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, afirma que todos são iguais. Cumulativamente, o Fórum Mundial de Educação firmou o compromisso de combater disparidades de gênero na educação (Rabay; Silva, 2018). A pobreza menstrual constitui um obstáculo à permanência em sala de aula, produz absenteísmo e amplia a desigualdade de gênero, evidenciando a necessidade de uma agenda de políticas públicas voltadas à erradicação dessa problemática (Sempre Livre; Kyra Pesquisas & Consultoria, 2018).

A Constituição de 1988, também conhecida como Constituição Cidadã, institui o Estado Democrático de Direito e atribui ao Estado brasileiro a responsabilidade de efetivar os direitos e garantias fundamentais dos cidadãos. Nesse sentido, a omissão do Estado configura violação constitucional, de modo que cabe ao poder público buscar continuamente a concretização desses direitos (Manzano *et al.*, 2024).

Embora o Estado Democrático de Direito tenha como corolário a institucionalização e efetivação dos direitos fundamentais, a persistência da pobreza menstrual e a ausência de

políticas públicas suficientes para enfrentá-la revelam as raízes de um Estado misógino, racista e patriarcal, que desconsidera as necessidades de minorias vulnerabilizadas. Nesse cenário, é indispensável integrar a pobreza menstrual à agenda de políticas públicas, observando suas intersecções com múltiplos fatores, como forma de efetivar a dignidade de corpos menstruantes (Cândido; Saliba, 2024).

Entre as pessoas atingidas pela pobreza menstrual estão as mulheres em privação de liberdade. A falta de meios apropriados para enfrentar o período menstrual dentro do cárcere não apenas compromete a saúde, como também viola a dignidade humana dessas mulheres e fere o mínimo existencial, que diz respeito às condições mínimas necessárias para uma vida digna, nas quais se incluem a higiene menstrual (Nerio *et al.*, 2024).

O princípio da dignidade humana configura-se como um dos fundamentos do Estado Democrático de Direito, mas permanece constantemente violado no sistema prisional. A falta de condições mínimas retira dos apenados direitos pessoais garantidos constitucionalmente. Essa situação é ainda mais grave para as mulheres, sobretudo em relação às suas necessidades fisiológicas, uma vez que cerca de 90% das mulheres encarceradas têm menos de 55 anos, faixa em que ainda há preocupação com o ciclo menstrual (Nerio *et al.*, 2024).

Entre as inúmeras violações descritas pela jornalista Nana Queiroz (2015) sobre presídios femininos, destaca-se a pobreza menstrual: as mulheres recebem apenas um pacote com oito absorventes por mês e dois rolos de papel higiênico — mesma quantidade destinada aos homens, embora tenham necessidades fisiológicas diferentes.

Segundo a Constituição Federal, nenhuma pena passará da pessoa do condenado. Entretanto, na prática, familiares de pessoas em privação de liberdade sofrem medos, humilhações, preconceitos e estereótipos. Um exemplo dessa violação diz respeito à revista vexatória: de acordo com o relatório *Grades Invisíveis*, da Conecta Direitos Humanos (2024), a revista por agente de sexo oposto ainda é prática frequente, tendo mulheres e população LGBTQIAP+ como principais vítimas. Mesmo com a presença de scanner corporal, há denúncia de mulheres que foram obrigadas a retirar o absorvente para passar pelo equipamento, independentemente do fluxo menstrual (Conecta Direitos Humanos, 2024).

O entrave possui inúmeras dimensões e não se resume apenas à falta de acesso a itens de higiene, mas também à ausência de medicamentos, de serviços médicos, de saneamento básico e ao desconhecimento acerca do próprio corpo e de seu manejo (UNFPA; UNICEF, 2021). A falta de informação sobre o corpo implica manejo inadequado da menstruação;

pesquisa brasileira mostrou que 54% das mulheres não sabiam o que era ciclo menstrual até terem sua menarca (Sempre Livre; Kyra Pesquisas & Consultoria, 2018).

Quanto ao acesso a medicamentos, muitos são usados para aliviar sintomas da tensão pré-menstrual (TPM), como dores de cabeça, dores nos seios e retenção de líquidos. Pesquisa realizada pelo Programa de Integração do Ensino na Saúde da Família, promovido pela Universidade de Franca em uma escola da cidade de São Paulo, mostrou que 12% das adolescentes de 10 a 18 anos perdem dias de aula em razão da TPM (Gadelha; Fonteles Filho, 2024).

A educação integral em sexualidade — que inclui a educação menstrual — deve ser amplamente difundida, não apenas no sentido de prevenir gravidez, mas como ferramenta para que pessoas que menstruam conheçam seus corpos e ciclos, promovendo bem-estar. Essa educação contribui para a quebra de mitos que associam a menstruação à indignidade ou à inferioridade feminina (UNFPA; UNICEF, 2021).

A falta de acesso a itens de higiene decorre, em grande parte, de fatores financeiros, uma vez que esses produtos sofrem alta tributação, que pode chegar a 25% do valor. Isso faz com que um item indispensável de higiene seja, muitas vezes, considerado supérfluo em razão de seu custo (Neris, 2020). A impossibilidade de adquiri-lo leva ao uso de métodos de contenção inadequados, como sacolas plásticas, jornais, miolos de pão ou uso prolongado do mesmo absorvente, o que pode acarretar infecções do trato urinário e até síndrome do choque tóxico, condição potencialmente fatal (Sempre Livre; Kyra Pesquisas & Consultoria, 2018).

Um dos impactos da pobreza menstrual decorre justamente do uso de métodos alternativos inadequados, que podem desencadear quadros alérgicos e infecções urinárias. Isso se explica pelo uso de trapos, pedaços de pano ou tiras de camisetas que não passam por processo de desinfecção antes do uso. A falta de acesso à água, tanto em casa quanto nas escolas, impede a higienização íntima e das mãos durante o período menstrual, associando-se a infecções como vaginose bacteriana, candidíase e tricomoníase (Ferreira *et al.*, 2023).

Um parêntese necessário diz respeito à conotação negativa atribuída ao uso de trapos, meias e pedaços de pano como sintoma de pobreza menstrual, por serem considerados meios ultrapassados e anti-higiênicos. É importante diferenciar tais improvisos de absorventes de tecido e calcinhas menstruais com design específico, que constituem alternativas relevantes para a garantia da higiene menstrual e para a redução do problema do descarte de absorventes plásticos (UNFPA; UNICEF, 2021).

Quanto ao impacto ambiental do descarte de absorventes plásticos, levantamento realizado na cidade de Porto Alegre estimou que, durante a vida menstrual, uma mulher utilizará cerca de 9.600 unidades de absorventes descartáveis, gerando 3,4 kg de dejetos plásticos e gasto aproximado de R\$ 5.760,00. Em contrapartida, o uso de coletor menstrual geraria cerca de 120 g de resíduos e custo em torno de R\$ 261,00. No entanto, para que esses meios sejam amplamente difundidos, além da educação ambiental é necessária a educação sexual, como forma de garantir autonomia corporal (Sousa; Rolim Neto, 2023).

Não se deve, porém, aderir a um discurso meramente biologizante que transforme o absorvente descartável em vilão. É preciso considerar contextos de extrema vulnerabilidade social, em que não há acesso a água e esgotamento sanitário, o que limita a higienização adequada de produtos reutilizáveis. O coletor menstrual também é uma ótima alternativa, mas demanda bom conhecimento anatômico. Assim, para a construção de políticas públicas, é fundamental conhecer as preferências das pessoas que menstruam; desconsiderá-las é contribuir para a negação dos direitos menstruais (UNFPA; UNICEF, 2021).

Do ponto de vista emocional, é notória a maior incidência de depressão em quem enfrenta a pobreza menstrual, bem como sentimentos de ansiedade e isolamento social decorrentes do medo de sujar a roupa de sangue no ambiente escolar, além de aspectos culturais — como tradições religiosas que associam a menstruação a algo sujo e impuro —, que impactam diretamente a confiança de pessoas que menstruam (Ferreira *et al.*, 2023).

Frequentar a escola menstruada pode ser perturbador diante da necessidade de vigilância constante sobre o próprio fluxo, gerando hábitos sistemáticos de autocontrole e inquietação. A falta de acolhimento nesse período pode ter consequências graves, como no caso de uma aluna que, em 2020, cometeu suicídio após ser exposta pela professora diante de toda a turma, sendo chamada de “suja” e expulsa da sala, o que evidencia a profundidade do estigma social associado à menstruação (Gadelha; Fonteles Filho, 2024).

A alta tributação acarreta o fenômeno da *pink tax*, ou “taxa rosa”, que consiste em preços diferenciados para produtos femininos. Em razão disso, absorventes são frequentemente tratados como produtos de luxo: embora tenham alíquota zero de IPI, sofrem tributação total semelhante à de bens supérfluos, chegando a 27,5%. Dessa forma, o sistema tributário caminha na contramão de dispositivos constitucionais que visam à equidade de gênero, que é um direito humano (Motta; Rocha Brito, 2022, apud Lupion, 2020).

Sobre o consumo de absorventes, a Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017–2018 demonstrou que mais de 8,7 milhões de meninas vivem em unidades de consumo nas quais foi

declarada a compra de absorventes. A média de gasto com absorventes por unidade de consumo, calculada a partir das declarações de compras das famílias, é de R\$ 12,97; quando se considera o número de meninas e mulheres em idade fértil, esse valor se reduz para R\$ 5,92 por pessoa. No recorte de raça, as despesas por unidade de consumo para uma menina negra são de R\$ 5,45 — 18% a menos do que para uma menina branca (UNFPA; UNICEF, 2021).

Diante do cenário tributário brasileiro, torna-se necessário pensar reformas que efetivem princípios até então pouco aplicados, como solidariedade, capacidade contributiva, isonomia e dignidade da pessoa humana. Pensar uma reforma tributária é pensar mecanismos de efetivação desses direitos e de promoção da igualdade material, uma vez que a política tributária deve estar fundamentada em princípios constitucionais e o fundo público, financiado pela arrecadação, é destinado às políticas sociais (Manzano *et al.*, 2024).

Essa alta tributação funciona como agravante na sociedade brasileira, pois incide predominantemente sobre o consumo, e não sobre patrimônio e renda, repassando seu impacto ao consumidor final. Isso onera desproporcionalmente quem possui menos e está na base da pirâmide social, em grande medida formado por mulheres negras. A desigualdade de gênero é evidente: mulheres recebem, em média, 30% a menos que homens, e a situação é ainda pior para mulheres negras, que recebem cerca de 44% a menos, sendo assim oneradas de forma desproporcional. Dessa maneira, o sistema tributário tem penalizado prioritariamente a população de baixa renda (Manzano *et al.*, 2024).

Esse sistema tributário incide sobre toda a população, mas acaba ampliando sobremaneira a desigualdade de gênero. Tal desigualdade aparece em dados que mostram, por exemplo, que as mulheres dedicam o dobro do tempo dos homens aos cuidados com pessoas e aos afazeres domésticos. A taxa de participação feminina na força de trabalho foi de 54,5%, em comparação a 73,7% dos homens. Considerando o recorte racial, mulheres brancas dedicaram 20,7 horas semanais a cuidados, enquanto mulheres negras ou pardas dedicaram 22 horas, recebendo apenas 57,5% dos rendimentos das mulheres brancas (Manzano *et al.*, 2024).

Esse cenário foi ainda mais agravado pela pandemia de covid-19, em que as dificuldades financeiras se intensificaram e contribuíram para a perda de acesso a itens de higiene menstrual, como absorventes higiênicos, tampões, coletores menstruais e sabonetes. Muitas mulheres passaram a priorizar alimentos e água em detrimento de produtos de higiene pessoal. A menstruação e o acesso igualitário a itens de higiene são entendidos como questões de equidade; a equidade menstrual é, portanto, um tema de direitos humanos e de saúde pública, no qual convergem disparidades raciais, econômicas e de gênero (Ferreira *et al.*, 2023).

A priorização do consumo de alimentos em detrimento de produtos de higiene menstrual está diretamente relacionada à insegurança alimentar dos domicílios, já que absorventes possuem valor elevado e comprometem boa parte do orçamento. Investigando os lares, mais de 50% das meninas vivem em domicílios com algum grau de insegurança alimentar e, em cerca de 1 milhão de casos — 6,81% —, a situação é de insegurança grave (UNFPA; UNICEF, 2021).

O relatório do Fundo das Nações Unidas para a Infância em parceria com o Fundo de População das Nações Unidas, *Pobreza Menstrual no Brasil: Desigualdade e Violações de Direitos* (2021), trouxe em detalhes o cenário da precariedade menstrual no país, evidenciando-o como violador de direitos sexuais e reprodutivos, de igualdade de gênero, de raça e de juventude. Por ser temática cercada de tabus, há escassez de informações e dados. A problemática revela inúmeros desafios para o acesso a direitos e insumos de saúde, desafios esses que retroalimentam ciclos transgeracionais de inequidades de gênero, raça e classe social, impactando diretamente a trajetória educacional (UNFPA; UNICEF, 2021).

O recorte etário mostra ainda outros problemas: adolescentes apresentam maior probabilidade de ter ciclos irregulares no período pós-menarca e, por terem pouco conhecimento sobre o próprio corpo, podem vivenciar fluxos inesperados, com vazamentos e manchas nas roupas, motivo de intensa preocupação e vergonha (UNFPA; UNICEF, 2021).

O enfoque no âmbito escolar se justifica por dados da Pesquisa Nacional de Saúde (2013), segundo a qual a média de idade da primeira menstruação das brasileiras é de 13 anos, com quase 90% das meninas tendo sua menarca entre 11 e 15 anos. Isso significa que passarão de 3 a 7 anos de sua vida escolar menstruando. Nesse contexto, cerca de 321 mil meninas estudam em escolas que não possuem banheiros em condições de uso; na rede pública estadual, 249 mil meninas estão em escolas sem banheiro disponível (UNFPA; UNICEF, 2021).

A falta de saneamento básico impacta diretamente o aproveitamento escolar. Dados de 2018 do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento demonstraram que 100 milhões de brasileiros não possuem acesso a esgotamento sanitário e 35 milhões não têm acesso à água tratada. O relatório *A falta que o saneamento faz* (2009) mostrou que estudantes que residem em localidades sem saneamento adequado apresentam redução de 18% no aproveitamento escolar (Gadelha; Fonteles Filho, 2024).

Quanto à divisão dos banheiros por sexo, 440 mil meninas estudam em escolas que não possuem sanitários separados para meninos e meninas. Em relação à disponibilidade de papel higiênico, 1,24 milhão de meninas — 11,6% do total de alunas — não contam com esse insumo nas escolas em que estudam. No recorte racial, 66,1% dessas estudantes são pretas ou pardas;

o risco de uma menina negra estudar em escola sem papel higiênico é 51% maior do que o de uma menina branca (UNFPA; UNICEF, 2021).

Além da quantidade suficiente de banheiros, é necessário que esses espaços possuam condições mínimas de higiene. Estudo realizado pelo Grupo de Políticas Públicas e Direitos Humanos em Saúde e Saneamento da Fiocruz Minas, com estudantes de 12 a 16 anos da zona rural baiana, constatou que a falta de limpeza dos banheiros fazia com que as alunas evitassem usá-los durante todo o dia, gerando preocupação com possíveis vazamentos (Gadelha; Fonteles Filho, 2024).

No tocante à disponibilidade de pias e sabão para higienização das mãos após o uso do banheiro, 652 mil meninas não têm acesso a pias ou lavatórios em condições de uso nas escolas que frequentam. Em relação ao sabão, o dado é ainda mais alarmante: 3,5 milhões de meninas estudam em escolas que não disponibilizam sabão para lavagem das mãos, sendo 62,6% delas pretas ou pardas, o que corresponde a 2,25 milhões de meninas (UNFPA; UNICEF, 2021).

A disponibilidade desses recursos diz respeito às condições WASH, que são indispensáveis; contudo, 4 milhões de meninas frequentam escolas que carecem de pelo menos um desses requisitos, e quase 200 mil alunas não contam com nenhum item de higiene básica, estando totalmente privadas de condições mínimas para o cuidado com a menstruação no ambiente escolar (UNFPA; UNICEF, 2021).

Fora do cenário escolar, 713 mil meninas declararam não possuir banheiro em suas residências. Destas, 632 mil vivem sem acesso a sanitário de uso comum no terreno ou propriedade e, para suprir essa lacuna, 395 mil utilizam um sanitário improvisado ou um buraco para dejeções cercado por algum material. Como a pobreza menstrual não se limita à falta de absorventes, o relatório citado evidencia que 900 mil pessoas não possuem acesso à água, 570 mil meninas não têm água canalizada, 395 mil pessoas não dispõem de sanitários ou fossas e 237.548 afirmam defecar a céu aberto, situação de extrema vulnerabilidade (UNFPA; UNICEF, 2021).

No tocante ao saneamento, 6,5 milhões de meninas vivem em casas cujo escoadouro não está ligado à rede. Desse total, 24% das meninas brancas e 37% das meninas negras vivem em locais sem serviço de esgotamento sanitário. Outro ponto crítico diz respeito à coleta de lixo proveniente do descarte de insumos de higiene menstrual: mais de 3 milhões de meninas vivem em residências sem coleta de lixo; as soluções adotadas incluem despejo em terrenos baldios, enterramento da sujeira na propriedade ou queima — opção adotada em lares de 1,67 milhão

de meninas. Em domicílios sem coleta, 7% são de meninas brancas e 14% de meninas negras, o que evidencia a precariedade do tratamento de resíduos no país (UNFPA; UNICEF, 2021).

Quando foi feito um comparativo acerca da quantidade de banheiros exclusivos para moradores disponíveis no domicílio, terreno ou propriedade, verificou-se que a chance de uma menina negra não possuir acesso a banheiro é quase o dobro da chance de uma menina branca na mesma condição. Por sua vez, a probabilidade de meninas negras viverem em domicílios com quatro ou mais banheiros privativos é 78% menor que a de meninas brancas (UNFPA; UNICEF, 2021).

Outro fator presente durante o período menstrual é a dismenorreia, caracterizada por dor e outros sintomas, com prevalência em cerca de 80% das adolescentes. Esses sintomas podem interferir no desempenho escolar e aumentar o absenteísmo, afetando negativamente a qualidade de vida e a educação de milhares de adolescentes (Silva *et al.*, 2020, apud Silva Jra *et al.*, 2017).

Em pesquisa realizada com 50 adolescentes de 13 a 19 anos em uma escola de referência na cidade de Recife (PE), 94% das estudantes afirmaram sentir cólica no período menstrual; 18% relataram sempre faltar às aulas quando menstruadas e 38% disseram faltar ocasionalmente. Em relação ao desempenho nas tarefas escolares, 56% declararam que a menstruação ocasionalmente atrapalha e 36% afirmaram que sempre atrapalha (Silva *et al.*, 2020).

A puberdade feminina começa cerca de dois anos e meio antes da menarca. Trata-se de um período em que ocorre uma verdadeira revolução interior, exteriorizada por meio de transformações físicas e emocionais. Não existe data exata para o início da puberdade, mas há fatores que podem influenciar a primeira menstruação, como o consumo de produtos industrializados e o local de moradia, uma vez que ambientes mais poluídos podem antecipar a menarca (Fioretti, 2021).

A puberdade é composta por um conjunto de hormônios responsáveis por cada transformação. O processo se inicia com a leptina, hormônio que informa ao cérebro que o corpo está preparado para as mudanças; em seguida, o hipotálamo passa a produzir kisspeptina, que dita o ritmo do processo. Inicialmente, é produzido o hormônio liberador de gonadotrofina, que sairá do hipotálamo e comandará a hipófise para iniciar a produção do hormônio luteinizante (LH) e do hormônio folículo-estimulante (FSH), que serão encaminhados às glândulas suprarrenais e aos ovários (Fioretti, 2021).

Nas glândulas suprarrenais, esses hormônios estimulam a produção de estrogênio e testosterona. Quando chegam aos ovários, o LH e o FSH tornam-se os principais responsáveis pelas transformações no corpo feminino, como crescimento das mamas, arredondamento do corpo, crescimento ósseo e diversas outras mudanças perceptíveis (Fioretti, 2021).

A menstruação ainda é um tema sensível. A escassez de debates e o sentimento de vergonha em torno do assunto produzem grande desinformação entre meninas que terão sua menarca, ou primeira menstruação. Nos últimos anos, surgiram livros com classificação indicativa adequada ao público infantojuvenil, visando esclarecer a temática e desmistificar a visão negativa do ciclo menstrual. Entre esses livros, destacam-se *A lua de Alice* (2020) e *Os segredos de Alice no País das Maravilhas* (2021), ambos voltados à temática da primeira menstruação.

Com a entrada na puberdade e a ocorrência da primeira menstruação, costumam ser impostas normas culturais, sintetizadas em frases como “agora é mulher” ou “tem que fechar as pernas”. Como mencionado anteriormente, a menstruação torna a pessoa que menstrua “perigosa” em função de seu potencial sexual, e, a partir desse momento, espera-se que se comporte como “mocinha”. Impor crenças restritivas a meninas que ainda são crianças as expõe a tabus e sentimentos de vergonha, fazendo com que, por constrangimento, deixem de participar de atividades esportivas e brincadeiras, essenciais ao desenvolvimento da criatividade, da coordenação motora, da percepção espacial e da socialização.

A menstruação, como já descrito, por muito tempo — e ainda hoje — carrega conotação negativa, resultado de sua simbologia como rito de passagem: a menina passa da infância ao mundo adulto a partir da menarca. Isso faz com que muitas tenham sua infância interrompida precocemente (Sousa *et al.*, 2024).

Essas percepções da menstruação como rompimento da infância aparecem na obra *Vinco*, quando Manu relata a experiência de sua avó ao menstruar pela primeira vez. Mesmo muito jovem, ela já sabia o que aquele sangue na calcinha significava e fez uma despedida simbólica de seus brinquedos favoritos (Sawitzki, 2022).

Outra percepção semelhante vem de inúmeros relatos de primeira menstruação, em que diversas meninas expressam angústia, medo e ausência de desejo de se tornar adultas. Um desses relatos é o de Deo Robbins, que, ao vestir a cinta para segurar o absorvente, começa a chorar, sentindo a melancolia da infância perdida; outros depoimentos associam a chegada da menstruação a sentimentos negativos e à ideia de perda da infância (Nalebuff, 2012).

Em contrapartida, surgem também produções que propõem uma nova visão sobre o ciclo menstrual, valorizando seus aspectos positivos e naturais. Entre os livros que abordam a menstruação sob essa perspectiva está *A lua de Alice* (2021), recomendado para leitura a partir dos seis anos, que narra a história de Alice, menina que vivencia sua primeira menstruação na casa da avó, recebendo acolhimento e cuidado.

Outra obra infantojuvenil é *Os segredos de Alice* (2021), que reconta a história de *Alice no País das Maravilhas* em forma de alegoria da puberdade, em que cada personagem simboliza um aspecto desse período. Judy Blume (2023), em *Deus, você está aí? Sou eu, Margaret*, apresenta a trajetória de Margaret, uma menina que enfrenta a avalanche de sentimentos e mudanças da puberdade, em processo acolhedor de descoberta sobre o próprio corpo.

No mesmo sentido de descobertas, o estúdio Pixar lançou, em 2022, o filme *Red: Crescer é uma Fera*, que apresenta Mei-Mei, menina de 13 anos que possui uma herança materna de se transformar em um panda vermelho; a primeira transformação ocorre justamente com sua menarca. O filme é rico em simbolismos voltados à desmistificação da visão negativa da menstruação, um deles associado à cor vermelha — que, na cultura chinesa, representa sorte —, ao mesmo tempo em que constrói uma narrativa que busca tratar do tema de forma natural.

No âmbito educacional, utilizam-se materiais lúdicos como estratégia didática para apresentar a menstruação de modo positivo. Um exemplo é o projeto “Princesas Menstruantes”, idealizado pela psicóloga e educadora menstrual Carolina Ramirez, que busca uma educação menstrual emancipadora, adaptando histórias de princesas ao ciclo menstrual para ressignificar a experiência (Gadelha; Fonteles Filho, 2024).

Diante do cenário alarmante apresentado pelos dados, em 8 de março de 2023 foi editado o Decreto n.º 11.432 pelo Governo Federal, criando o Programa de Dignidade Menstrual em articulação com o Ministério das Mulheres, o Ministério da Saúde, o Ministério da Justiça e Segurança Pública, o Ministério da Educação, o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania e o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social. O decreto regulamenta a Lei n.º 14.214/2021, que versa sobre a distribuição gratuita de absorventes (Governo Federal, 2024).

A referida lei resulta de projeto proposto pela deputada Marília Arraes, que cria o Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual. Entre as pessoas beneficiadas estão estudantes de baixa renda, mulheres em situação de rua, mulheres privadas de liberdade e mulheres internadas em unidades de tratamento socioeducativo. Diversos dispositivos foram vetados pelo então presidente Jair Bolsonaro, inclusive o que tratava da distribuição gratuita de

absorventes, mas, com a mobilização de parlamentares e da sociedade civil, o Congresso Nacional derrubou o veto e restabeleceu os dispositivos (Portal da Câmara dos Deputados, 2022).

Entre as beneficiárias do programa estão pessoas com renda mensal de até R\$ 218,00; estudantes de baixa renda de escolas públicas, com renda familiar per capita de até meio salário-mínimo; pessoas em situação de rua; mulheres recolhidas em unidades do sistema prisional ou em cumprimento de medida socioeducativa. Para estes dois últimos grupos, a distribuição é feita pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública (Governo Federal, 2024).

É importante enfatizar que a maior parte do público beneficiário do programa é composta por mulheres pretas e pardas, justamente aquelas mais atingidas pela pobreza menstrual. A garantia do direito de acesso a itens de higiene menstrual constitui uma dívida histórica dos países com as pessoas que menstruam, e assegurar esses direitos representa passo essencial para a efetivação da dignidade humana (Prado, 2024).

Mesmo com as garantias constitucionais relacionadas à dignidade humana, mulheres privadas de liberdade ainda enfrentam restrições, em razão da oposição a projetos de lei que buscam assegurar a disponibilidade de papel higiênico e absorventes em unidades prisionais. O Projeto de Lei n.º 59/2023 inclui os §§ 1.º, 2.º e 3.º na Lei de Execução Penal, estabelecendo itens de higiene como produtos obrigatórios nos estabelecimentos prisionais, entre eles papel higiênico e absorventes. Contudo, a proposta ainda enfrenta resistência de bancadas que se mostram contrárias à disponibilização desses itens em presídios (Portal da Câmara dos Deputados, 2023).

Para além da criação do programa, foi disponibilizada uma cartilha com dados que evidenciam sua importância. Estima-se que o número global de pessoas sem instalações adequadas para higiene menstrual seja de 500 milhões. Entre jovens de 14 a 24 anos, 32% declararam já ter passado por situações em que não tinham condições de adquirir absorventes. Em relação ao absenteísmo escolar, uma em cada quatro meninas falta à escola durante o período menstrual, e apenas 20% das alunas relatam ter se sentido bem-informadas no momento da primeira menstruação (Governo Federal, 2024).

No âmbito desse programa, foi apresentado o Projeto de Lei n.º 1621/2024, da deputada Erika Hilton, cujo objetivo é incluir mulheres em contextos de eventos climáticos extremos, calamidade pública e deslocamento climático entre as beneficiárias do Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual, responsável pelo fornecimento de absorventes gratuitos no país.

O projeto foi aprovado unanimemente pela Comissão da Mulher e segue para apreciação em outras comissões (Portal da Câmara dos Deputados, 2024).

3.3.1 Educação em Direitos Humanos e a questão de gênero

Sobre a educação no Brasil, esta nem sempre foi considerada uma questão nacional. Remontando ao período entre 1549 e 1759, a matriz portuguesa não instalou um sistema de acesso ao ensino; pelo contrário, delegou essa função aos jesuítas, que a desempenharam por 210 anos. Mesmo após os períodos colonial e imperial, o acesso à educação continuou sendo um direito restrito a uma pequena parcela da população, diferentemente de países cujas repúblicas foram estabelecidas sob o manto de ideias liberais, como é o caso da Europa, berço da Revolução Francesa (Mendonça, 2021).

Em 1924 foi criada a Associação Brasileira de Educação, de cunho elitista; por meio dessa associação houve a união de diversos profissionais da educação que, mediante mobilização social, deram origem ao movimento renovador da educação. Esse movimento culminou na divulgação, em 1932, do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, cujo ponto alto foi a institucionalização da educação pública como direito de acesso ao ensino (Mendonça, 2021).

Mesmo diante da unanimidade em torno da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), não foi possível, em 1966, período marcado pelo conflito entre os blocos capitalista e socialista, a aprovação de um decreto afirmando direitos civis, políticos e culturais. A agenda dos Direitos Humanos foi, então, congelada. Esses direitos foram reacendidos na década de 1970, com a resistência à ditadura e a transição para a democracia, lutas protagonizadas por mulheres, operários, indígenas e movimentos sem-terra (Tosi; Zenaide, 2016).

Com o declínio e início da ditadura no Brasil, foi apenas na década de 1970 que o movimento feminista ressurgiu com maior força, trazendo pautas até então pouco abordadas, como violência doméstica, sexualidade e reprodução humana. A Constituição de 1988, denominada Constituição Cidadã, incorporou ao ordenamento jurídico os preceitos dos Direitos Humanos, incluindo a igualdade de gênero e o direito à educação (Rabay; Silva, 2018).

O tema dos Direitos Humanos no Brasil possui profunda relação com o regime ditatorial imposto em 1964, pois é a partir do atrito entre Estado e sociedade civil que se compreendem as mobilizações sociais de enfrentamento ao regime. Essas lutas podem ser consideradas o

motor de movimentos que desembocaram na promulgação da Constituição Federal de 1988, cuja importância reside no reconhecimento e na posituação das reivindicações pela dignidade humana, presentes nos artigos 3º e 5º (Mendonça, 2021).

Esse movimento pela garantia dos Direitos Humanos culminou na Assembleia Nacional Constituinte de 1987 e na promulgação da Constituição de 1988, que adotou os Direitos Humanos como alicerce ético e jurídico. Na década de 1980 iniciaram-se congressos, cursos e a criação de comissões voltadas ao tema. Em 1993 ocorreu a Conferência Mundial de Direitos Humanos, em Viena, da qual resultou o compromisso, assumido no governo de Fernando Henrique Cardoso, de criar uma comissão responsável por elaborar uma agenda de Direitos Humanos, com foco em ações educativas para a promoção de uma cultura de respeito a tais direitos (Tosi; Zenaide, 2016).

Com a Conferência de Viena, em 1993, a ONU declarou a Década da Educação em Direitos Humanos, convocando os Estados-membros a desenvolverem processos educativos e diretrizes de implementação. Entre os marcos que impulsionaram o Brasil nessa agenda estão: a criação da Secretaria Especial de Direitos Humanos, da Coordenação-Geral de Educação em Direitos Humanos e do Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos, em 2003 (Mendonça, 2021).

Ainda em 2003, o Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos elaborou o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH), levado à discussão nacional com inúmeras contribuições, resultando em sua redação final em 2006. A importância do PNEDH reside no fato de apresentar princípios e fundamentos da educação em Direitos Humanos, configurando-se como iniciativa multidimensional voltada à formação de sujeitos de direitos (Mendonça, 2021).

Outra iniciativa relevante foi a elaboração das Diretrizes Gerais de Educação em Direitos Humanos, aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação em 2012. Tais diretrizes fixaram parâmetros para a educação formal em todos os níveis e modalidades. A educação em Direitos Humanos deve ser compreendida como projeto político-pedagógico que transcende a sala de aula, atravessando regimentos escolares, materiais didáticos e práticas de gestão democrática (Mendonça, 2021).

Compreender a educação em Direitos Humanos como política pública exige compreender igualmente a construção das políticas públicas. A formulação dessas políticas pressupõe o estabelecimento, pela sociedade, de temas prioritários a serem incorporados pelo Estado. No cenário brasileiro, em que a democracia ainda não é um marco consolidado, a

participação de grupos organizados da sociedade civil foi crucial no processo de redemocratização (Mendonça, 2021).

Em 2000, o Fórum Mundial de Educação assumiu, em Dakar, o compromisso de eliminar disparidades de gênero na educação secundária até 2005 e de alcançar a igualdade de gênero na educação até 2015 (Rabay; Silva, 2018).

No que se refere à equidade de gênero como direito humano, destacam-se a 8ª Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (1994), a Conferência Mundial de Viena (1993), o Cairo (1994), Beijing (1995) e a Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher. Todas essas conferências, desde meados do século XX, evidenciam o papel central da educação para a promoção da dignidade humana (Rabay; Silva, 2018).

Sob a égide da Constituição Cidadã, o Brasil vivenciou a eleição de sete presidentes da República. A agenda dos Direitos Humanos foi incorporada, ainda que de forma inicial, no governo José Sarney (1985-1990), quando o país anunciava sua intenção de aderir a tratados internacionais, posteriormente internalizados mediante decretos no governo Collor (1990-1992) (Mendonça, 2021).

No governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) foi criada a Secretaria Nacional de Direitos Humanos, no âmbito do Ministério da Justiça, posteriormente transformada em Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, com status de ministério. No governo Lula (2003-2011), a Secretaria foi elevada ao nível de Secretaria Especial vinculada à Presidência da República (Mendonça, 2021).

No governo Dilma Rousseff (2011-2016) foram criados o Ministério da Mulher, o Ministério da Igualdade Racial e o Ministério dos Direitos Humanos. Ainda na gestão Dilma, iniciativas relevantes para a igualdade de gênero foram implementadas, como o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (2013), que articulava ações estatais voltadas à erradicação das desigualdades de gênero. Outro documento importante foi a pesquisa “Por ser menina no Brasil: crescendo entre direitos e violência”, de 2013, que ouviu meninas de todas as regiões do país e abordou, entre outros temas, desigualdades de gênero (Santos; Brito, 2019).

No governo Michel Temer (2016-2019), esses ministérios foram dissolvidos e substituídos pelo Ministério dos Direitos Humanos. No governo Jair Bolsonaro (2019-2022), passaram a compor o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Nesse período, o Brasil vivenciou profundos retrocessos na agenda dos Direitos Humanos e na educação em Direitos Humanos (Mendonça, 2021).

Foi nesse contexto que se iniciou uma cruzada na educação contra a alegada “ideologia de gênero”, com iniciativas como o movimento “Escola sem Partido” e a reforma do ensino médio, ambas voltadas à limitação do pensamento crítico, sobretudo quanto às questões de gênero. Tais iniciativas não são neutras e buscam retirar da escola a possibilidade de questionamento das ideologias dominantes (Carvalho, 2023). Na versão final da Base Nacional Comum Curricular, o Ministério da Educação retirou referências à orientação sexual e suprimiu o termo gênero em diversos trechos (Agência Brasil, 2017).

O ponto central dessas disputas educacionais é a questão de gênero. Movimentos de base religiosa têm se organizado desde a década de 1990 contra as diretrizes globais sobre gênero. Entre as iniciativas inspiradas no movimento americano “Save Our Children”, destaca-se a atuação dos deputados Flávio e Carlos Bolsonaro, autores de projetos de lei estaduais e municipais no Rio de Janeiro sobre o tema “Escola sem Partido” (Franco; Filho, 2020).

Ainda durante o governo Bolsonaro, outros episódios sinalizaram a retirada das discussões de gênero, como a censura de livros em quadrinhos na Bienal do Livro do Rio de Janeiro pelo prefeito Marcelo Crivella (2019), e a retirada de 43 livros escolares pelo governador Marcos Rocha, por considerá-los “inadequados”. A exclusão das discussões de gênero evidencia uma perspectiva de privatização moral da educação, pois delega ao âmbito privado temas essenciais ao desenvolvimento crítico de crianças e adolescentes (Franco; Filho, 2020).

A importância da educação em Direitos Humanos reside no desenvolvimento da crítica às relações de poder e na formação para o exercício da cidadania, o que exige compreensão da perspectiva de gênero e sua inclusão nos processos educativos. Um passo crucial para isso é a formação dos profissionais da educação, especialmente a formação docente (Rabay; Silva, 2018).

A centralidade da mulher na educação e a própria educação em Direitos Humanos exigem reconhecer a escola como espaço também feminino, contemplando temas como a saúde da mulher. Richard Miskolci (2012) demonstra que a escola é estruturada a partir de um currículo oculto masculino, que desconsidera especificidades como a precariedade menstrual.

No campo dos Direitos Humanos e gênero, Kimberlé Crenshaw (2002) argumenta que, embora a Declaração Universal de 1948 afirme a universalidade dos direitos, esses foram historicamente pensados a partir da experiência masculina. As demandas das mulheres eram classificadas como diferenciação, o que as marginalizava. Por isso, os movimentos de mulheres

foram decisivos para que as conferências internacionais reconhecessem direitos humanos específicos das mulheres, e não apenas aqueles que coincidiam com a experiência masculina.

Ainda sob a perspectiva do ativismo, a inclusão da questão racial nos Direitos Humanos evidencia a intersecção entre gênero e raça e demonstra como mulheres e homens sofrem discriminações de modo distinto. Surge daí o conceito de “superinclusão”, referente a problemas enfrentados por um grupo específico de mulheres que são erroneamente generalizados como problemas de todas as mulheres, ignorando recortes como o racial.

Outro conceito é o de “subinclusão”, que trata de problemas enfrentados por um grupo subordinado de mulheres que não é incluído nas pautas gerais por não integrar grupos dominantes, como ocorre com mulheres pretas e pardas cujas demandas, como a pobreza menstrual, são frequentemente negligenciadas.

Pensar uma educação menstrual não significa apenas explicar o que é pobreza menstrual, mas construir uma educação emancipatória orientada pela desestigmatização patriarcal dos sangramentos femininos e pela compreensão da menstruação como processo natural dos corpos que menstruam. Um exemplo dessa abordagem está no projeto pioneiro da psicóloga Carolina Ramirez (2015), que utiliza histórias de princesas adaptadas ao contexto menstrual (Gadelha; Fonteles Filho, 2024).

Chris Bobel (2010), uma das principais pesquisadoras sobre o tema, destaca que o ativismo menstrual combate a narrativa cultural dominante que associa menstruação ao sujo e ao impuro, impondo silêncio sobre o tema. Para Miren Guilló Arakistain, o ativismo deve ressignificar o ciclo menstrual e criar um espaço de resistência ao discurso médico-científico e ao modelo cultural; assim, pessoas menstruantes reivindicam sua condição de sujeitos políticos (Prado, 2024).

Para Bobel, o ativismo menstrual precisa ser radical e fazer parte do debate sobre dignidade menstrual. Caso contrário, reduz-se a uma aliança com o neoliberalismo, pois, se a pobreza menstrual for tratada apenas com distribuição de absorventes, a lógica industrial continuará lucrando com absorventes descartáveis, perpetuando a exploração dos corpos e o acúmulo de capital externo (Prado, 2024).

A mercantilização da menstruação também ocorre pela exigência de corpos produtivos, eliminando o reconhecimento do período menstrual como momento de pausa. Isso se reforça pelo uso prolongado de medicamentos hormonais sintéticos que suprimem a ovulação e, conseqüentemente, a menstruação (Prado, 2024).

Assim, a crítica ao modelo industrial-higiênico-farmacológico e ao produtivismo integra o movimento do ativismo menstrual, que defende uma compreensão mais profunda da saúde menstrual e sua abordagem no espaço público, conceito denominado por Núria Sala de “menstruação decolonial” (Prado, 2024).

Esse debate é atravessado por dificuldades práticas nos ambientes escolares e laborais, nos quais mulheres precisam esconder e controlar suas funções corporais para evitar exposição. Esse controle gera desafios relacionados a disponibilidade de banheiros, suprimentos e privacidade (Martin, 2006).

É essencial reconhecer que as causas da pobreza menstrual não se limitam à escola; contudo, esta é uma das instâncias mais importantes para inclusão e democratização social. A Declaração Mundial sobre Educação para Todos estabelece que o processo educacional deve ser democrático, inclusivo e oferecer ambientes seguros e adequados às necessidades dos estudantes (Gadelha; Fonteles Filho, 2024).

Pensar a escola como espaço que contemple essas questões e construir um currículo em Direitos Humanos significa garantir o direito humano à educação e o direito constitucional à igualdade de gênero. Isso inclui políticas públicas que assegurem acesso e permanência de crianças e adolescentes na escola, conforme preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), efetivando uma educação em e para os Direitos Humanos voltada ao desenvolvimento crítico e ao empoderamento dos sujeitos.

4 DELINEANDO OS CAMINHOS DA PESQUISA

A pesquisa tem como método escolhido o indutivo, uma vez que o presente projeto evidencia uma problemática em nível local, mas aponta perspectivas a serem adotadas em nível de políticas públicas nacionais para seu enfrentamento. Trata-se de uma pesquisa de campo que, segundo Minayo (2007), consiste em levar à prática empírica toda a construção teórica elaborada. Nessa fase, combinam-se instrumentos de observação, como entrevistas e outras modalidades de interlocução, constituindo uma etapa que aproxima o pesquisador da realidade sobre a qual formulou sua pergunta de pesquisa. A abordagem é qualitativa, por tratar de questões particulares que não podem ser quantificadas, e possui caráter exploratório.

A pesquisa inicia-se com uma revisão da literatura. No primeiro capítulo, apresenta-se um panorama histórico acerca dos direitos reprodutivos e da modificação das visões sobre o corpo feminino. No tópico seguinte, realiza-se uma trajetória sobre os direitos sexuais e

reprodutivos no Brasil e, por fim, adentra-se no tema da menstruação, discutindo a problemática da pobreza menstrual e os diversos fatores que a atravessam.

No segundo capítulo, antes mesmo de adentrar propriamente na temática da pobreza menstrual, torna-se imperioso compreender as questões atinentes à pobreza e como esta afeta o acesso a direitos básicos, como saúde e educação. A partir dessa concepção, e utilizando marcadores de gênero, raça e classe, a pesquisa buscou entender como essas problemáticas afetam de forma mais intensa as pessoas que menstruam, apresentando em seguida como a pobreza menstrual incide especialmente sobre pessoas pretas e pardas.

Foi realizada pesquisa nas bases Google Acadêmico, SciELO e Periódicos CAPES. Na plataforma SciELO, buscando apenas o termo “pobreza menstrual”, foram encontrados 48 trabalhos sobre a temática; ao adicionar o termo “adolescentes”, o número cai para cinco. Na plataforma Periódicos CAPES, a busca por “pobreza menstrual” retorna apenas um trabalho; quando o termo é alterado para “dignidade menstrual”, aparece apenas mais um estudo. No Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas da UFPB, foi identificada apenas uma dissertação sobre o tema, não tendo o absentismo escolar como foco principal.

A pesquisa de campo foi idealizada como um espaço de troca, no qual as participantes pudessem compartilhar suas experiências e vivências sobre a menstruação em casa e na escola. As rodas de conversa constituíram o primeiro momento: tratava-se de um espaço de apresentação, partilha e acolhimento, no qual eu expunha a motivação da pesquisa e iniciava a escuta das participantes. As rodas não seguiam um roteiro rígido; alguns pontos essenciais foram previamente definidos, como: experiência com a primeira menstruação, menstruar e ir para a escola, bullying, menstruação como empecilho à participação nas atividades, mudanças decorrentes da menarca, discussão do tema na escola e conhecimento sobre políticas públicas de distribuição de absorventes.

Por não haver roteiro rígido, a ordem desses pontos variava, e outros assuntos emergiam espontaneamente. Entretanto, por ser um tema ainda permeado por vergonha, algumas participantes mostraram-se retraídas. Dessa forma, paralelamente às rodas de conversa, aplicou-se um questionário com 13 perguntas — contendo dados sociodemográficos, 12 questões objetivas e uma discursiva. A pesquisa contou com 21 participantes.

As perguntas foram elaboradas, inicialmente, para traçar o perfil das pessoas que menstruam e que são atingidas pela pobreza menstrual no contexto escolar estudado. A partir desse perfil, buscou-se compreender questões relacionadas à falta de condições mínimas para

enfrentar o ciclo menstrual com dignidade, bem como temas recorrentes em outros estudos, como bullying, absenteísmo e acesso a políticas públicas. O questionário foi estruturado de modo a permitir respostas que contribuíssem diretamente para o problema de pesquisa.

A divisão das escolas municipais de João Pessoa ocorre em nove polos. Para a pesquisa, selecionou-se uma escola localizada no bairro da Penha, com o objetivo de observar a tratativa da temática no âmbito da educação municipal. A escola foi escolhida pela boa recepção, pela disponibilidade para a realização da pesquisa e pelo fato de já ter desenvolvido iniciativas sobre o tema, como palestras e distribuição de absorventes.

Os critérios de inclusão foram: pessoas que menstruam, estudantes da rede municipal de João Pessoa, matriculadas no 6º, 7º, 8º ou 9º ano, e que manifestaram interesse em participar. Os critérios de exclusão incluíram: meninos cis, meninas que ainda não iniciaram seu ciclo menstrual e estudantes que não pertenciam à rede municipal.

A faixa etária variou entre 11 e 16 anos, período marcado por intensas transformações próprias da adolescência, no qual surgem dúvidas e construções sociais que dificultam o diálogo sobre o tema. O diálogo com as participantes buscou fomentar a discussão por meio de livros e materiais que utilizassem a perspectiva de uma educação menstrual libertadora, apresentando a menstruação como processo natural e como elemento para a construção da autonomia corporal.

Primeiro contato com o campo: No dia 2 de abril de 2025, entrei em contato com a escola e me reuni com a diretora para apresentar a pesquisa e a intenção de realizar as etapas presenciais com as estudantes. Após a autorização formal da instituição, por meio da carta de anuência e demais documentos, submeti o projeto ao Comitê de Ética, que, no dia 28 de maio, por meio do parecer consubstanciado nº 7.599.124, aprovou a realização da pesquisa nos critérios estabelecidos.

Segundo contato com o campo: No dia 4 de junho de 2025, fiz o primeiro contato com as participantes. A dinâmica da pesquisa se ajustou ao funcionamento da escola. Assim, diferente da ideia inicial de reunir todas as meninas para depois identificar as interessadas, precisei entrar em cada sala e perguntar individualmente quem desejava participar, evitando esvaziar as turmas. Nesse momento inicial, o tema da pesquisa não foi explicitado, pois havia meninos e meninas nas salas e isso poderia gerar constrangimentos.

Seguindo essa dinâmica, selecionei inicialmente 11 participantes. O primeiro encontro foi planejado para ocorrer na quarta-feira; no entanto, na quinta-feira as aulas encerraram mais cedo, e o encontro foi cancelado. Na sexta-feira, um imprevisto também impossibilitou a atividade, pois a diretora só estaria disponível no turno da tarde.

Primeira roda de conversa: No dia 9 de junho, realizei a primeira roda de conversa com quatro adolescentes do 6º e 7º anos, entre 11 e 12 anos. O encontro ocorreu na biblioteca, em mesas redondas que favoreciam a interação visual entre todas. O início foi tímido: apresentei-me, expliquei o tema e minha motivação pela pesquisa. Para criar vínculo, compartilhei minha própria experiência — momento no qual as participantes começaram a se abrir. Observei uma carga significativa de vergonha, estigmas menstruais e dúvidas.

Procurei responder às dúvidas que surgiam. Apresentei os livros utilizados, sendo o principal “O ouro vermelho de Dara” (2024). Ao mostrá-lo, uma participante sorriu ao se reconhecer como menina negra e praticante de capoeira, demonstrando a importância da representatividade trazida pelo material.

Figura 1: Biblioteca



Fonte: Arquivo pessoal, 2025.



Fonte: Arquivo pessoal, 2025.

Segunda roda de conversa: No dia 10 de junho fiz a segunda roda de conversa com 7 adolescentes do 8º e 9º, com idades entre 13 e 16 anos, que aconteceu na sala Google já que a biblioteca estava ocupada. O segundo encontro foi mais curto que o primeiro, percebi existir menos vergonha que as adolescentes mais novas, elas falavam abertamente sobre o tema, de forma mais informada e com poucas dúvidas, os livros não tiveram a mesma contemplação que

com as meninas mais novas, mas o encontro se mostrou muito importante para demonstrar a mudança da percepção das adolescentes.

Figura 2: Sala Google



Fonte: Arquivo pessoal, 2025.



Fonte: Arquivo pessoal, 2025.

Terceiro contato com o campo: Atendendo ao cronograma da pesquisa e à disponibilidade da escola, foi realizado um segundo momento com outras adolescentes. Assim como anteriormente, entrei em novas turmas do 6º, 7º, 8º e 9º anos, utilizando a mesma estratégia de revelar o tema da pesquisa somente quando estivesse reunida com as voluntárias que demonstrassem interesse em participar. Esse segundo momento contou com a presença de 10 pessoas que menstruam.

Terceira roda de conversa: No dia 16 de junho, realizei a terceira roda de conversa com quatro meninas do 6º e 7º anos. Inicialmente, fomos encaminhadas para a sala maker; porém, devido à constante circulação de pessoas que preparavam a escola para as festividades de São João, solicitei que fôssemos para a biblioteca. Enquanto aguardávamos a abertura da sala, as meninas demonstraram interesse pelas capas dos livros. Como havia quatro livros e quatro participantes, propus que cada uma escolhesse um exemplar. As reações variaram entre interesse, timidez, surpresa e encantamento — especialmente em relação ao livro *O ouro vermelho de Dara*, pois uma das participantes achou fascinante a representação de Oxum.

Ao chegarmos à biblioteca, segui o mesmo roteiro de conversa utilizado no primeiro encontro. Novamente, percebi uma significativa carga de vergonha relacionada à menstruação, além de dúvidas que surgiam espontaneamente. Nesse dia, além dos livros previamente selecionados, decidi utilizar também um livro que estava exposto na sala por meio de cartazes:

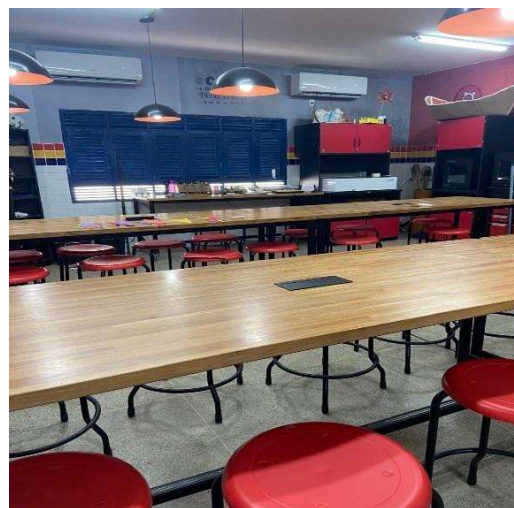
Vozes Ancestrais. Entre os rituais apresentados pela obra, destaquei o “ritual da moça nova”, que oferece uma perspectiva positiva sobre o início da menstruação.

Quarta roda de conversa: No dia 17 de junho, realizei a última roda de conversa, desta vez com seis adolescentes do 8º e 9º anos. Permanecemos na sala maker, que naquele dia estava mais tranquila. As participantes falaram menos do que as meninas mais novas, mas, diferentemente do primeiro grupo do 8º e 9º anos, trouxeram questões semelhantes às já observadas: vergonha, falta de acolhimento no ambiente escolar e dificuldades relacionadas à infraestrutura para o manejo seguro da menstruação.

Figura 3: Sala Maker



Fonte: Arquivo pessoal, 2025.



Fonte: Arquivo pessoal, 2025.

Munida de textos sobre menstruação decolonial e educação menstrual emancipadora, para além apenas de entender somente o contexto em que as participantes se encontravam tanto em suas residências como na escola, apresentei livros que demonstrassem que nem sempre a menstruação foi vista como algo negativo. Com foco principalmente em livro infanto-juvenil que usassem uma linguagem mais fácil e descomplicada sobre o tema, sempre tentando explicar o que é a menstruação, porque ocorre, de onde vem muitos estigmas menstruais, apresentando outros meios de contenção do fluxo menstrual.

No roteiro das rodas de conversa quando compartilhava meu interesse sobre o tema, sempre mencionava o quanto aprendi que a menstruação era vista como algo bom, fazia isso apresentando a figura da Vênus de Laussel, contida no livro *A origem do mundo* (Stromquist, 2018), uma imagem tida como o primeiro registro do ciclo menstrual, se caracteriza por uma

mulher que com uma mão segura o ventre e na outra segura um casco de bode com as doze marcações dos meses lunares e do ciclo menstrual. Sempre que a mencionava sempre trazia o quanto as religiões antigas viam a menstruação como uma dádiva e não como um castigo.

Figura 4: Vênus de Laussel



Fonte: *História das artes visuais 1: blog da disciplina – prof Aline Couri / HA EBA UFRJ.*

Outras obras também foram introduzidas na conversa, como exemplo a obra Os segredos de “Alice no país das maravilhas” (Fioretti, 2021) que traz uma representação da menstruação como personagens da obra de Lewis Carroll (1865). Este livro foi utilizado no primeiro encontro pra demonstrar a mandala do ciclo menstrual, apresentar quantas fases possui e as alterações de humor. “A lua de Alice” (Petrolini, 2021), que conta a história de uma garota que passa pela sua primeira menstruação na casa da sua avó que conta sobre os ensinamentos antigos sobre o ciclo;

Tabela 1: Livros usados nas rodas de conversas

| Título | Autor | Ano de publicação |
|-------------------------|----------------------|--------------------------|
| A origem do Mundo | Liev Stromquist | 2018 |
| Os segredos de Alice | Bia Fioretti | 2021 |
| A lua de Alice | Carol Petrolini | 2021 |
| O ouro vermelho de Dara | Camila Barbosa Silva | 2024 |

Fonte Própria

5 NAVEGANDO PELA MARÉ ESCARLATE

A pesquisa ocorreu em uma escola localizada no bairro da Penha, compreendido como uma extensa faixa de terra situada no litoral sul de João Pessoa. Por essa condição geográfica favorável, o início de sua ocupação deu-se pela presença de pescadores, que permanecem no bairro até hoje, vivendo do ofício da pesca artesanal. O universo da pesca artesanal constitui um patrimônio cultural significativo, marcado pelos saberes relacionados à natureza marítima, aos ciclos de pesca, à migração dos peixes, à influência lunar e à produção de barcos e apetrechos de pesca.

Além do ofício da pesca, destaca-se no bairro a forte dimensão da fé. O santuário dedicado a Nossa Senhora da Penha foi construído em 1763 pelo português Sílvio Siqueira, após uma graça alcançada ao enfrentar uma tormenta em alto-mar. Em 1980, o santuário foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba. Todos os anos, no último fim de semana de novembro, ocorre a maior manifestação religiosa do Estado: a Procissão de Nossa Senhora da Penha.

A entrada na escola foi facilitada pela boa receptividade e disponibilidade da gestão escolar para a realização da pesquisa. Como mencionado anteriormente, a entrada em sala de aula serviu apenas para selecionar quem tinha interesse em participar, sem revelar o tema da pesquisa naquele momento, a fim de evitar constrangimentos e possíveis recusas. Em local reservado, apresentei o tema às participantes, o que, inicialmente, gerou risos e timidez; ainda assim, nenhuma delas desistiu de participar.

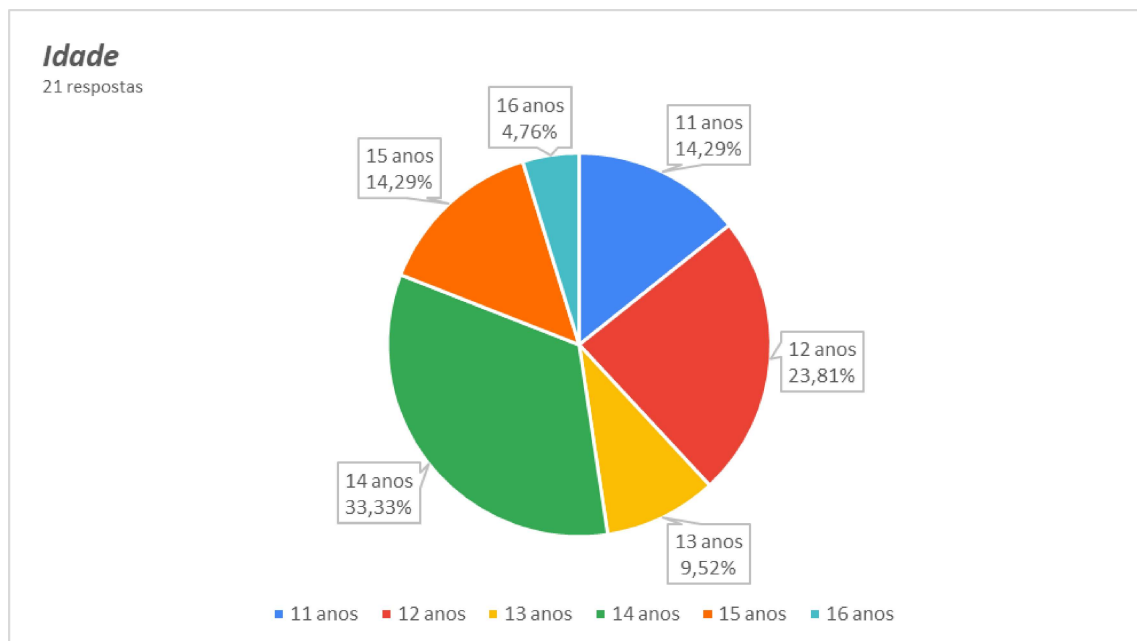
Como as rodas de conversa não incluíam a apresentação formal das participantes, utilizou-se um questionário para mapear o perfil das estudantes. Esse instrumento continha 13 perguntas, precedidas por um bloco sociodemográfico com informações como idade, série, gênero, raça, bairro de residência e renda familiar. Ao todo, a pesquisa contou com 21 participantes que frequentaram as rodas de conversa e responderam ao questionário. Todas eram pessoas que menstruam, que já atravessavam o ciclo menstrual e estavam matriculadas na rede municipal de educação.

No que se refere aos dados quantitativos do questionário sociodemográfico, o primeiro indicador analisado diz respeito às turmas às quais as participantes pertenciam: a pesquisa envolveu estudantes do 6º ao 9º ano, com idades variando entre 11 e 16 anos. A escolha por trabalhar com diferentes faixas etárias e séries representou uma oportunidade de observar como

o tema atravessa a vida das participantes em distintos contextos, compreendendo suas percepções, experiências e os sentimentos suscitados quando a temática é abordada.

Nesse primeiro momento, observou-se a seguinte distribuição etária: 14,29% das participantes tinham 11 anos; 23,81% tinham 12 anos; 9,52% tinham 13 anos; 33,33% tinham 14 anos; 14,29% tinham 15 anos; e 4,76% tinham 16 anos.

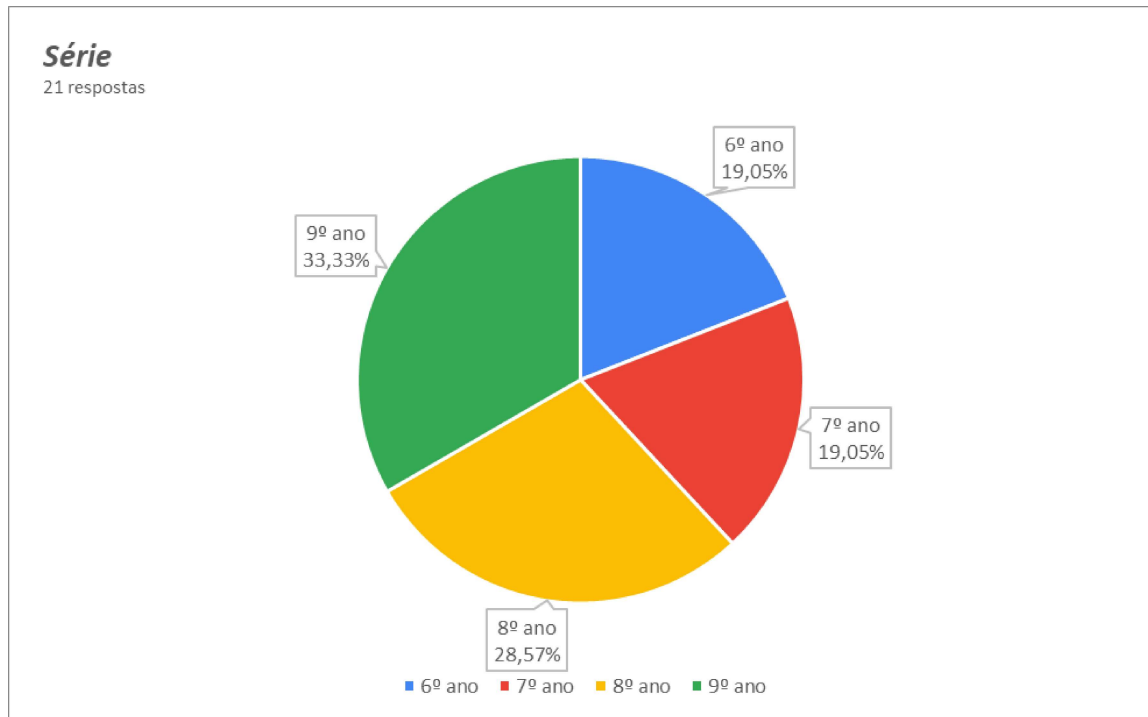
Figura 5 – Idade das pessoas participantes



Fonte: *Produção própria, 2025.*

Seguido da distribuição das participantes por turmas, foram ao total 4 turmas. As menores porcentagens do 6º e 7º ano se justificam pela quantidade ainda considerável de participantes que não tinham iniciado o seu ciclo menstrual, que configurou como critério de exclusão das participantes da pesquisa.

Figura 6 – Série das pessoas participantes

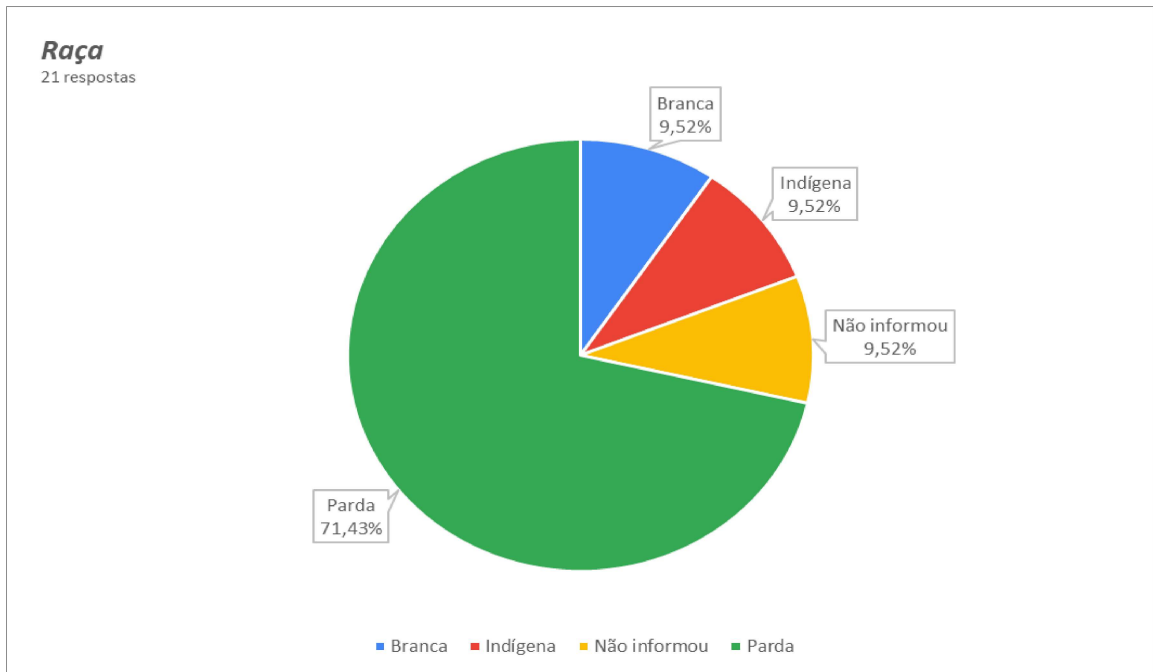


Fonte: *Produção própria, 2025.*

Como já demonstrado, a pobreza menstrual afeta desproporcionalmente as pessoas que menstruam pretas e pardas e por esse fator foi essencial incluir dentro do questionário o quesito raça, ao passo que 71,43% das pessoas participantes se identificam como pardas, 9,52% indígena e a mesma porcentagem indicou se identificar como brancas, corroborando com o cenário presente nos dados nacionais. Nesse quesito houve as primeiras abstenções de resposta (9,52%).

O impacto econômico advindo da precariedade menstrual diz respeito à dificuldade de cuidar do seu corpo, frequentar espaços de educação e trabalho, o que precariza ainda mais as condições de vida, além disso pode implicar no uso de meios alternativos de contenção do fluxo capazes de gerar desde uma alergia até o óbito, como em casos da síndrome do choque tóxico (UNICEF, UNFPA, 2021).

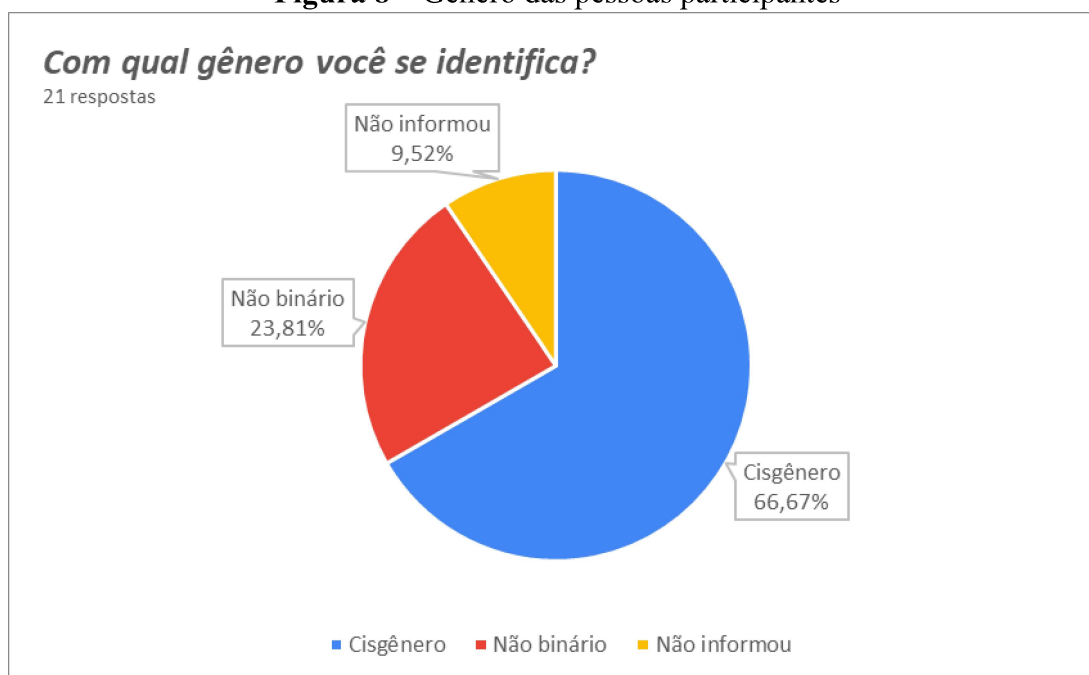
Figura 7 – Raça das pessoas participantes



Fonte: *Produção própria, 2025.*

Como frisado desde o início, a pobreza menstrual é uma problemática enfrentada não apenas por mulheres cis, mas por homens trans e pessoas não binário, dessa forma foi essencial trazer com qual gênero as participantes se identificavam, a existência de mais de uma alternativa deixou as participantes curiosas, e o que chamou atenção foi a quantidade de participantes que se identificaram como não binário, representando 23,81%, 66,67% se identificam como mulheres cis e 9,52% optou por não informar.

Figura 8 – Gênero das pessoas participantes



Fonte: *Produção própria, 2025.*

Outro fator que impacta diretamente a obtenção da dignidade menstrual é o aspecto financeiro. O absorvente possui uma alta carga tributária, o que gera oneração excessiva para quem o utiliza. Somado à distribuição desigual de renda no país, esse cenário faz com que o absorvente se torne um item de luxo. Dessa forma, o quesito renda familiar constitui-se como um fator de grande relevância.

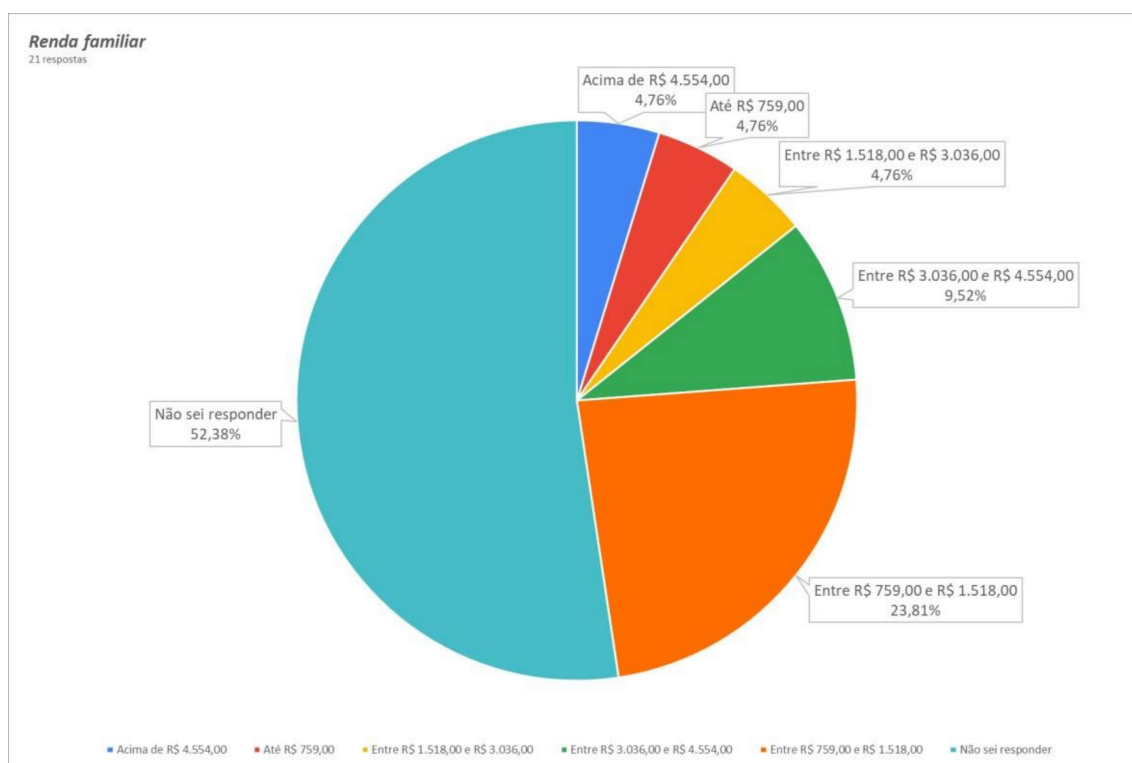
No questionário, o item referente à renda familiar foi organizado com base no salário-mínimo vigente à época (R\$ 1.518,00). A maioria das participantes não soube informar a renda de sua família (52,38%). Em seguida, 4,76% afirmaram possuir renda de até R\$ 759,00; 23,81% declararam renda entre R\$ 759,00 e R\$ 1.518,00; 4,76% indicaram renda entre R\$ 1.518,00 e R\$ 3.036,00; 9,52% afirmaram ter renda entre R\$ 3.036,00 e R\$ 4.554,00; e, por fim, 4,76% informaram renda superior a R\$ 4.554,00.

Diante desse cenário, observa-se que, no Brasil, o absorvente é frequentemente tratado como um item de luxo em razão de sua alta tributação, que eleva significativamente o preço final e impacta diretamente o orçamento das famílias. Considerando um cálculo estimado — tomando como base um ciclo menstrual de cinco dias e o consumo médio de seis absorventes por dia — o total utilizado seria de 30 absorventes por mês e 390 por ano. Assim, um item indispensável para a contenção do fluxo menstrual acaba sendo classificado como supérfluo pelos elevados custos.

No contexto brasileiro, 13,6 milhões de habitantes vivem em extrema pobreza, e 51,5% da população está abaixo da linha da pobreza, o que evidencia a dificuldade de acesso a políticas públicas de saúde e educação para grande parte do país. Em nota digital, a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO) destaca que:

O absorvente higiênico descartável é a principal estratégia utilizada pelas mulheres para lidar com os ciclos menstruais no cotidiano. Contudo, as desigualdades entre as mulheres se manifestam fortemente no acesso delas aos insumos de higiene e cuidado, particularmente os absorventes. O custo dos absorventes não cabe nos gastos das famílias pobres e muito menos entre as mulheres em extrema pobreza; e as desigualdades foram agravadas pela pandemia. A oferta de absorventes se justifica, pois além do direito a condições dignas de vida, o provimento de absorventes garante que mulheres se mantenham ativas e presentes na escola, no trabalho, no seu cotidiano (Abrasco, 2021).

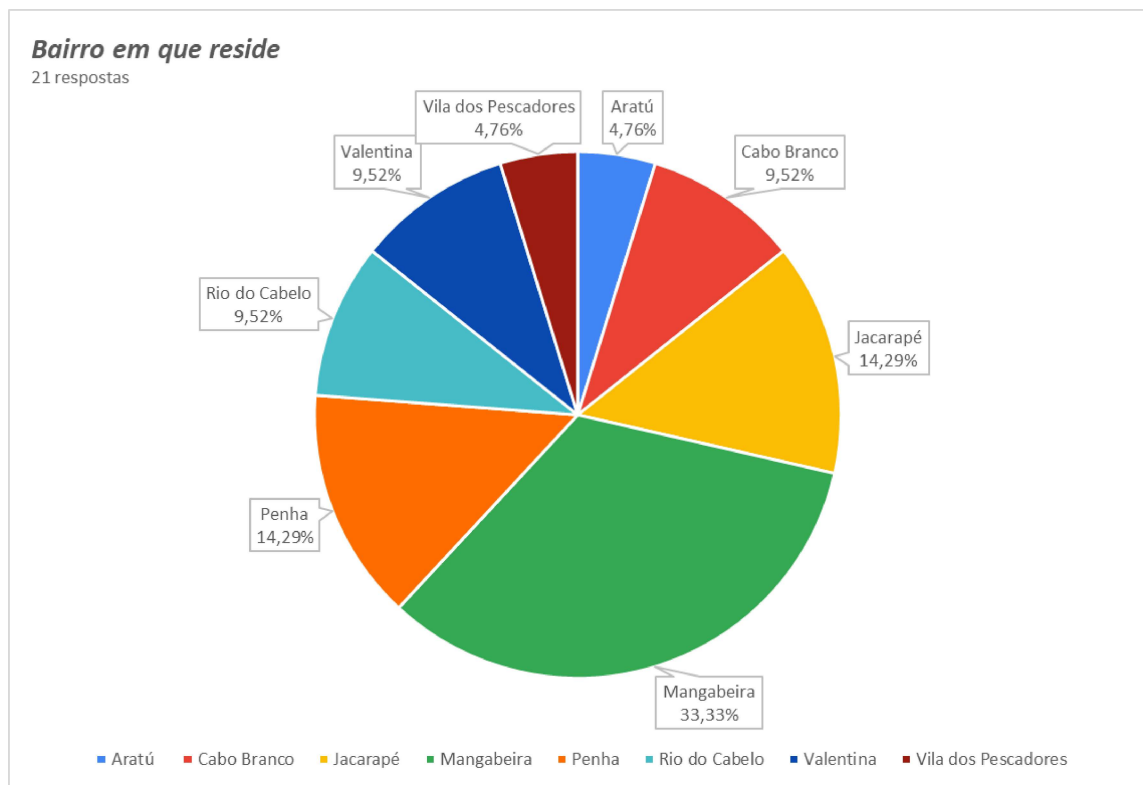
Figura 9 – Renda familiar das pessoas participantes



Fonte: Produção própria, 2025.

Por fim, como última questão da parte sociodemográfica, foi mapear o bairro em que as adolescentes residiam, já que a escola é situada no bairro da Penha, mas que conforme respostas das 21 participantes, pouco mais de 14% residiam no bairro, muitas percorriam longas distâncias para chegar à escola.

Figura 10 – Bairro em que as pessoas participantes residem



Fonte: *Produção própria, 2025.*

5.1 Percepções e vivências da menstruação

A pobreza menstrual configura-se como um processo que deve ser analisado a partir de lentes interseccionais, ou seja, sob uma perspectiva que integre gênero, raça, etnia e classe, uma vez que se trata de uma problemática de saúde pública e de violações de direitos humanos. O *Relatório Pobreza Menstrual no Brasil: desigualdades e violações de direitos* (2021, p. 26) enfatiza que “negligenciamos as condições mínimas para a garantia de dignidade da pessoa humana, ignorando as necessidades fisiológicas de cerca de metade da humanidade, as meninas e mulheres”. Entre as múltiplas dimensões que compõem o problema está a insuficiência de informações — ou informações equivocadas — sobre o corpo, a saúde menstrual e o ciclo menstrual.

Com base na metodologia proposta por Carolina Ramirez (2022) para uma educação menstrual emancipadora, buscou-se inicialmente compreender como se estruturam as percepções sobre a menstruação. Para isso, utilizou-se o recurso denominado pela autora de *cartografia social*, ferramenta que realiza um mapeamento das percepções e tabus menstruais por meio de perguntas norteadoras. No contexto desta pesquisa, foram utilizadas as seguintes

questões: “O que vocês sentem com a menstruação?”, “O que mudou na vida de vocês?” e “O que dizem sobre a menstruação a vocês?”. A divisão dos grupos ocorreu da seguinte forma: o grupo 1 e o grupo 3 foram formados por estudantes do 6º e 7º anos; o grupo 2 e o grupo 4, por estudantes do 8º e 9º anos.

A primeira pergunta foi respondida tanto a partir do questionário quanto das falas espontâneas sobre o conhecimento prévio do termo *pobreza menstrual*. No início das rodas de conversa, observou-se que a temática suscitava curiosidade, espanto e, em muitos casos, vergonha. Entre as 21 participantes que responderam ao questionário (havendo uma não respondente), a maioria afirmou conhecer o termo (52,38%).

Figura 11 – Conhecimento sobre a pobreza menstrual



Fonte: Produção própria, 2025.

Entretanto, o conhecimento do termo que poderia ser entendido como um fator positivo, é diametralmente oposto a percepção e conhecimento do tema da menstruação, isso se dá pelas inúmeras falas carregadas de vergonha e que por conta dela o acesso ao conhecimento é dificultado, estigmas menstruais e o desconhecimento do ciclo menstrual. Essa vergonha foi um fator presente em todas as quatro rodas de conversa e era, na maioria das vezes acompanhado de muita desinformação quanto ao ciclo menstrual ou de inúmeras dúvidas de como ele funcionava e porque acontecia.

Relacionando a primeira com a última pergunta do questionário, ao ser solicitado que as pessoas participantes descrevessem o que significa a menstruação. É possível perceber que

houve pontos positivos, pontos negativos e palavras ou frases que poderiam ser colocadas nos dois sentidos. Fazendo um panorama de quais sentimentos perpassam quando perguntadas diretamente o que a menstruação significa ou o sentimento predominante, das 21 pessoas participantes 9 expressaram que não sabiam/queriam responder.

Tabela 2 – O que significa a menstruação

| POSITIVO | NEGATIVO | IMPARCIAL |
|--------------------------|--|--|
| Beleza natural (2) | Vergonha (1) | Período que as mulheres têm que passar (1) |
| Menstruação é normal (2) | Pouco doloroso e muito ruim (1) | Mulher (1) |
| | Chatinha por conta das dores e trocas de humor (1) | Mudança na vida (1) |
| | Horrível (1) | |
| | Desconfortável (1) | |

Fonte: *Produção própria, 2025.*

Essa foi uma questão que gerou muitas dúvidas e dificuldades para as participantes, especialmente no momento de refletirem sobre o que deveriam responder. Diversas vezes perguntaram o que exatamente eu gostaria de saber, e uma parcela significativa se absteve de responder, o que acredito estar relacionado à falta de diálogo prévio sobre o tema. Muitas jamais haviam parado para se questionar sobre o que é a menstruação ou o que ela significava em suas vidas.

As falas carregadas de vergonha ficaram evidentes quando interpeladas sobre o tema. Ao apresentar meu interesse pela pesquisa, compartilhar minha experiência ou quando, a partir das trocas entre os grupos, surgiam relatos pessoais, tornava-se nítido o quanto a menstruação ainda é compreendida como algo vergonhoso. Como exemplo, no primeiro grupo, ao perguntar sobre a menstruação, algumas participantes relataram como havia sido a primeira experiência e destacaram a vergonha que sentiram.

No segundo grupo, essa carga de vergonha não se mostrou tão intensa quanto no primeiro, embora ainda fosse perceptível. As participantes, mais velhas que as do grupo

anterior, demonstravam que relembrar a menarca ainda despertava sentimentos de vergonha e medo, especialmente pela falta de conhecimento à época em que ocorreu.

No terceiro grupo — composto por participantes com idade semelhante às do primeiro — a vergonha voltou a ser o elemento central associado à menstruação. Dessa vez, nem precisei perguntar sobre os sentimentos: ao final da minha explicação sobre o tema da pesquisa e os motivos da escolha, uma das adolescentes relatou espontaneamente que não gostava da menstruação devido à vergonha que sentia.

Por fim, no último grupo, formado novamente por participantes mais velhas, com idade próxima à do segundo grupo, a vergonha permaneceu presente. Quando questionadas sobre como se sentiam em relação ao tema ou como vivenciavam a menstruação, as respostas foram:

Participante grupo 1: A minha desceu na escola, na frente de todo mundo da sala.

Participante grupo 1: Eu morria lá na frente.

Participante grupo 1: Oxe, eu desmaiava, rapaz. Isso aqui foi consagrado.

Participante grupo 2: Quando eu menstruei pela primeira vez, eu fiquei com medo porque eu passei mais ou menos uns três dias menstruada. Só que eu tinha vergonha de contar pra minha mãe, aí minha avó pegou e descobriu, porque eu tava no banheiro, aí eu vi uma roupa suja lá. Só que eu fiquei com muita vergonha, porque eu tava jogando com meu irmão na sala. Aí eu fui no banheiro, aí quando eu vi, tava com sangue. Fiquei assustada, né? Porque eu não conhecia.

Participante grupo 2: Fiquei, é... Acho que uns quatro dias indo tomar banho sem falar pra minha mãe. Sempre com a roupa sujando. Aí teve um dia que ela descobriu, aí... Ela me ajudou.

Participante grupo 2: Foi minha mãe também me ajudou. Eu não sabia nem colocar um absorvente. Ela foi e me ajudou, me ensinou como é que bota, mas nem assim eu fiquei com muita vergonha, porque minha avó, ela ficou sabendo e minha avó é daquelas pessoas que conta tudo.

Participante grupo 3: Eu tô dizendo, eu não gosto de menstruação. Não, não, não. Porque tem cólica, tem estresse, nada a ver. Não gosto.

Participante grupo 4: Ainda sinto vergonha. Eu falto um dia pelo menos, porque dói muito.

Participante grupo 4: Eu ainda sinto um pouquinho de vir para a escola

Como forma de criar um vínculo com as participantes, sempre mencionava como tinha sido a minha primeira menstruação, enfatizando quais sentimento eram mais marcantes na

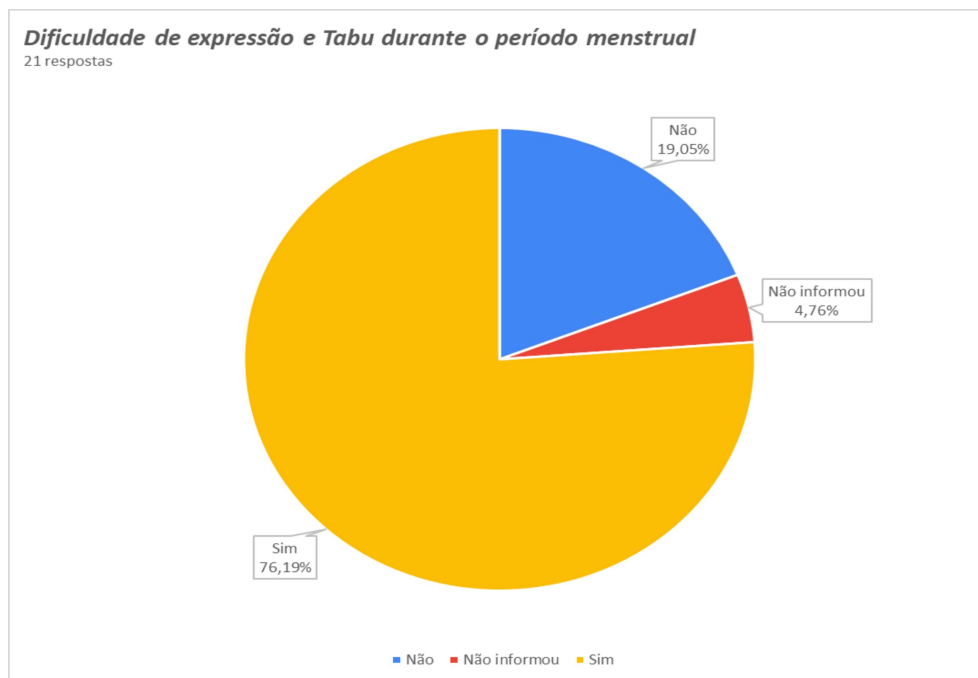
época, essa mesma participante, ao fim da minha fala sobre a primeira experiência, a mesma participante da fala anterior decide compartilhar como foi a sua experiência.

Participante grupo 3: Eu menstruei pela primeira vez com 11 anos. Na verdade, ano passado. Aí foi uma das minhas primeiras experiências. Eu fiquei com medo, com vergonha, só que eu fui procurar minha mãe e ela falou que era menstruação. Eu falei: mãe, eu não gostei. Por que mulher menstrua e homem não? Aí ela explicou. Só que quando... Eu dormi, eu senti um desconforto, porque eu tava estranhando a primeira vez, o absorvente. Só que dias foram se passando, faz um ano que eu já menstruei. eu tenho umas vezes medo de andar um pouco na rua, ficar aí em público, por causa da... que pode vaziar. Ou medo que chegar a vez, ir pra piscina e vaziar. Aí foi da minha primeira experiência, mas de boa, normal. Só não gosto. Porque eu sinto dor e cólica.

Para Foucault, o corpo está imerso em relações de poder que atuam não apenas por meio da violência física, mas também por uma violência sutil, capaz de disciplinar os corpos e transformá-los em corpos dóceis e facilmente controláveis (Vasquez, 2022). Ainda que esse corpo seja constantemente mencionado em discursos médicos, poéticos ou políticos, ele permanece opaco. Isso ocorre porque as mulheres não falam, e socialmente não devem falar, sobre ele, uma vez que o pudor relacionado aos órgãos femininos constitui uma das principais marcas da feminilidade (Perrot, 2006).

O corpo menstruante é igualmente submetido a esse processo de docilização. Por meio de imagens, da imposição de tabus e do ocultamento, o corpo que menstrua é disciplinado a sentir vergonha. A menstruação torna-se representada como um castigo e passa a ser associada à ideia de marca ou ferida; essa percepção, somada a discursos muitas vezes religiosos, confina o corpo menstruante à exclusão e ao silenciamento (Vasquez, 2022). Quando questionadas sobre a dificuldade de falar sobre o tema e se a menstruação ainda é considerada um tabu, 76,19% das participantes afirmaram sentir dificuldade em abordar o assunto, enquanto apenas 19,05% disseram não ter essa dificuldade.

Figura 12 - Tabu menstrual e dificuldade de falar sobre o tema



Fonte: *Produção própria, 2025.*

Esse silenciamento ocorre muitas vezes com o uso de eufemismos para tratar do sangue menstrual, ou seja, o uso de códigos para se referir a menstruação, como ‘estou de chico’, ‘estou na maré vermelha’, ‘estou naqueles dias’. Uma pesquisa realizada em 2005 com 14 mulheres com faixa etária entre 33 e 89 anos, moradoras das cidades de Turvo, Criciúma, Siderópolis, Meleiro e Forquilha, todas no sul do estado de Santa Catarina evidenciaram como essa imagem da menstruação é construída, de forma que essa codificação da fisiologia feminina não diz respeito a falta de conhecimento, mas uma prática cultural inclusa na lógica de pensar as mulheres (Fáveri, Verson, 2007).

De acordo com Cecília Sardenberg “diferentes significados e condutas associados ao menstruar obedecem lógicas culturalmente específicas” (1994, p. 320). Falar do corpo é falar da identidade adquirida na cultura contemporânea, o corpo como um construto histórico-cultural, que gera discursos como por exemplo de que práticas esportivas não deveriam ser praticadas por mulheres dada a fragilidade de seus órgãos reprodutivos e a preservação de uma maternidade sadia, dessa forma, foi construindo o lugar social da mulher no lar, ou seja, no espaço privado (Goellne, 2013).

As transformações do corpo feminino são passadas de mães pra filhas por meio de murmúrios, as transformações do corpo feminino são entendidas como um caminho para a função de reprodutora. Existe relações de segredo entre mães e filhas e a falta de educação

sexual faz com que a menstruação seja uma surpresa que aparece sempre acompanhada do sentimento de medo e vergonha (Fáveri, Verson, 2007). Essa falta de diálogos com as mães é também percebida na fala das participantes, quando perguntadas sobre as conversas sobre o tema, é enfatizado que:

Participante do grupo 2: Tem vezes que as pessoas não perguntam, por medo que os pais falar: ai você é uma criança, você acha que vai fazer o que, perguntando essas coisas? Não é pra sua idade

Sobre essa censura em falar sobre sexualidade como uma forma de proibir o acesso ao tema, Foucault (1988), o traz e afirma:

As crianças, por exemplo, sabem-se muito bem que não têm sexo: boa razão para interditá-lo, razão para proibí-las de falarem dele, razão para fechar os olhos e tapar os ouvidos onde quer que venham a manifestá-lo, razão para impor um silêncio geral e aplicado (1988, p. 9).

Quando Rachel Nalebuff (2012), apresenta por meio de um condensado de 101 experiências da primeira menstruação em diversos contextos e tempos históricos, diversos desses relatos mostram como a figura materna ou responsável presente transforma a primeira menstruação em um evento menos traumático, ou pelo menos mais informativo. Isso aparece na pesquisa quando perguntadas ao segundo grupo como tinha sido a questão de explicações e conhecimento sobre a primeira menstruação:

Participante grupo 2: Como eu não tenho base em casa, eu ajudo, eu procuro muito na internet. Porque eu também não gosto muito de sair perguntando. É uma coisa que eu não tenho muita confiança. Então, pesquisar sobre tudo, eu pesquiso. Então, a minha base, minha base mesmo é na internet, sites de confiança, este tipo de coisa. Mas em casa eu não tenho.

Participante grupo 2: Minha mãe, ela sempre foi muito aberta comigo, graças a Deus. Eu sou muito grata por minha mãe ser muito aberta assim, porque isso é muito importante mesmo, de verdade. Mas até sobre relação... Educação sexual também, coisa que é muito importante você ter, porque às vezes muitas crianças acabam deixando homens ou até mulheres mesmo, fazer o que quiserem com o corpo dela, sem saber que aquilo é errado.

A partir do comparativo dos dois relatos é imperioso perceber como a falta de apoio gera a insegurança quanto ao local para procurar informações, o que pode gerar o acesso a informações erradas. O que é percebido no segundo relato é a noção da importância da educação sexual na vida de crianças e adolescentes, educação essa negada sob o pretexto já citado de repressão e manutenção da virgindade apoiado em conceitos patriarcais, mas que, como

evidenciado no relato é de suma importância no tocante a autonomia corporal e prevenção a assédios e abusos sexuais.

Essa mesma preocupação com a questão da educação sexual, principalmente para com as pessoas que menstruam mais novas, também foi percebido quando perguntadas sobre a importância de discutir mais sobre o tema. Evidenciando que por mais que o tema ainda seja recheado de tabus e estigmas, o ciclo menstrual ainda gera o que na antiguidade era percebido em religiões matrilineares, a comunhão.

Participante do grupo 4: É, tipo assim, eu acho, né? Porque, tipo... Vai vir mais... Mas a gente tem que saber mais sobre isso, né? Tipo, as meninas do quinto ano, talvez do sexto, que ainda não menstruaram, tem que saber também.

Pesquisadora: Sim. E vocês acham importante falar sobre isso?

Participante grupo 4: Tipo assim, a gente sente conforto também, né? Sim. A gente se sente acolhido.

Participante grupo 4: Sim. E realmente seria bom ela saber que se acontecer com ela, elas já ficarem cientes do que tá acontecendo com o corpo dela.

De volta a pesquisa realizada com as mulheres de Santa Catarina, observando como as informações sobre sexualidade eram passadas entre as mulheres, eram conversas transpassadas de vergonha de falar sobre o próprio corpo, seus conhecimentos consistiam em experiências empíricas já que não possuíam educação sexual formal. Entretanto, a educação sexual quando é realizada é feita sempre em um viés reprodutivo, omitindo a educação menstrual ou a vinculando apenas como função reprodutiva é uma forma de sustentar a maternidade hegemônica e a heteronormatividade. Essa omissão dos corpos menstruantes acarreta a violações de direitos humanos e da dignidade humana (Fáveri; Verson, 2007).

A educação sexual voltada apenas para a reprodução é um exemplo da docilização dos corpos, já que direitos sexuais e reprodutivos não são a mesma coisa. O primeiro se define pelo seu objeto, ou seja, a sexualidade e a identidade de gênero e possui múltiplas dimensões. Embora ambos se comuniquem, pode haver sexualidade sem reprodução e reprodução sem sexualidade, dessa forma, reconhecer os direitos sexuais é conferir proteção e legitimidade para práticas e comportamentos sexuais que não estão ligados a reprodução e que alcança indivíduos e grupos que historicamente são excluídos como sujeitos de direitos relativos à sexualidade, no caso da menstruação, a homens trans e pessoas não binário (Gomes, 2021).

Na pesquisa com as 14 entrevistadas, é perceptível que principalmente as com mais de 55 anos nada sabiam sobre a menarca na época em que aconteceu, não foram ensinadas, viveram em um silêncio de informações acreditando que o ser mulher é ser discreta e aceitar o corpo sem indagações. Essas mulheres sussurravam e tinham segredos sobre seus corpos, resguardados a locais específicos: em casa, escondidas e no âmbito privado, isso resvala não apenas um jogo da natureza, mas uma construção social como forma de silenciamento dos corpos menstruantes (Fáveri, Verson, 2007).

A pobreza menstrual não é apenas a falta de acesso a absorventes ou infraestrutura, mas a falta também de informações corretas e seguras. Esse silenciamento em torno do tema gera uma teia de desconhecimento acerca do próprio corpo. Como exemplo disso, perguntadas sobre o uso do absorvente descartável e por quanto tempo era seguro ficar com ele, foi respondido que:

Participante do grupo 2: 30 minutos, por aí

Em pesquisa realizada em um Centro de Ensino Estadual na cidade de Rio Verde – Goiás, com alunas do 7º ao 3º ano do ensino médio, e que contou com 129 adolescentes, quando perguntadas a fim de investigar sobre o conhecimento e dúvidas que possuíam sobre o ciclo menstrual e questões de higiene, 48,6% afirmavam sempre receber informações acerca da temática, ao passo que 40,2% afirmaram que dificilmente tem dúvidas sobre o funcionamento do ciclo. Entretanto, esses números são opostos ao que foi observado na palestra anterior, em que foi observado diversas dúvidas sobre o ciclo ou a presença de crenças populares como é o caso de não poder lavar o cabelo estando menstruada ou não poder comer ovo e quiabo, o que infere é que mesmo possuindo informações sobre o ciclo, esse conhecimento é recheado de lacunas (Lima et al, 2023).

Quanto as dúvidas que iam surgindo de acordo com o andamento das rodas de conversa, essas iam sendo desde dúvidas mais simples ou também dúvidas mais complexas e evidenciavam a falta de conhecimento sobre seu próprio corpo.

Participante grupo 1: O tia, tem até que idade pra menstruar?

Participante grupo 1: Uma coisa que eu queria saber, é, que tem muita gente que diz que eu queria saber se é verdade, que você só menstrua quando o seu seio cresce, você tem muito hormônio.

Participante do grupo 1: Quando a pessoa usa o OB a pessoa perde a virgindade?

Participante do grupo 3: Só mais uma coisa. Por que quando a mulher menstruar ela sente dor?

Segundo Cecília Sardenberg (1994), na sociedade brasileira a menarca é entendida como a passagem para ‘virar moça’, deixando de ser criança para se tornar ‘mocinha’. Essa virada de chave acaba tornando a pessoa que menstrua em um problema, dado o seu potencial sexual. Dessa forma, a partir da menarca, é iniciado um processo com objetivo de controlar, preservar a virgindade, é um processo com foco em repressão e proibição dessa pessoa que menstrua, o que gera a passagem pelo ciclo menstrual como um evento traumático.

A partir dessa passagem, recaem imposições culturais, com a menarca as pessoas que menstruem são impostas a crenças limitantes, frases como ‘se comporte como uma mocinha’, ‘feche as pernas’ ou ‘agora você é uma mulher’ são ditas como forma de moldar o comportamento, desconsiderando que algumas dessas pessoas ainda são crianças e não devem ser expostas a crenças limitadoras que são carregadas do sentimento de vergonha (UNICEF; UNFPA, 2021). Quando perguntadas sobre as mudanças que a menstruação trouxe, muitas falaram sobre a forma diferente em que eram vistas:

Participante do grupo 2: Falava assim: meu Deus, eu vou virar mocinha, eu não posso mais brincar, não posso mais jogar no TV todo dia, tenho que ser igual a um adolescente.

Participante do grupo 4: Praticamente mudou assim, porque a mãe da pessoa não via mais a pessoa como uma criança. Minha mãe mesmo, depois que eu me menstruei ela nunca mais deixou eu brincar com nenhum brinquedo. Ela tipo, quis que eu fizesse as coisas, aprendesse as coisas. Aí nunca mais deixou eu brincar com meus brinquedos, vendeu tudim.

Esse segundo depoimento do grupo quatro, deu espaço para que as outras participantes também compartilhassem suas experiências em que se sentiram como se fossem retiradas da infância e obrigadas a pararem de brincar. Quando perguntei o que mudou ou o que elas deixaram de fazer depois que menstruaram, prontamente responderam que:

Participante grupo 4: Brincar de toca-toca no meio da rua.

Participante grupo 4: Brincar de esconde-esconde.

Participante grupo 4: O meu pai não deixa eu brincar e correr

Altere a pergunta que tinha feito anteriormente para o grupo quatro sobre o que mudou, e perguntei se a partir dessas mudanças, como elas se sentiram, como foi ter que parar de brincar e se elas sentiam falta, ao passo que responderam:

Participante grupo 4: Eu senti que eu queria brincar. Às vezes eu até brinco assim, mas... De vez em quando...

Participante grupo 4: Mas de vez em quando eu vou na rua e brinco assim um pouco, só pra lembrar. Porque é muito chato, né? Ficar só dentro de casa.

Participante grupo 4: E a pessoa tá brincando no meio da rua e chama de criança. E que não é criança não, é que a gente tem idade, mas é pra ficar brincando mesmo

Esse envergonhamento pode gerar a restrição da participação em atividades esportivas, pode limitar brincadeiras, limitar a convivência com os amigos, atos esses que são de suma importância para o desenvolvimento da criatividade, coordenação motora, percepção espacial, socialização e entre outras competências que impactam diretamente na impossibilidade de explorar todas as potencialidades das pessoas que menstruam (UNICEF; UNFPA, 2021). Quando indagadas sobre outras atividades que deixavam de fazer por conta de estarem menstruadas, houve algumas respostas que corroboram com essa afirmativa:

Participante do grupo 1: Uma amiga minha, ela deixou de balé, porque estava menstruada e ela ficou com vergonha de quando fosse fazer os exercícios, mostrar que ela estava menstruada.

Participante do grupo 3: Ela disse: filha, isso é sangue, você menstruou. Eu, o quê? Ah não, mãe, eu não desejei tanto pra isso não acontecesse. Mas aconteceu. Bom, eu tava sentindo, eu usava pós-parto. Aí, é um desconforto do caramba, mas depois eu fui se acostumando. E eu tenho vergonha de ir pra piscina, eu tenho vergonha de sair em público, eu tenho vergonha de jogar o lixo lá pra fora. E eu, às vezes, quando eu vou me sentar, eu tenho medo de manchar.

Michelle Perrot (2006) escancara que mesmo a imagem feminina sendo explorada pela mídia por meio das publicidades, as singularidades desses corpos são silenciadas, esse silêncio é reservado especialmente para a vida íntima, em que as mudanças que ocorrem ao corpo são menos solenizadas e ritualizadas que a dos meninos. Mesmo tendo a imagem explorada pela mídia, como é o caso citado pela autora da associação da mulher a um biscoito, a imagem feminina quanto aos seus processos é silenciada, quando se vê por exemplo os anúncios de absorventes é representado por uma mulher com jeans branco ou shorts apertados, ela é tida

como a boa menstruadora, já que sangra, mas o faz em silêncio, permanecendo alegre, limpa e ativa (Hazard, 2023).

Existe uma “etiqueta menstrual” uma norma sutil de que deve ser discreto o controle do sangue menstrual, devendo ser escondido, principalmente dos meninos e professores do sexo masculino, já que conforme essa etiqueta, o sangue menstrual é algo impuro e sujo e que gera constrangimento. Segundo pesquisa com as adolescentes de, ficou constatado que mesmo as que possuem meios de fazer o descarte dos produtos menstruais, ainda existe uma clara preocupação de que esse sangue vazze e as pessoas vejam, essas preocupações são resultado da construção cultural do sangue menstrual como algo impuro e sujo e por consequência inconveniente gerando o “imperativo da ocultação menstrual” (Lima et al, 2023), percebido por exemplo na fala de uma participante do grupo 1:

Participante grupo 1: Muitas das vezes a gente vai lá no banheiro e deixa o absorvente aberto, não fecha do jeito que é pra fechar.

Sobre essa ocultação em relação aos meninos e os professores, é notório uma dificuldade mais acentuada de falar sobre isso o que gera muitas vezes na falta de entendimento sobre a temática. Quando perguntadas sobre as dificuldades encontradas em relação ao ciclo menstrual, as participantes mencionaram a falta de compreensão de alguns professores de deixar que as adolescentes saiam com mais frequência para o banheiro.

Participante do grupo 1: Uma das vezes teve minha prima disse, quando tem o professor na sala e ela tem que trocar o absorvente, às vezes ela fica com vergonha, porque é o professor e o professor não quer

Participante grupo 1: Tem vezes que os professores não deixam.

Participante grupo 1: Isso é muito chato porque assim a pessoa não controla a bexiga da pessoa, né? Quando a gente volta do recreio, muitas das vezes dá vontade de fazer xixi e a professora diz, aí os professores dizem: Ah, mas você não voltou agora? Aí teve um dia que eu me irritei, aí eu disse: mas a gente não controla a bexiga da gente não, porque a professora disse que não ia deixar a gente no banheiro, aí eu disse: e se nós ficarmos com infecção urinária? Aí ela disse: é problema de vocês.

Participante grupo 1: Minha mãe disse que se você tiver muita, muita, muita apertada e a professora não deixar, você sai, porque ela tem e assim, tem uma lei que diz que nós temos o direito de sair no banheiro quando quiser, só tem que dar um prévio aviso, não tem que pedir permissão. Só que por muitas das vezes os professores não respeitam isso. Eu avisei pra professora de matemática, sabe o que ela disse? Mas também tem uma lei que deixa o professor ir no banheiro, a gente pegou e disse: mas ninguém tá proibindo a senhora de ir, a senhora pode ir a hora que for.

Participante grupo 2: A gente tava lá na sala, aí a aluna pediu, pediu, pediu. O professor não deixava de jeito nenhum. Ignorava ela, não fez nada, Ignorou ela também. Aí ignorou a aluna. Pois ela foi lá, se levantou por si própria e foi. Ele ainda reclamou da aluna. Sim, a aluna tava realmente com necessidade, entendeu?

Participante grupo 2: Foi, ele ignorou ela. Porque ela tava sangrando e ele ignorou.

No grupo dois, as participantes também falaram sobre essa dificuldade de ir ao banheiro, mas que diferente do primeiro grupo, ficou mais fácil com o passar da idade dos professores deixarem sair para ir ao banheiro. Sobre isso, elas tecem o comparativo:

Participante grupo 2: Mas esse ano tá sendo realmente... Eu tô percebendo, se você percebesse isso também na minha sala, que tá mais difícil os professores não deixarem a gente ir no banheiro.

Participante do grupo 2: Eles estão deixando mais. Porque ano passado era difícil, eu não sei o porquê.

O sangue que fomos ensinadas a acreditar piamente como um sangue sujo e impuro, é na verdade um composto rico, sendo 36% composto de sangue e 64% de uma rica mistura de células endometriais, muco, bactérias nativas e secreções vaginais, tal descoberta faz parte do estudo da professora Christine Metz como um estudo para descoberta de forma mais rápida e menos dolorosa a endometriose. Entretanto, como já enunciava Michelle Perrot no texto supracitado, existem muito mais pesquisas sobre o corpo masculino, dessa forma, estudos como esse que dependem de financiamento deixa muito mais perguntas que respostas (Hazard, 2023).

Por fim, é necessário evidenciar os sentimentos que foram gerados a partir da realização das rodas de conversa, primeiro, de forma quantitativa foi feita a pergunta no questionário se as participantes achavam importante as discussões sobre a menstruação, ao passo que as 21 participantes responderam:

Figura 13 – Importância de falar sobre a menstruação



Fonte: *Produção própria, 2025.*

Depois, ao final das rodas de conversa, fiz a pergunta se as participantes teriam gostado desse momento e se queriam mais espaços de diálogo como esse, ao passo que o grupo quatro respondeu:

Participante grupo 4: Eu queria. Porque é bom falar sobre isso, né? Foi a primeira vez, pra mim foi a primeira vez que eu me senti liberta pra falar sobre isso

Outro fato importante é que a referida escola já tinha realizado atividade sobre a temática em 2022, perguntei sobre as experiências das participantes que teriam feito parte dessa atividade, visto que algumas não foram ou não estudavam ainda na escola na época, ao passo que, quando perguntadas sobre a experiência e se tinha sido um espaço importante, responderam que:

Participante grupo 2: Foi muito legal, só que na época eu não tinha menstruado ainda então ela deu esse apoio, o ensinamento, muito bom.

Participante grupo 2: Eu também não tinha menstruado na época ainda, aí quando eu menstruei, eu falei: nossa, que legal, aconteceu exatamente o que a mulher falou lá na palestra.

Como já mencionado, a Agenda 2030 da ONU reúne 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, e a dignidade menstrual se alinha diretamente a oito deles, dentre os quais o Objetivo 5 — Igualdade de Gênero. Esse objetivo prevê a necessidade de olhar para jovens e adolescentes visando ao empoderamento e à autonomia corporal, elemento essencial para o enfrentamento das discriminações de gênero. Tal autonomia envolve o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva, permitindo que pessoas que menstruam tomem decisões conscientes acerca de métodos contraceptivos, relações sexuais e cuidados com a saúde reprodutiva (Reyes, 2023).

O Objetivo 5 dialoga diretamente com o Objetivo 4 — Educação de Qualidade, que tem como premissa a construção de uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade, orientada para a eliminação das disparidades de gênero. Assim, o acesso à informação torna-se um fator central para a capacitação e o empoderamento. A ausência ou falha nesse acesso também se vincula ao Objetivo 3 — Saúde e Bem-estar, que visa assegurar informações adequadas sobre educação sexual e reprodutiva, aspecto fundamental para a garantia da dignidade menstrual (Reyes, 2023).

A partir das discussões conduzidas nesta seção, cujo objetivo foi analisar as vivências e percepções sobre o ciclo menstrual, buscou-se inicialmente compreender quem são as participantes, realizando-se a caracterização com base nos marcadores de idade, série, raça e renda. Na análise do primeiro conjunto de interações, constatou-se que a visão sobre a menstruação ainda está permeada por vergonha, tabus e estigmas menstruais. Contudo, ao se construir um ambiente seguro, foi possível que as participantes compartilhassem, gradualmente, suas experiências.

Observou-se que, mesmo entre aquelas que possuem alguma fonte de informação ou uma rede de apoio para sanar dúvidas, o conhecimento sobre o ciclo menstrual apresenta lacunas e, em muitos casos, está permeado por inverdades. A falta de diálogo é evidente e intensifica a permanência de concepções equivocadas sobre a menstruação. No entanto, quando questionadas sobre a importância da educação sexual, as participantes demonstraram compreender seu papel para o autoconhecimento corporal, especialmente para aquelas que ainda não iniciaram o ciclo.

Por fim, um ponto especialmente relevante diz respeito ao reconhecimento, por parte das participantes, da importância de espaços de diálogo para abordar a menstruação e outros temas que suscitam dúvidas. Mesmo diante da persistência da vergonha e da escassez de conversas abertas, ficou evidente o quanto esses espaços são necessários. As experiências

anteriores na escola foram apontadas como importantes até mesmo por quem ainda não havia menstruado, pois possibilitam preparação adequada, acesso à informação e acolhimento. Além disso, o encontro realizado mostrou-se satisfatório ao oferecer uma escuta atenta e uma abordagem ampliada, indo além da ótica estritamente biológica.

5.1.1 Experiência com os livros sobre menstruação

Como forma de incentivar que os alunos deixem de ocupar o lugar de meros receptores passivos de conteúdo, recomenda-se o uso de metodologias variadas, capazes de instigar a participação ativa e favorecer a construção compartilhada do conhecimento entre professor e estudantes. Assim, a apropriação do conteúdo histórico pode ocorrer por meio de associações com o cotidiano dos próprios alunos (Lima et al., 2023).

De acordo com a metodologia da educação menstrual emancipadora, a entrada em campo não tinha como objetivo apenas a produção de material científico, mas também a promoção, dentro do possível, da desmistificação de tabus menstruais e do esclarecimento de dúvidas relacionadas à menstruação. Para isso, foram empregadas metodologias diversificadas, entre elas a utilização de livros temáticos sobre o ciclo menstrual.

A ideia foi inspirada no projeto Princesas Menstruantes, criado por Carolina, que utiliza livros desenvolvidos pelo próprio projeto para romper com visões estigmatizadas acerca da menstruação (Gadelha; Filho, 2024). Esses materiais apresentam princesas menstruadas como forma de evidenciar a naturalidade do processo. Em consonância com essa abordagem, foram utilizados os livros *Os Segredos de Alice*, *O Ouro Vermelho de Dara*, *A Origem do Mundo e A Lua de Alice*.

Pesquisadora: Trouxe uns livros pra mostrar a vocês.

Participante grupo 3: Ave Maria! Oi?

Participante grupo 3: Minha primeira vez acontecendo, eu fico nervosa, é um negócio novo pra mim

Participante grupo 3: Eu gostei do primeiro.

Pesquisadora: É sobre.. Sobre a história da Alice no País das Maravilhas. Pode olhar se quiser. Só que cada...

Participante grupo 3: Isso aqui é útero?

Pesquisadora: Deixa eu ver. Eu não tenho pensado nisso, mas sim.

Participante grupo 3: Parece uma saia. É uma saia..

Pesquisadora: É uma saia, mas parece..

Participante grupo 3: Não é um ovario, não.

Pesquisadora: Nossa, não tinha me tocado.

Participante grupo 3: Não sabia que a Alice menstruava não.

Participante grupo 3: É uma mulher também.

Participante grupo 3: Olha o gato.

Participante grupo 3: Olha o gato.

Participante grupo 3: Ah, história em quadrinho!

Participante grupo 3: Ave Maria, to entendendo é nada

Participante grupo 3: Mano, parece Oxum, mano

Participante grupo 3: Parece quem?

Participante grupo 3: Oxum

Pesquisadora: É Oxum.

Participante grupo 3: Aqui o útero! Aqui o útero! Aqui agora que tu tá vendo o útero!

Participante grupo 3: Aqui ó!

Participante grupo 3: Boy é tão novo pra mim! Eu to estranhando

Participante grupo 3: É um coelho!

Participante grupo 3: Olha o coelho!

Participante grupo 3: Que coelho feio!

Participante grupo 3: Oxe, tem umbanda, tem candomblé. Estranho. A capoeira! A capoeira!

Participante grupo 3: Gente... Olha!

Participante grupo 3: A origem do mundo, tá ligado?

Participante grupo 3: Misericórdia, Jeová

Participante grupo 3: Já viu oxum?

Participante grupo 3: Eu já vi a imagem, mas nunca vi de perto

Pesquisadora: Vocês gostaram?

Participante grupo 3: Sim. Eu achei um pouquinho constrangedor.

Participante grupo 3: Sim. Eu achei um pouquinho constrangedor, vergonhoso

Pesquisadora: Por quê?

Participante grupo 3: Porque fala sobre a menstruação, né?

Participante grupo 3: Eu sei lá. É explícito. Sobre a menstruação. Porque mostra por onde o sangue sai.

Os livros foram postos na mesa e despertou interesse nas participantes que os escolheram e foram folheando, ao passo que as reações eram de espanto e curiosidade. Quando perguntadas do que acharam após eu falar sobre a menstruação de outra forma, apresentando outro ponto de vista que não o da vergonha ou constrangimento e utilizando pra isso de forma lúdica, livros infanto-juvenis que possuem essa temática e a trazem de forma positiva e descomplicada, responderam:

Participante do grupo 3: Um pouco interessante, mas também um pouquinho vergonhoso.

Apresentar a menstruação de outra forma, por meio de materiais lúdicos, proporcionou o despertar da curiosidade e da interação, se constitui como um mecanismo para se trabalhar a temática de forma descomplicada e trazendo novas perspectivas e visões acerca dos ciclos naturais. Ficou evidente que a experiência com os livros foi satisfatória para despertar a curiosidade das participantes em verem a temática de uma forma mais descomplicada e colorida.

5.2 Estigmas menstruais

Segundo Erving Goffman (2004), estigma foi um termo criado pelos gregos para dizer respeito a sinais corporais que poderiam simbolizar alguma coisa de extraordinário ou mal sobre o status moral. O estigma vai ser usado em referência a um atributo depreciativo, a ausência desse atributo pode confirmar a normalidade de outrem, uma vez que é um fator para

desconsiderar aquela criatura comum e total, transformando-a em uma pessoa estragada, uma vez que esse descrédito é considerado um defeito, uma fraqueza e até uma desvantagem.

Tomando como ponto o conceito de estigma, em relação a menstruação fica perceptível como o corpo menstruante assume esse local de fraqueza e desvantagem a partir da ocorrência do sangramento mensal. A história coloca o corpo que menstrua como um corpo inferior, a partir da justificação de diferença entre o corpo feminino e masculino, essa suposta natureza do corpo feminino é o que justifica a tirania, a exclusão e dominação dos corpos, sendo essa ideia do corpo doente sendo reforçada durante os anos por textos sagrados, narrativas populares e discursos médicos (Vasquez, 2022). Tomando como ponto a questão de anormalidade pela falta desse processo no sexo masculino, as pessoas participantes demonstraram ainda persistir essa percepção:

Participante do grupo 3: A coisa pior. A gente grita, se estressa, homens não entendem. Eu não acho normal, por quê? Porque o homem não tem, a gente tem.

Participante do grupo 3: Normal? Normal. Né normal não

No campo dos discursos médicos, Laqueur (2001) exerce papel fundamental ao demonstrar como as diferenças biológicas entre os sexos foram mobilizadas historicamente para justificar a divisão social dos papéis de homens e mulheres. A partir dessa lógica, o corpo menstruante passou a ser construído como um corpo subjugado, já que suas funções exclusivamente femininas eram interpretadas como sinal de fragilidade ou desvantagem. Nesse mesmo sentido, o médico e psicólogo Havelock Ellis acreditava que, ainda que saudáveis, as mulheres carregavam um suposto “verme” invisível e inofensivo responsável por feri-las periodicamente (Martin, 2006).

Para além do discurso médico, o discurso antropológico também foi moldado sob uma perspectiva masculina que reiterou hierarquias e relegou a figura feminina ao segundo plano. Um exemplo disso aparece na análise de Cecília Sardenberg (1994), ao contrastar estudos realizados por antropólogos homens e mulheres sobre os costumes de tribos aborígenes em relação ao ciclo menstrual. Enquanto pesquisadores homens — influenciados por uma visão judaico-cristã — interpretavam a reclusão das mulheres como resultado da suposta “impureza” menstrual, antropólogas observaram que, entre os próprios aborígenes, a menstruação não era associada à sujeira, mas a um momento de identificação com ancestrais totêmicas que protegem as mulheres durante a menstruação e o parto.

No campo filosófico, Judith Butler aproxima-se das reflexões de Irigaray ao afirmar que os sexos não são construídos de maneira simétrica. Butler evidencia que o masculino é tomado como o “um”, o parâmetro universal, enquanto o feminino torna-se apenas seu reflexo. Essa lógica, ao reduzir o feminino ao masculino, produz exclusão e apagamento das experiências das mulheres, restringindo a produção de identidades consideradas inteligíveis (Passos, 2009).

A partir desse apagamento sistemático, fenômenos vinculados ao corpo feminino não apenas foram interpretados como defeitos ou desvantagens, mas também como algo perigoso e impuro. Tal construção aparece em discursos antigos, como o do filósofo Plínio (23–79 d.C.), segundo o qual o contato de uma mulher menstruada com plantas as tornaria estéreis; sementes murchariam, frutas cairiam e um cheiro fétido se espalharia pelo ar. Aristóteles, por sua vez, defendia que o olhar de uma mulher menstruada teria o poder de “despolir” superfícies e enfeitiçar quem fosse por ele atingido (Strömquist, 2018). Por mais distantes que esses discursos possam parecer, ainda persistem ecos deles na sabedoria popular:

Participante do grupo 1: A menina fazia: Mãe eu vou pegar um fruto do pé e ela dizia: não, não pode, vai deixá-la ficar seca. Vou lavar as paninhos de menstruação, ai a mãe: Não, não pode, só depois de você passar esse tempo.

Participante grupo 3: Eu já escutei uma mitologia grega que falaram que se mulheres... aquele, deixa eu lembrar. Na professora de artes do ano passado, que saiu da escola, falou que ela botou um vídeo sobre o cavalo marinho, que era uma dança. Aí falou, se mulher menstruar, ela não pode dançar, porque era um feitiço ou uma maldição.

Participante grupo 3: Era tipo uma bruxa, né?

A visão da bruxa pode ser entendida nesse imaginário de misticismo a partir do que Silvia Federici (2019), explica ter sido o motor para a condenação de milhares de mulheres à fogueira. Nas sociedades pré-capitalistas, as mulheres que estabeleciam uma compreensão particular com os segredos da natureza que as possibilitava proporcionar a vida e a morte uma vez que desempenhavam papéis de parteira e curandeira, também simbolizava para essas mulheres uma fonte de emprego.

Dentro desse imaginário construído do perigo que essa figura de bruxa simbolizava, a sexualidade era também um fator importante, já que a sexualidade feminina era desprezada e concebida como diabólica e a magia feminina, que é elemento central para estabelecimento da bruxaria. A partir disso a menstruação assume local central dentro dos fenômenos ditos como mágicos e associados a bruxaria (Federici, 2019).

Através das perguntas sobre como elas viam a menstruação ou se já tinham escutado algo sobre a menstruação, foi possível perceber que os estigmas menstruais permanecem ainda nos dias de hoje, quando as participantes falam sobre não poder mexer nas plantas, ou ainda sobre restrições alimentares, já que a impossibilidade de comer ovo se dá pelo mito de que este deixaria a menstruação com odor fétido.

Participante do grupo 1: A minha avó disse que era até os 15 anos

Participante do grupo 1: A minha também. E que se não menstruasse, não podia ter filho.

Participante do grupo 1: Minha tia também, disse que a pessoa só menstrua quando tem peito

Sobre a crença geral de ser proibido fazer qualquer coisa no cabelo, existia a proibição no que diz respeito a não poder lavar o cabelo ou ao menos molhar a cabeça, já que se acreditava que o sangue poderia subir para a cabeça e a mulher ficaria louca, pois o sangue era considerado quente. A ideia também sobre impossibilidade de cortar ou realizar algum procedimento no cabelo surge em 1920 com o discurso de que não dava para fazer permanente no cabelo enquanto você estivesse menstruada, porque esse procedimento não iria funcionar (Strömquist, 2018).

Participante do grupo 1: Não podia cortar o cabelo.

Participante grupo 2: Se você cortar o cabelo menstruada não cresce.

A imposição a crenças limitantes possui uma extensa gama de variações e proibições, que vai desde não poder comer diversos alimentos, realizar atividades e adentrar alguns espaços, impondo desde cedo a retirada das pessoas menstruantes de diversos lugares. As crenças restritivas no que diz respeito a não poder ingerir determinados alimentos ainda permanece bem forte, tendo como principal fator o consumo de frutas cítricas, pimenta e ovos

Participante do grupo 1: Eu não posso comer ovo, quando eu estou menstruada.

Participante do grupo 1: O povo diz que não pode comer frutos do mar

Participante grupo 2: Eu só sabia com limão ou com pimenta. Ou com pimenta. Meio que dá um azar.

Participante grupo 2: Que eu ouvia muito da minha mãe era que não podia comer nada com limão, porque cortava a menstruação

Participante grupo 4: Minha mãe disse que não pode comer ovo porque deixa a menstruação fedendo. Só que eu não como carne, eu tenho que comer ovo.

Participante grupo 4: Minha mãe, uma vez, eu nunca fiz isso, né? Mas uma vez, antes de menstruar, ela tinha falado que quando eu menstruasse pela primeira vez, era pra ir pra debaixo do banheiro, pegar uma banda de um limão, ficar de coca assim no chuveiro, e chupar o limão. Aí ela disse que só vem 3 dias de menstruação. Ela falou isso.

Dentro da pesquisa realizada com mulheres no interior de Santa Catarina, quando falavam das proibições quanto aos alimentos que elas não poderiam ingerir sempre mencionavam o limão, mas que muitas vezes o limão era usado para atrasar a menstruação caso elas quisessem ir para a praia. A partir do estudo realizado pela historiadora Joana Maria Pedro, o uso do limão como mecanismo para retardar a menstruação quando as mulheres queriam ir à praia ou tomar chá de canela para adiantar foi percebido como métodos de cuidado com o próprio corpo

Dentro da pesquisa realizada com as mulheres no interior de Santa Catarina, quando falavam de suas crenças em relação a menstruação, muitas evidenciavam algumas restrições no que diz respeito a andarem descalças, sob o risco de que caso andassem poderiam ficar inchadas, o sangue poderia suspender e a mulher ficaria louca, ou então andar no molhado que poderia gerar cólicas

Em outra pesquisa realizada com em 2003 evidenciou também as crenças quanto ao sangue menstrual como um componente quente, por consequência, era recomendando que as restrições fossem em relação a coisas frias como é o caso de: lavar a cabeça, molhar a barriga, andar descalça, tomar sereno, já que tinha por consequência a cólica, dor de cabeça, até sintomas mais graves como é o caso da loucura e até a morte. Observando essas falas e a permanência delas em 2025 é possível evidenciar a longevidade de tais crenças e mitos, mas principalmente a falta de educação menstrual para desmitificá-los.

Participante grupo 2: Andar descalça em casa em tempo de chuva ou se tiver chovendo, ou quando tiver... ou só tiver tempo frio, ou se tiver menstruada, você não pode andar descalça.

Em uma pesquisa realizada com adolescentes do 9º ano do Ensino Fundamental, no âmbito do Programa de Residência Pedagógica — cujo objetivo era discutir o ensino contextualizado de Biologia, especialmente no que se refere ao sistema reprodutor feminino —

, observou-se que, ao abordar os mitos referentes à menstruação, diversos estudantes relataram acreditar que uma mulher menstruada não poderia tomar banho de rio nesse período ou andar descalça pela casa. Os mitos podem assumir naturezas distintas, como evidenciado nas falas das participantes desta pesquisa, mas, em geral, estruturam-se como interdições e proibições direcionadas às mulheres (Lima et al., 2023).

A partir dessa crença na existência de “poderes mágicos femininos”, associada à repressão da sexualidade, a menstruação passa a ser interpretada como um líquido impuro e, conseqüentemente, a mulher menstruada é vista como perigosa. Em razão do suposto “mal” que poderia produzir à comunidade, impõem-se práticas de isolamento (Vasquez, 2022). Um exemplo emblemático é o ritual do *chhaupadi*, proibido legalmente apenas em 2017, mas ainda amplamente praticado. Nele, meninas são obrigadas a permanecer isoladas em cabanas fechadas, afastadas de casa; muitas adoecem ou morrem devido à fumaça e ao fogo utilizados para aquecer o ambiente, pois as cabanas não possuem ventilação, e outras são atacadas por animais. Mesmo sendo ilegal, milhares de meninas continuam a ser isoladas durante o período menstrual (Expresso, 2019).

Esses discursos que tratam a menstruação como impureza e a colocam no campo do não-dito contribuíram para que, mesmo na medicina, a produção de conhecimento sobre o tema avançasse lentamente. Assim, muitas explicações sobre a menstruação acabaram se aproximando das crenças populares, perpetuando ideias equivocadas (Sardenberg, 1994). A ausência de debates, de pesquisas científicas robustas sobre o assunto e de educação sexual consolidou um cenário em que estigmas menstruais — como a percepção do ciclo como algo sujo ou anormal — seguem sendo transmitidos de geração em geração, produzindo restrições e tabus.

Somando-se a esses processos de exclusão, ao desinteresse histórico da ciência e ao desprezo social pelo corpo feminino, consolida-se um silêncio estrutural sobre processos naturais do corpo, como a menstruação. Aliada a isso, a falta de educação sexual que ofereça conhecimentos sólidos sobre o corpo e seus ciclos reforça um desconhecimento geracional que tende a reproduzir crenças infundadas e estigmas sobre o tema.

Como consequência, tais estigmas geram incômodo em relação ao próprio ciclo menstrual, reforçam o desconhecimento sobre os processos corporais e situam a menstruação como um fenômeno restritivo, permeado por crenças limitantes — muitas vezes reproduzidas pela mídia na exploração do corpo menstruante. Além disso, impactam diretamente na adoção de métodos de supressão do ciclo e de produtos de contenção do fluxo que, por meio de

discursos midiáticos, reforçam a ideia de que é preciso manter-se “limpa” e esconder a menstruação.

Fica claro, portanto, que incorreções e mitos quanto à saúde e ao cuidado menstrual tendem a frustrar o completo desenvolvimento do potencial das meninas e, por isso, é fundamental que se investigue mais profundamente os canais pelos quais este problema impacta a vida das meninas, gerando reflexos ao longo da vida adulta (UNFPA, 2021, p. 12).

A partir do que foi discutido nessa categoria, foi possível perceber que mesmo datando de épocas remotas, os estigmas e crenças limitantes ainda se mostram presentes nos discursos de adolescentes que menstruam. Como consequência da presença dos estigmas foi possível notar que a conotação negativa da menstruação decorre da crença de inúmeras limitações durante o período menstrual, como ter que parar de comer determinadas coisas, parar de fazer algumas atividades.

5.3 Práticas de bullying no período menstrual

O bullying foi definido de forma pioneira pelo psicólogo Dan Olweus, no fim da década de 1960, como um fenômeno de violência caracterizado pelo desequilíbrio de poder, manifestando-se por agressões repetidas, contínuas e intencionais dirigidas a uma pessoa ou grupo. Trata-se de um fenômeno que varia conforme o contexto, mas apresenta prevalência global (Lembo et al., 2023).

Quando investigada a incidência dessa prática entre meninos e meninas, observa-se uma discrepância significativa. No Brasil, a Pesquisa Nacional de Saúde Escolar (PeNSE), de 2015, indicou que, dentro da amostra de 102.321 estudantes do 9º ano, 19,8% afirmaram ter praticado bullying. Considerando o recorte de gênero, 24,2% dos meninos admitiram tal prática, ante 15,6% das meninas. Na quarta edição da PeNSE, realizada em 2019, constatou-se uma queda na prática do bullying; entretanto, o comportamento continuava sendo majoritariamente praticado por meninos, que representavam 20,4%, ante 12,0% das meninas.

Somando a vergonha relacionada ao período menstrual à falta de discussão e à persistência de estigmas que moldam a forma hegemônica como a sociedade enxerga a menstruação, outro fator que incide decisivamente para que adolescentes faltem à escola é o bullying. A decisão de permanecer em casa ocorre porque o ambiente escolar é percebido como

hostil. Isso se intensifica pelo fato de que, no início da puberdade, o corpo ainda está se adaptando às mudanças hormonais, e o ciclo menstrual tende a ser irregular. Nesses casos, o sangue menstrual na roupa torna as pessoas que menstruam alvo de brincadeiras maldosas e desrespeitosas (Gato *et al.*, 2023).

Participante grupo 1: É, dos meninos e da vergonha, dos meninos ficarem olhando

Participante grupo 1: Igual o que aconteceu com a própria [nome da estudante]. Ela foi no banheiro, aconteceu isso, ela limpou, só que vazou, aí o povo tava chamando a aluna de cabelo de menstruação e tal e as próprias amigas dela também.

Participante do grupo 4: Já... Tipo, quando... Às vezes, tipo, eu não venho porque uma vez aconteceu comigo de, tipo, vazou, aí esse menino ficou falando coisa comigo e, tipo, tirando onda com a minha cara. Aí isso me deixou muito constrangida. Tipo, em sala. Aí quando eu saí, os meninos ficaram falando. Aí foi uma agonia do caramba.

Na pesquisa realizada com adolescentes do 9º do ensino fundamental por meio do Programa de Residência Pedagógica, quando inicialmente foi perguntado aos participantes, de ambos os sexos, sobre a visão da menstruação como algo vergonhoso, todas as meninas afirmaram que não a consideravam, ao passo que todos os meninos sustentaram a resposta de que achavam o processo constrangedor (Lima et al, 2023). O mesmo ocorre na pesquisa quando falam sobre as diferenças da percepção dos ciclos naturais do corpo:

Participante do grupo 4: Tipo, ele, ele, tipo... Ele acha aquilo estranho que ele sai de dentro da mulher e aí fica tirando onda com a pessoa.

Participante do grupo 4: Ele acha aquilo, assim, uma coisa sebo, sei lá.

Participante do grupo 4: Mas é natural do corpo da mulher.

A experiência escolar deixa uma marca permanente no corpo dos estudantes que se impregna nas suas identidades e os transforma em sujeitos escolarizados. Essa marca identitária diz respeito a como se olha para o outro e para si mesmo e se desenvolve uma postura física, essa postura pode acabar perpetuando estigmas, tabus e mitos sobre a natureza dos corpos que estão se formando, como é o caso da perpetuação sobre o tema da menstruação que gera o bullying e o constrangimento durante o período menstrual

Participante grupo 1: Teve uma reação de bullying até de uma menina da minha sala mesmo. Que ela disse que não queria virar ketchup

Participante grupo 1: Fizeram bullying com a menina, porque ela foi no banheiro, aí menstruou, aí ela limpou tudo direitinho, aí ela contou pra algumas amigas que o banheiro tinha melado um pouco. Ai alguma dessas amigas, ela disse que espalhou pra escola toda, aí todos os meninos ficaram chamando ela de menstruação e as próprias meninas chamando ela de menstruação.

Participante do grupo 4: Tava dentro de sala, os meninos do nada começaram a mexer na bolsa de uma menina, atrás, eu não sei do que mulesta era, parece que era de uma bendita, de uma caneta, foram e acharam absorvente dentro dessa bolsa. Começaram a rir, ia coisar. Eu percebi que a menina tentou, assim, ficar séria, mas ao mesmo tempo ela tava constrangida.

Participante do grupo 4: Chama a pessoa de seboso, sebosa né? Fica chamando a pessoa de um monte de coisa. Fala que a pessoa fez o número 2 na roupa, com um monte de coisa.

Ao afirmar que a menstruação é um tema mais importante para as mulheres, solidifica a perspectiva que a menstruação demarca apenas os corpos femininos. Como consequência reforça a tendência cultural que coloca a menstruação e suas responsabilidades de forma desproporcional sobre as mulheres, bem como faz a separação do que é feminino e masculino.

Participante grupo 3: Eu já. Isso é besteira, isso é frescura, isso é só uma dorzinha. E uma mulher disse assim, ó, você não entende a dor da mulher. E o homem disse, isso é frescura, nada de mais não, é só uma dorzinha, isso não mata não. Foi isso.

Frequentar a escola durante o período menstrual pode ser perturbador. O medo constante de ser alvo de discriminação por conta de um possível vazamento menstrual, ou mesmo de ter o absorvente descoberto, constitui um dos fatores que influenciam diretamente o absenteísmo escolar. Estar em permanente estado de vigilância faz com que adolescentes desenvolvam hábitos sistemáticos que geram inquietações diversas (Gadelha; Fonteles Filho, 2024).

No que diz respeito aos impactos emocionais dessa situação, o estudo de Cardoso et al. (2021) constatou que 68,1% das mulheres consultadas apresentaram sintomas de depressão moderada ou grave, além de ansiedade relacionada ao ciclo menstrual — seja pela incerteza de possuir ou não itens adequados para conter o fluxo, seja pelo medo de constrangimento ao utilizar meios alternativos aos absorventes.

Sob a ótica da saúde emocional, a pobreza menstrual pode causar desconforto, insegurança e estresse, contribuindo para intensificar a discriminação vivenciada por meninas e mulheres. Compromete o bem-estar, o desenvolvimento e as oportunidades das estudantes,

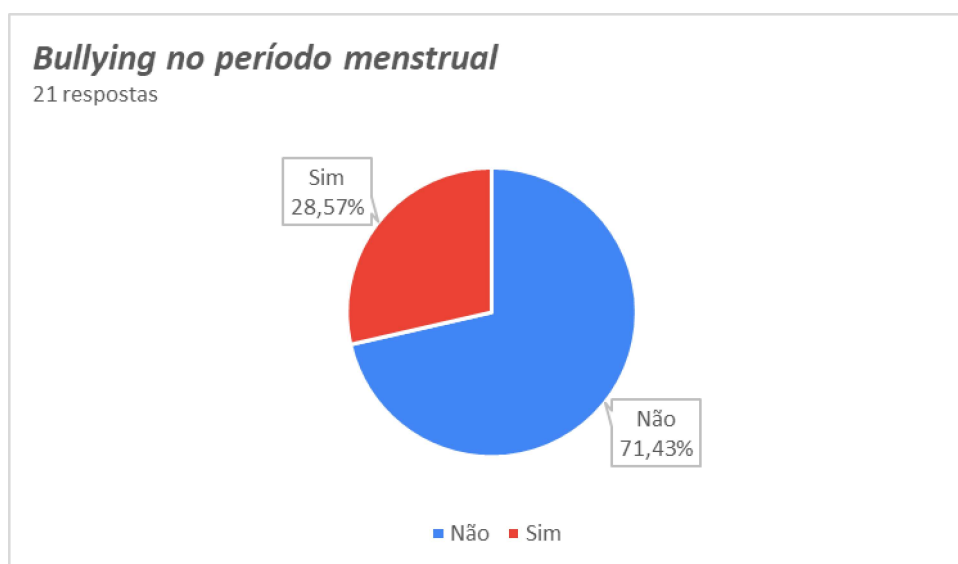
que passam a temer vazamentos, a dormir mal, a perder momentos de lazer e a evitar atividades físicas. Além disso, enfrentam queda na concentração e na produtividade (UNFPA, 2021, p. 11).

A exposição a comentários discriminatórios e a situações de exclusão pode acarretar consequências ainda mais graves. Em 2020, uma estudante queniana de 14 anos cometeu suicídio após ter sido publicamente exposta pela professora ao vivenciar sua primeira menstruação; a docente chamou-a de “suja” e a expulsou da sala diante dos colegas (Gadelha; Fonteles Filho, 2024). Situações de provocação, exclusão e vergonha relacionadas ao sangramento menstrual violam diretamente o princípio da dignidade humana (Motta; Brito, 2022).

Participante do grupo 4: Aí, a menina, ela estava menstruada dentro do banheiro. O menino foi... Entrou dentro do banheiro da menina. Aí, coisaram, chutaram a porta.

Participante do grupo 4: Aí, abriu a porta. Aí, o menino ficava bagunçando com a menina lá dentro do banheiro. Aí, a menina ficou lá com vergonha. saiu da escola querendo se matar.

Figura 14 – Incidência de bullying durante o período menstrual



Fonte: Produção própria, 2025.

Diferente do que foi apresentado quando perguntados se elas já tinham sofrido bullying na escola, por mais que a maioria do percentual (71,43%), na prática elas muitas vezes presenciavam ou conheciam alguém que já tinha passado por determinada situação. Nas falas foi possível perceber o medo que vazam causa, assim como diversas situações em que o

vazamento, ou acharem absorvente, ou serem expostas ao constrangimento, impactaram diretamente na saúde mental das participantes.

Mesmo que as meninas vejam como algo natural, o processo ainda é permeado de silêncios, já que estas são ensinadas desde muito cedo a terem vergonha do processo e os esconder (Lima et al, 2023). Mesmo que consigam fazer o descarte o medo do vazamento e de que outras pessoas vejam onde foi feito o descarte é atrelado ao fato de que a cultura dita que a conversa pública sobre menstruação é desagradável e deve ser mantida em segredo o que impacta na vergonha sobre o próprio corpo. Algumas estratégias são utilizadas para contornar essa situação:

É natural recorrer a estratégias como: amarrar o casaco na cintura (mesmo sob um calor infernal), ser a última a sair de sala, arrumar desculpas para não participar da aula de educação física (se mexer muito, vaza), faltar aulas, esconder os absorventes na manga da camisa ou no bolso da calça e checar a situação no banheiro periodicamente, colocar papel higiênico (quando tem) para impedir o vazamento de fluxo (por falta de condições de comprar um absorvente, ou por vergonha de pedir), impedir que os colegas mexam na mochila e encontrem um absorvente (considerado constrangedor). (Ferrari, 2022).

Dentro das vivências das pessoas participantes da pesquisa, algumas dessas estratégias ainda são utilizadas como forma de resistência para contornar a vergonha, assim como, os sentimentos causados por medo de vazamentos na escola e de serem alvos de comentários também são uma das questões que fazem com que o sangue menstrual seja escondido, principalmente do sexo masculino:

Participante do grupo 1: O meu medo é só que quando eu vim para a escola toda vez eu venho de casaco, justamente porque se eu acabar menstruando na escola e eu não levar nenhuma roupa, vai ficar manchado atrás e o povo vai ficar olhando.

Participante do grupo 1: Eu sempre, às vezes, sempre trago um absorvente na blusa por precaução e uma calça.

Participante do grupo 2: Até hoje quando eu vou pegar o absorvente na sala, eu coloco aqui (na parte de dentro do casaco) ou no bolso.

Participante do grupo 3: Aí eu tinha medo de vazar, eu botava um casaco na cintura pra ninguém não ver.

Diante do que foi apresentado, é necessário compreender que o bullying relacionado ao período menstrual ainda é bastante presente. Apesar da escassez de produções bibliográficas que abordem diretamente essa ocorrência, as falas das participantes evidenciaram diversas

nuances que revelam como menstruar na escola pode acarretar medo de exposição, comentários constrangedores e situações de exclusão.

A experiência de menstruar e ser alvo de comentários ofensivos ou constrangedores impacta diretamente no absenteísmo escolar, e o efeito sobre a saúde mental também se mostra significativo. A segmentação do debate como algo exclusivamente feminino, somada à cultura que associa a menstruação ao sujo e ao privado, favorece a propagação dos estigmas menstruais. Como consequência, as pessoas que menstruam acabam desenvolvendo estratégias de resistência para lidar com essas situações no ambiente escolar.

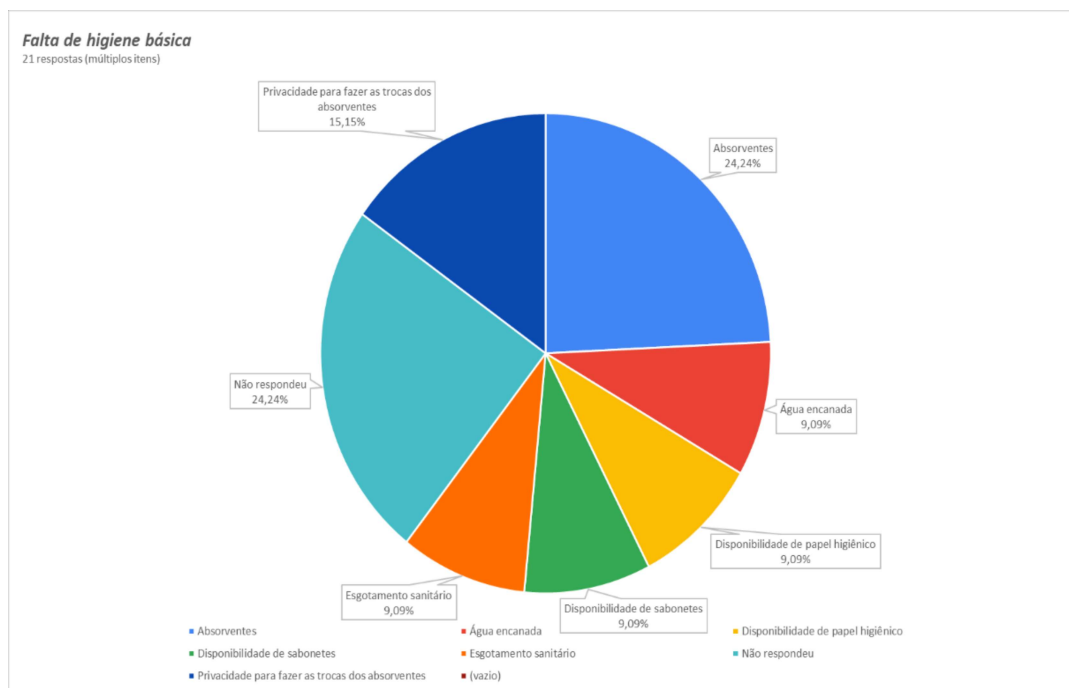
5.4 Acesso a políticas públicas e garantia de Direitos Humanos

No Brasil, a dignidade menstrual é compreendida como a capacidade de uma pessoa lidar com a sua menstruação de maneira adequada, segura e informada. Esse conceito está diretamente relacionado à garantia dos direitos sexuais e reprodutivos, à autonomia corporal e à autodeterminação de gênero. Contudo, quando a dignidade menstrual se torna um privilégio restrito a poucos, seu oposto se amplia: a pobreza menstrual.

A pobreza menstrual diz respeito à falta de acesso a direitos, informações e insumos de saúde essenciais, atingindo mulheres cis, homens trans e pessoas não binárias. Esse acesso desigual a recursos, infraestrutura e oportunidades retroalimenta ciclos transgeracionais de desigualdade de gênero, raça e classe, afetando de maneira profunda a trajetória educacional, profissional e social das pessoas menstruantes.

Considerando todos esses fatores, constata-se que a pobreza menstrual não ocorre apenas no ambiente escolar. A infraestrutura doméstica também é determinante para garantir a higiene menstrual adequada. Nessa perspectiva, foi perguntado às participantes da pesquisa se já haviam enfrentado a ausência de itens básicos em suas residências. Entre os elementos considerados estavam: disponibilidade de absorventes, privacidade para realizar as trocas, água encanada, papel higiênico, sabonete e esgotamento sanitário.

Figura 15 – Itens de higiene que faltaram em sua residência



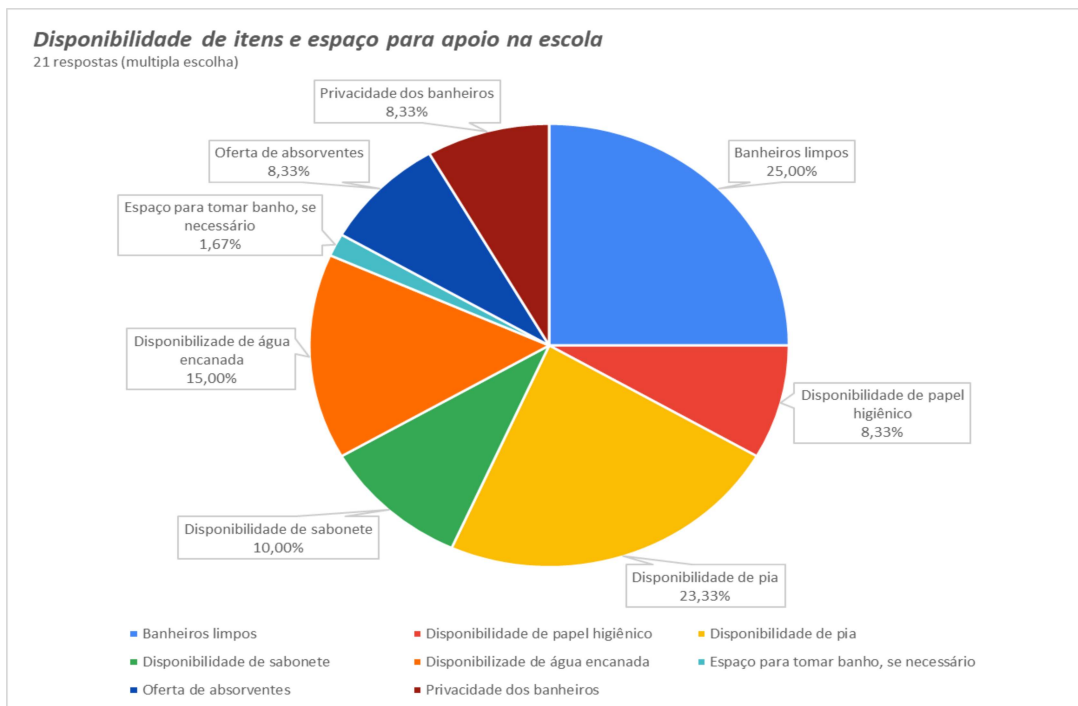
Fonte: Produção própria, 2025.

A mesma porcentagem de participantes que não respondeu à questão — ou seja, aquelas que não vivenciaram a falta de nenhum dos itens básicos em suas residências — foi equivalente à porcentagem das que relataram ausência de absorventes (24,24%). Em seguida, registrou-se a falta de privacidade para realizar as trocas (15,15%). Já a ausência de esgotamento sanitário, papel higiênico, água encanada e sabonete apresentou a mesma proporção, correspondendo a 9,09% das respostas.

Algumas condições são fundamentais durante o período menstrual, sendo reconhecidas como condições *WASH* (sigla em inglês para *Water, Sanitation and Hygiene*). As condições necessárias para o manejo saudável da menstruação incluem: disponibilidade de água para higiene corporal e das mãos, acesso a sabão, presença de banheiros adequados e seguros, além de um local apropriado para o descarte dos materiais de contenção. Na ausência desses elementos, a dignidade das pessoas menstruantes é profundamente afetada.

No panorama geral dos itens disponibilizados pela escola às participantes, os mais frequentes foram: banheiros limpos (25%), seguidos da disponibilidade de pias (23,33%). A disponibilidade de água apareceu em 15% das respostas; sabonete, em 10%; papel higiênico e oferta de absorventes, ambos com 8,33%; e, por fim, a existência de espaço para banho, quando necessário, foi mencionada por apenas 1,67% das participantes.

Figura 16 – Disponibilidade de itens higiênicos na escola



Fonte: *Produção própria, 2025.*

Segundo relatório do WaterAid, os sanitários adaptados para as pessoas menstruantes devem respeitar alguns aspectos básicos, como é o caso da segurança, devem possuir trancas, garantir a privacidade, localizado em um local seguro, no tocante a estrutura dos banheiros as participantes afirmam:

Participante grupo 1: Você chega para fazer a necessidade dentro do banheiro, o povo fica botando o pé em cima do vaso

Participante grupo 1: É, por isso que a gente não tem higiene, porque quando a gente vai fazer a necessidade, tá todo melado o bojo

Participante grupo 1: Porque tem gente que sobe no vaso pra olhar. Maldade

Participante grupo 1: E também não tem privacidade .

Participante grupo 4:Eu me sinto à vontade não, porque tem vezes que as meninas assim sobe em cima do bojo.

Participante grupo 4: É. Sim. Uma vez aconteceu aqui na escola de uma menina gravar a outra trocando de roupa em cima da caminha.. Foi.

Participante grupo 4:Por isso que as vezes a gente nem vai muito no banheiro. Quando vai no banheiro é só pra, tipo, olhar no espelho e tal. Porque aí a gente fica com medo de alguém subir e olhar.

O segundo requisito necessário que deve constar nos banheiros para as pessoas menstruantes é a questão da higiene, ou seja, a disponibilidade de água e sabão, papel higiênico, espelho, meios para lavar ou eliminar produtos menstruais para evitar o descarte de absorvente

no vaso sanitário podendo causar entupimento. Com relação a esse requisito as pessoas participantes responderam que:

Participante grupo 1: Porque eles entendem que como nós mulheres precisamos limpar os lugares, e os homens também, né? Mas só que eles não colocam nem papel higiênico

Participante grupo 1: Papel higiênico mal tem, sabonete mal tem, também

Participante grupo 1: Isso aqui é tudo detergente. Eles botam isso aqui e o resto é tudo água. Vocês estão vendo? Água transparente.

Participante grupo 2: Olha, por uma parte dá sim, porque tipo, só tem absorvente se você for lá em cima

Participante grupo 2: Tem vezes que os banheiros faltam papel higiênico

Participante grupo 2: Não, pior que não faltam. Às vezes tiram, porque o povo não usa de forma correta.

Participante grupo 2: Às vezes as meninas pegam e fazem palhaçada, tipo rasgar e botar lá dentro do vaso, entendeu?

Participante grupo 2: Aí o sabonete, às vezes o pessoal usa de forma demais também, sem precisar, às vezes acaba... Ou nem colocam. Ou nem colocam mesmo o sabonete.

Participante grupo 3: Quando a pessoa tá menstruada, a gente tem que não ter papel higiênico nos banheiros, a gente tem que ir lá pedir pra gente poder usar. Aí depois devolver. Pra não ficar gastando e entupindo a privada.

Pesquisadora: Mas vocês acham que tem coisas suficientes? Tipo assim, tem sabão pra lavar a mão?

Participante grupo 3: Não, não.

Pesquisadora: Papel higiênico?

Participante grupo 3: Não.

Participante grupo 3: A escola tem poucos absorventes. Ela nem tem. Na verdade, nem tem. Às vezes tem, eu acho que um ou dois. O papel higiênico a gente tem que pedir. Às vezes o papel higiênico... Às vezes nem tem papel higiênico.

Participante grupo 3: É muito pouco sabão.

Participante grupo 4: É bom, né?

Participante grupo 4: É. Pelo menos a gente tem o espelho.

Participante grupo 4: É que antes não tinha. Passou mais de...

Participante grupo 4: Não. Desde o começo da escola não tinha.

Participante grupo 4: Às vezes não tem não, tipo, falta

Participante grupo 4: Sempre tem que trazer um reserva

Participante grupo 4: Digo logo, porque quando a gente quer papel, quase não tem.

Participante grupo 4: Não tem. Não tem no banheiro da gente. A gente tem que ir pedir. Também não tem sabão pra lavar a mão depois que subir.

O terceiro requisito que deve estar presente nos banheiros é a disponibilidade, ou seja, o banheiro deve conter cabines suficientes para evitar filas longas, quanto a isso as participantes não falaram diretamente sobre a quantidade de cabines, mas sim sobre a aglomeração que ocorre no banheiro:

Pesquisadora: Tem privacidade?

Participante grupo 3: Não.

Pesquisadora: Tipo, as trancas funcionam?

Participante grupo 3: Sim, funciona.

Pesquisadora: Mas a privacidade que vocês estão dizendo que não tem, seria o que?

Participante grupo 3: Um monte de pessoa no banheiro. Em público.

Participante grupo 3: Às vezes a gente tem que passar em público no banheiro pra entrar, pra... Fazer as necessidades, às vezes é muito vergonhoso, porque é muitas meninas.

Por fim, o último fator diz respeito a manutenção, ou seja, possuir bons planos de gestão, limpeza e manutenção. Como já citado, na literatura, existe o caso das pessoas menstruantes deixarem de frequentar o banheiro por este não possuir a limpeza necessária, as pessoas retêm urina por muitas horas o que pode gerar quadros de infecção urinária, assim como ficar sem trocar o meio de contenção pode acarretar preocupação e dispersar a concentração em aula.

Participante grupo 1: O tia, eu não sei se dá pra fazer xixi não, porque a tampa do bojo é tudo molhado de xixi, parece que é um menino que vai lá e mija... E as meninas... E as meninas, elas deveriam ter educação, mas parece que não tem. É mais no dia de treino

Participante grupo 1: Uma vez eu entrei no banheiro e tinha xixi assim no chão, eu olhei, assim e ela viu. E tava todo mesmo, uns xixi assim. Aí eu falei pra tia, ai a tia: Vixe maria, mijaram no chão

Participante grupo 4:É, não tem papel e às vezes o banheiro tá tipo, ele lava, mas fica muito sujo. Na minha opinião, né? Que fica muito sujo, às vezes ele não limpa direito.

Para além de todas as consequências mencionadas existe o impacto emocional, a falta de infraestrutura somado a prática do bullying leva a consequências emocionais, segundo um estudo, realizado pelo Grupo de Políticas Públicas e Direitos Humanos em Saúde e Saneamento da Fiocruz, ouviu diretamente alunos entre 12 e 16 anos estudantes da zona rural baiana acerca das condições sanitárias e do impacto na higiene, estas demonstraram que optam por não fazer as trocas de absorventes devido a insalubridade dos banheiros, e que isso impacta diretamente na concentração na aula e em demais atividades, visto o estado de constante vigilância e medo de que aquele meio de contenção vaze e a adolescente seja algo de discriminação (Gadelha; Fonteles Filho, 2024).

A partir da etiqueta menstrual que incentiva que o controle do sangue seja feito de forma discreta e silenciosa, já que segundo essa etiqueta a menstruação é vergonhosa e incomoda, é muito mais fácil seguir essas regras quando existe a disponibilidade de materiais de higiene. Dessa forma, se já é possível perceber a ansiedade nas pessoas que menstruam que possuem disponibilidade desses materiais, essa ansiedade é ainda mais potencializada por pessoas que não possuem o mesmo assunto, gerando um quadro de sofrimento psíquico. Esse sofrimento desperta um medo em relação a menstruar na escola, não apenas pela falta de insumos, mas a falta de privacidade, o medo do bullying e a falta de infraestrutura da escola:

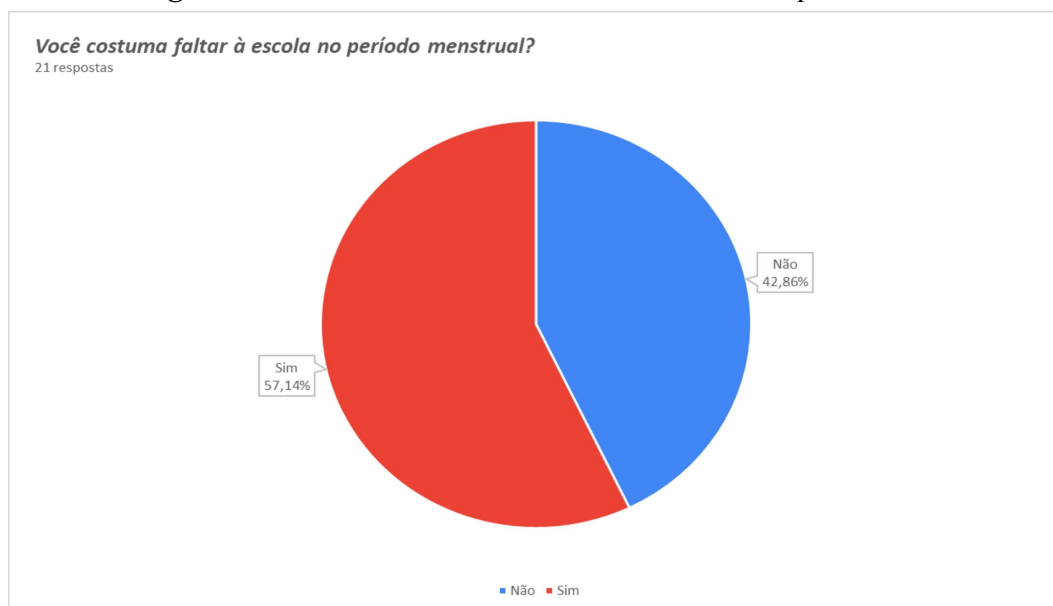
Participante do grupo 1: Meu medo mesmo é de menstruar na escola

Participante do grupo 1: A menina que queria participar toda vez ela deixa de vir na escola porque ela diz que ela tem medo de menstruar na escola

Atravessar o ciclo menstrual com a incerteza acerca da falta de itens de higiene gera uma carga mental para as mulheres. Além da angústia sobre essa precariedade, também vem a vergonha, o medo do assédio e o temor do vazamento. Em uma pesquisa feita no Reino Unido, 43% das meninas acabam sofrendo com provocações por parte dos meninos que fazem piadas sobre a menstruação, por estes se sentirem desconfortáveis com o assunto (Bodyform e do yougov uk, 2018). Como a falta de higiene e o bullying estão ligados e causam impactos socioemocionais

A maior consequência da pobreza menstrual é um dos mais preocupantes absenteísmos escolares, visto que as pessoas menstruantes se veem sem escolhas já que não possuem meios de contenção do fluxo na residência e a infraestrutura escolar não oferece meios que essas pessoas frequentem a escola com dignidade, já que frequentar a escola menstruada já é um fator estressante, potencializado quando não se tem meios disponíveis para conter o fluxo menstrual.

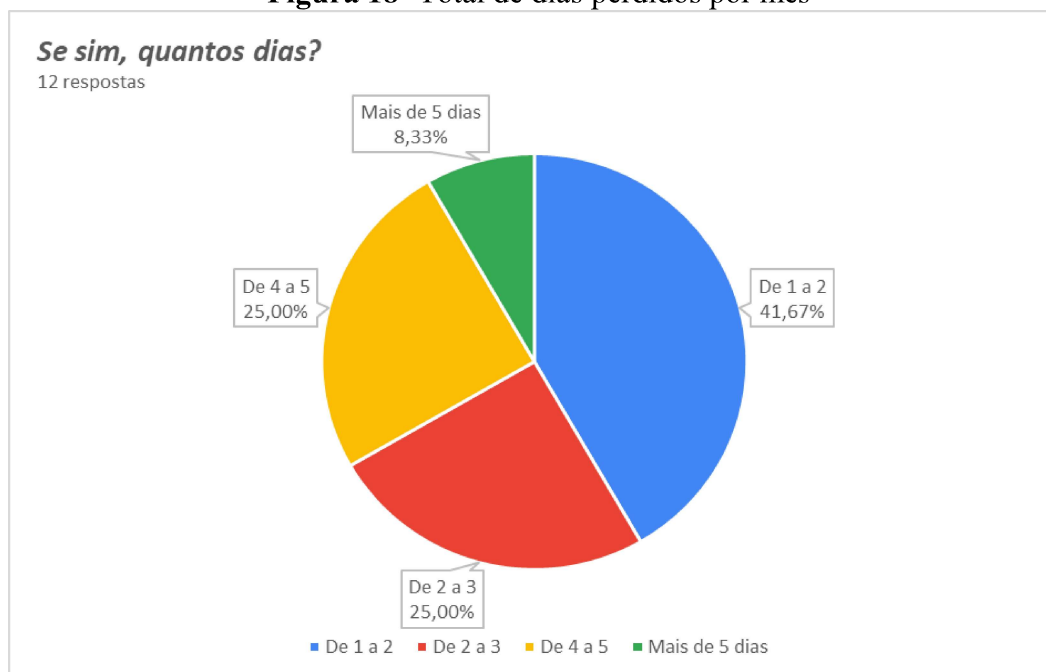
Figura 17 – Incidência de faltar à escola durante o período menstrual



Fonte: *Produção própria, 2025.*

Por não possuir meios de contenção em casa, a escola não ofertar, o medo constante do vazamento do sangue menstrual e ser exposta a provocações e constrangimentos, a falta de discussão sobre isso na escola como forma de tirar dúvidas sobre o ciclo e a persistência de estigmas menstruais corrobora para que as pessoas menstruantes escolham faltar à escola por achar que essa se configura como um ambiente hostil para a passagem do ciclo menstrual.

Figura 18- Total de dias perdidos por mês



Fonte Própria

Para as pessoas menstruantes que afirmaram faltar à escola durante o período menstrual, foi perguntado quantos dias chegavam à falta. A literatura demonstra que as pessoas que menstruam chegam a faltar até 45 dias do ano letivo, nos dados constantes dessa pesquisa, levando em consideração os 10 meses do ano letivo, faltando 1 ou 2 dias todo mês, no final do ano serão 10 e 20 dias respectivamente, representando 41,67% das participantes, faltando 3 dias, faltarão 30 dias do ano letivo, representados por 25% das participantes, de 4 a 5 dias, serão 40 e 50 dias respectivamente, representado por, também 25%, e por fim mais de 5 dias que superaria os 50 dias do ano letivo, contido em 8,33% das pessoas participantes.

Participante grupo 1: A menina que queria participar toda vez ela deixa de vir na escola porque ela diz que ela tem medo de menstruar na escola

Pesquisadora: Mas deixa eu perguntar uma coisa, em relação a esse vergonha e esse medo de vazar, vocês já deixaram de vir à escola por conta disso?

Participante grupo 3: Já, eu já.

Participante grupo 3: Eu não.

Participante grupo 3: Eu só fiquei com medo, mas eu vim.

Participante grupo 3: No primeiro dia minha mãe deixou faltar todos os dias

Participante grupo 3: Não, porque quando a minha primeira vez foi, a mãe... Eu falei, mãe, eu tô com medo, porque todo mundo pode ver, eu tô com medo de vaziar. Só que ela explicou que não vai vaziar, só pra colocar o... Só colocar o absorvente bem direito. Aí, eu vim na escola, de boa. Não vazou. Glória a Deus. Porque era no comecinho

Participante grupo 4: Só um dia ou dois.

Participante grupo 4: Eu não gosto de faltar, não.

Participante grupo 4: Eu não falto. Até porque ela não me perturba muito, não. Agora, quando dá pra perturbar, misericórdia.

Participante grupo 4: Aí eu falto.

Participante grupo 4: Eu falto.

Pesquisadora: Então, vocês geralmente faltam durante o período menstrual? Assim, um, dois dias?

Participante grupo 4: Uns primeiros dias que cai muito, assim. Mas os outros eu não falto.

Pesquisadora: E geralmente, assim, vocês faltam? Por qual motivo? Por conta do medo de vaziar?

Participante grupo 4: Também. E às vezes é por causa da dor que às vezes a pessoa não aguenta. Aí não conseguem nem levantar da cama e fica uma dor muito forte aí. Não dá vontade de levantar. Fica só deitada o dia todo.

Esses números acabam ultrapassando a média que a literatura apresenta em um contexto geral de absenteísmo escolar, e se tornam ainda mais assustadores quando na pergunta seguinte são interpeladas sobre o sentimento de atraso em relação aos meninos, já que acabam faltando muitos dias do ano devido a ocorrência mensal da menstruação. Demonstrando uma porcentagem exorbitante de pessoas que se sentem em atraso por faltarem (58,33%).

Figura 19 – Sentimento de atraso no conteúdo em relação aos meninos



Fonte: *Produção própria, 2025.*

Para além da etiqueta menstrual que impõe que as pessoas que menstruam escondam seu ciclo menstrual dos meninos e professores do sexo masculino, existe uma falta de preparo desses últimos quanto a tratativa e o manejo em sala de aula. O que acarreta situações narradas também pelas pessoas participantes.

Participante do grupo 1: Uma das vezes teve minha prima disse, quando tem o professor na sala e ela tem que trocar o absorvente, às vezes ela fica com vergonha, porque é o professor e o professor não quer

Participante do grupo 1: Tem vezes que os professores não deixam.

Participante do grupo 1: Uma vez eu pedi a ela, ela disse que estava menstruada e queria trocar o absorvente, ela disse, não, depois você vai.

Pesquisadora: E aí, como é que vocês se sentem com isso?

Participante do grupo 1: Ofendida né?

Participante do grupo 1: Tem uns professores que não entendem as meninas

Participante grupo 2: E não deixa uma pessoa subir. Se você estiver na quadra e tiver alguma necessidade de ir no banheiro, e não deixa a gente subir

Participante grupo 2: Mesmo que a gente falou que tem uma necessidade, eles não deixam a gente subir.

Participante grupo 2: Tipo, se você chegar e falar: eu preciso ir no banheiro e eles falarem: não, aí eu chamo, falo no ouvido e eles deixam.

Participante grupo 2: Mas esse ano tá sendo realmente... Eu tô percebendo, se você percebesse isso também na minha sala, que tá mais difícil os professores não deixarem a gente ir no banheiro.

Participante grupo 2: Eles estão deixando mais. Porque ano passado era difícil, eu não sei o porquê.

Participante grupo 2: Foi, eu pedi pra ir no banheiro, ele não deixou, quando foi a terceira vez, eu só me levantei e saí. E ele ficou com raiva.

Participante grupo 2: O professor não deixava de jeito nenhum. Ignorava ela, não fez nada, Ignorou ela também.. Pois ela foi lá, se levantou por si própria e foi. Ele ainda reclamou da aluna. Sim, a aluna tava realmente com necessidade, entendeu?

Em uma pesquisa realizada com professores e professoras do oitavo e nono ano na região do Vale dos Sinos de duas escolas que possuem ampla infraestrutura, assim como o município conta com o programa municipal de fornecimento de absorventes e as presentes escolas possuem respaldo da BNCC para tratativa desses temas nos últimos anos do fundamental. Na prática, constatou-se uma lacuna formativa sobre o assunto, essa lacuna acaba ajudando a perpetuar os estigmas e tabus sobre a menstruação, impactando diretamente na conscientização de direitos dos corpos menstruantes, a falta de informações sobre os programas nacionais de distribuição de absorventes dificultam a identificação de estudantes que se encontram em vulnerabilidade social (Ledur; Menegotto; Giongo, 2024).

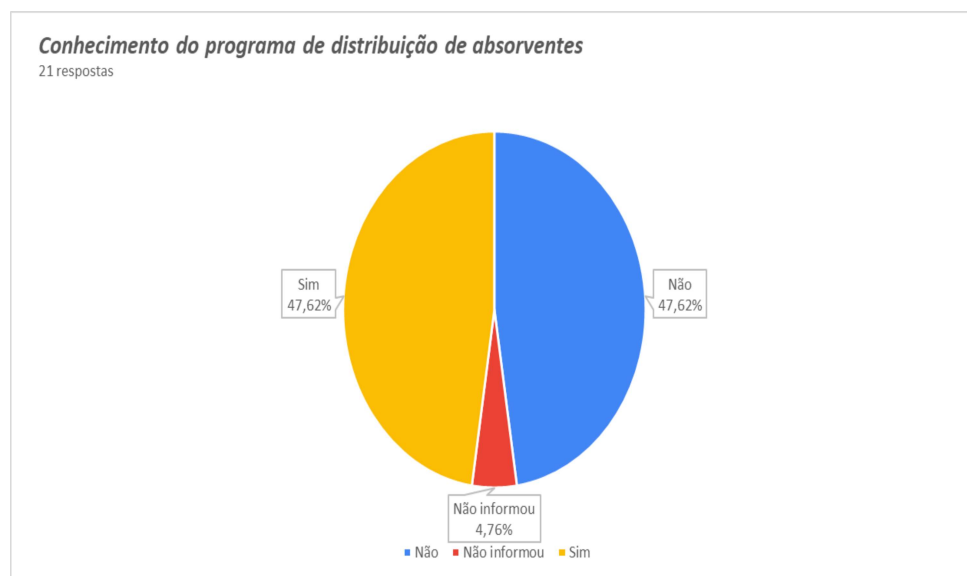
Os professores entrevistados apontaram diversas barreiras enfrentadas para a tratativa do tema em sala de aula, tais como a sobrecarga de trabalho docente, a complexidade dos diferentes arranjos familiares e, sobretudo, a pressão de segmentos religiosos que rejeitam a presença de temas ligados à sexualidade no ambiente escolar. Esses obstáculos produzem um espaço de silêncio, reforçam o desconforto e dificultam o acolhimento da temática. Assim, grande parte dos professores evita discutir o assunto porque não se sente preparada, carece de formação específica ou ainda permanece submetida a tabus e preconceitos historicamente produzidos em torno da menstruação (Ledur; Menegotto; Giongo, 2024).

Esse cenário revela uma contradição evidenciada pelo professor: *o que os professores fazem diante disso?* Em um contexto de neoliberalização da educação, no qual a escola opera com escassez estrutural e crescente responsabilização individual do docente, tende-se a ofertar o mínimo. Ou seja, ao invés de promover uma abordagem integral, crítica e emancipadora, a escola reduz sua atuação ao cumprimento básico de conteúdos, evitando temas considerados

sensíveis. Essa lógica minimalista — pautada em desempenho, produtividade e redução do papel social da escola — reforça a perpetuação dos tabus menstruais e exclui as demandas reais das estudantes, que continuam desassistidas.

No que se refere ao acesso às políticas públicas, investigou-se especificamente o conhecimento das participantes sobre o Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual, responsável pela distribuição gratuita de absorventes em todo o país. Os resultados revelaram que o percentual de pessoas que conheciam o programa foi igual ao percentual das que o desconheciam, evidenciando que a política ainda não alcançou ampla divulgação entre a população. Isso demonstra que, embora exista normativamente, ainda não se efetivou na prática cotidiana das pessoas que menstruam — sobretudo as de baixa renda e em idade escolar.

Figura 20 – Conhecimento do programa nacional de distribuição de absorventes



Fonte: *Produção própria, 2025.*

Pesquisadora: Deixa eu perguntar uma coisa, vocês conhecem um programa de distribuição de absorventes gratuita?

Participante grupo 3: Não, não. Mas já aconteceu aqui no Brasil.

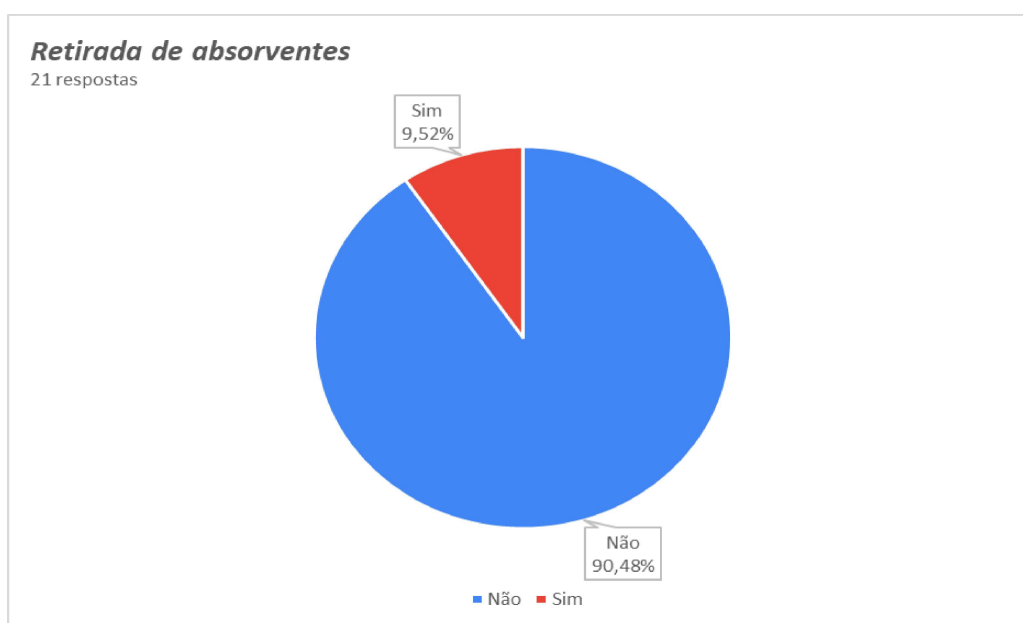
Participante grupo 3: E precisa pagar?

Para além do desconhecimento do programa, alguns outros problemas de ordem prática para a retirada do absorvente foram levantados, como é o caso de o arranjo familiar muitas

vezes impossibilitar a retirada, já que muitas pessoas que menstruam não morem com os pais, e sim com outros responsáveis.

Participante grupo 1: Eu já fiz já, só que eu só pego se minha mãe tiver comigo. E eu não moro com a minha mãe, moro com minha avó.

Figura 21 – Faz a retirada dos absorventes por meio do programa



Fonte: *Produção própria, 2025.*

Como demonstrando, das 21 participantes, a porcentagem que retira absorventes pelo programa é muito pequena (9,52%), seja pela falta de conhecimento do programa, pela dificuldade de aprender como fazer o cadastro e a falta de explicação mais detalhada sobre, pela dificuldade de fazer a retirada, dentre outros.

Pesquisadora: Vocês acham que quando a gente menstrua né, vocês falaram de faltar e tal, vocês acham que isso ajudaria a vocês não faltarem mais?

Participante grupo 1: Sim, praticamente sim.

Como demonstrado, as participantes veem o programa como uma possibilidade de auxílio durante a passagem do ciclo menstrual na escola, assim como veem como uma forma de evitar as faltas durante o período. Assim, as políticas públicas precisam avançar no sentido

de se tornarem efetivas, de que as pessoas as quais se destinam sejam de fato contempladas por estas como uma forma de garantia de direitos e a construção de uma sociedade mais justa.

É importante frisar que a educação menstrual dentro da escola não esteja atrelada apenas a distribuição de absorventes, mas também permitir o acesso à educação sexual, à saúde e aos direitos humanos. Dessa forma, para concretizar essa educação menstrual é necessário a formação não apenas dos professores e professoras, mas todo corpo docente como forma de sensibilizar sobre a temática e necessidade de erradicação da pobreza menstrual.

5.4.1 Educação em e para os Direitos Humanos

Para Paulo Freire (2021), quando se discute Educação em Direitos Humanos como uma prática libertadora, o primeiro aspecto destacado é o reconhecimento de que o direito à educação é o primeiro direito negado. Assim, o objetivo inicial da Educação em Direitos Humanos consiste em enfrentar aqueles que interditam o acesso ao conhecer, compreendendo que educar é, necessariamente, uma prática política, ainda que não partidária.

Considerando a impossibilidade de neutralidade na educação, essa ausência de neutralidade torna-se ainda mais evidente quando pensamos a educação em diálogo com os direitos humanos, entendidos como direitos fundamentais de existência, como alimentar-se, vestir-se, expressar-se e, no caso da menstruação, acessar condições básicas de higiene. Dentro desse quadro, Paulo Freire lembra que um professor reacionário compreende a Educação em Direitos Humanos e o ato de conhecer como um risco: para ele, permitir que homens e mulheres das classes populares — historicamente impedidos de exercer esse direito, passem a fazê-lo é algo a ser combatido (Freire, 2021).

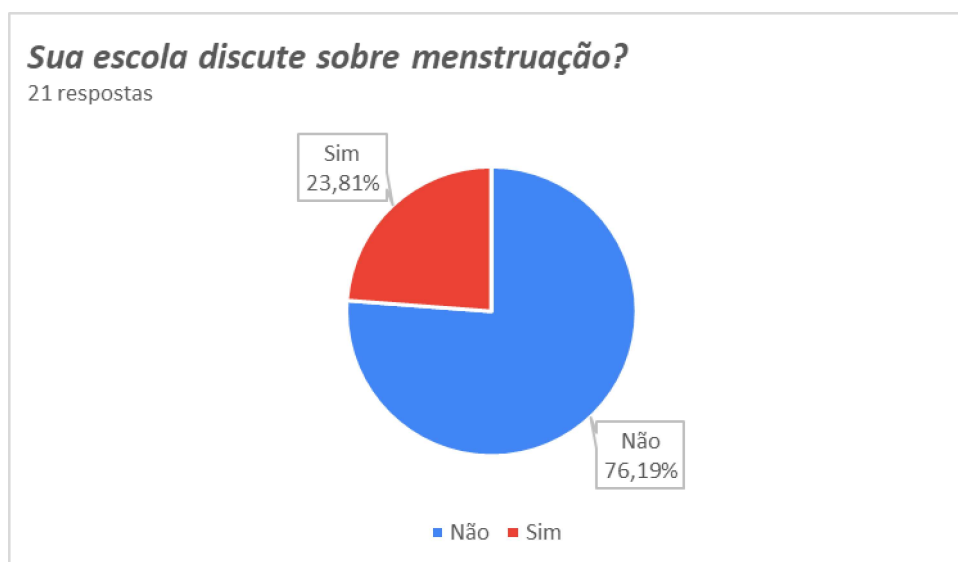
No encontro entre educação, direitos humanos e gênero, emerge também a crítica contundente da ativista bell hooks, que dialoga com Paulo Freire, se inspira em sua obra, mas o interpela quanto à ausência de uma abordagem explícita sobre gênero. hooks recorda sua experiência escolar em um contexto segregado: frequentava uma escola destinada apenas a estudantes negros e, ao ser transferida para uma escola de estudantes brancos, percebeu que os professores brancos não reconheciam qualquer compromisso político com a educação de crianças negras, negligenciando suas necessidades e potências (Hooks, 2017).

Como já evidenciado ao longo da pesquisa, o racismo impacta diretamente o acesso e a permanência de crianças e adolescentes na escola — especialmente quando consideramos que o ambiente escolar historicamente não contempla a diversidade de corpos e identidades,

excluindo mulheres, pessoas trans, pessoas não binárias e pessoas negras. Estruturalmente, a escola foi organizada a partir da figura masculina branca, tratada como padrão universal tanto para os discursos sociais quanto para os modelos de legitimidade.

Por não integrarem esse discurso dominante e nem corresponderem ao padrão normativo, temas como menstruação e pobreza menstrual ocupam lugar secundário no currículo escolar, já que não são percebidos como prioridade dentro de uma sociedade moldada por referências masculinas. Segundo relatório do UNICEF, o silêncio sobre a menstruação também é uma forma de discurso, pois a omissão reforça a continuidade dos mitos e estigmas associados ao ciclo menstrual. Quando questionadas sobre a existência de discussões sobre o tema na escola, as participantes relataram que:

Figura 22 – Discussão sobre a temática na escola



Fonte: Produção própria, 2025.

Participante grupo 1: Vocês têm alguma aula específica sobre isso?

Participante grupo 1: Não.

Participante grupo 2: [nome da professora] sempre deu um apoio muito grande pra gente.

Participante grupo 2: Até hoje dá

Participante grupo 2: E [nome do professor] também fala muito bem sobre isso, que ele, tipo, fala muito bem sobre isso.

Participante grupo 3: Não. Nunca falaram.

Pesquisadora: Nunca?

Participante grupo 3: Nunca.

Pesquisadora: Nem teve nada na escola? Nenhuma ação, nem nada que falasse sobre?

Participante grupo 3: Não.

Participante grupo 4: Nada, nunca fizeram palestras, essas coisas não, não foi?

Participante grupo 4: Nunca não.

Falar sobre a menstruação na escola é de suma importância, considerando que as pessoas que menstruam passam grande parte de sua trajetória escolar vivenciando o ciclo menstrual e que todos os fatores já descritos, relacionados à pobreza menstrual, impactam diretamente o desempenho educacional. No que se refere às discussões de gênero, entre 1997 e 2017 estavam em vigor os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), responsáveis pela estruturação dos conhecimentos e sua articulação no contexto escolar. Nesse período, a orientação sexual era considerada um tema transversal que poderia ser desenvolvido ao longo de todo o currículo. Contudo, em 2017 foi aprovada a terceira versão da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que substituiu os PCNs e deixou uma lacuna significativa na abordagem de temáticas de gênero.

A menstruação é tradicionalmente trabalhada nas aulas de Ciências, articulada aos conteúdos de reprodução e sexualidade. Entretanto, com a vigência da versão final da BNCC de 2018, esses temas foram suprimidos e reduzidos à discussão do aparelho reprodutivo feminino. Essa escolha resultou de uma forte onda conservadora que ganhou espaço nas bancadas políticas brasileiras e representa uma reafirmação de valores patriarcais, ao restringir a compreensão sobre corpos menstruantes à função reprodutiva.

Infelizmente, a realidade é que atualmente tem-se pouco conteúdo sobre a menstruação no currículo das escolas brasileiras, há pouca sensibilização e capacitação de professores(as), funcionários(as) e famílias sobre o tema. Muitos(as) jovens relatam ter recebido uma educação sexual muito pontual e tecnocrata na aula de biologia, com conteúdo normativos que tratam a sexualidade como meramente reprodutiva e carente de informações sobre a saúde ou gestão menstrual. Parece haver baixa preparação de professores(as) e funcionários(as) escolares para o acolhimento, a orientação e instrução as meninas e pessoas que menstruam, por vezes, limitando-se a reproduzir preconceitos, desinformação, estigmas, tabus e concepções machistas aprendidos por meio da cultura, o que contribui para a exclusão social de meninas e pessoas que menstruam (UNFPA, 2023, p. 32)

Ainda na pesquisa realizada com professores na região do Vale dos Sinos, a professora entrevistada evidencia que a BNCC é frágil quando estipula que as habilidades desenvolvidas no âmbito da sexualidade se limitem ao sistema reprodutor. Segundo a habilidade que deve ser desenvolvida, esta não aborda em nenhum momento a palavra menstruação e nem mesmo as mudanças ocorridas nos corpos de pessoas que menstruam, gerando e perpetuando as dúvidas, estigmas e tabus (Ledur; Menegotto; Giongo, 2024).

A tratativa sobre a menstruação e a dignidade menstrual não parece fazer parte do cotidiano das pessoas participantes da pesquisa, entretanto, quando evidenciavam a realidade da escola, ficou perceptível que dentro das inúmeras trocas elas sabiam da situação de algumas pessoas em não conseguirem acessar os meios:

Participante grupo 1: E também tem umas pessoas aqui na escola que não tem condição de comprar. Muitas pessoas, ai podia oferecer também.

Dessa forma, quando foi perguntado as participantes sobre a importância da discussão sobre a menstruação, a resposta foi unânime:

Figura 23 – Importância de discussão sobre o tema



Fonte: *Produção própria, 2025.*

Pesquisadora: E até, tipo assim, não só como eu tô fazendo com vocês, né? De, tipo, trazer só com as meninas, mas trazer com os meninos também. Como uma forma deles entenderem o que é que tá acontecendo.

Participante grupo 4: É, tipo assim, eu acho, né? Porque, tipo... Vai vir mais... Mas a gente tem que saber mais sobre isso, né? Tipo, as meninas do

quinto ano, talvez do sexto, que ainda não menstruaram, tem que saber também.

Participante grupo 4: Sim. E vocês acham importante falar sobre isso? Por que, assim, necessariamente? Se vocês pudessem falar por que vocês acham importante trazer a temática.

Participante grupo 4: Tipo assim, a gente sente conforto também, né? Sim. A gente se sente acolhido.

Participante grupo 4: Sim. E realmente seria bom ela saber que se acontecer com ela, elas já ficarem cientes do que tá acontecendo com o corpo dela.

Sobre a realização desses espaços de diálogo sobre a temática, as pessoas participantes destacaram que eles são importantes por possibilitarem a aquisição de conhecimento, sobretudo para as pessoas menstruantes mais jovens e que ainda não iniciaram o ciclo, oferecendo informações adequadas sobre a menstruação e um ambiente seguro para serem ouvidas. Esses espaços também se mostram fundamentais para identificar estigmas e medos ainda presentes, permitindo trabalhá-los de forma gradual e promovendo, inclusive, atividades que envolvam meninos cis.

No que diz respeito à participação de meninos cis, existem experiências exitosas, como o evento de letramento sobre menstruação realizado no Distrito Federal. Inicialmente, os participantes demonstraram vergonha ao serem apresentados ao tema, e os estudantes do sexo masculino também não se sentiram confortáveis. Entretanto, ao longo do processo, passaram a utilizar as rodas de conversa para tirar dúvidas e buscar mais informações, demonstrando a relevância de incluir o público masculino na educação menstrual (Gomes, 2024).

A pobreza menstrual é consequência direta das desigualdades de gênero e, enquanto as necessidades específicas das pessoas que menstruam não forem reconhecidas, não haverá justiça social. Por isso, a discussão sobre pobreza menstrual deve abranger todos os gêneros, como estratégia para desconstruir estigmas e tabus, ampliar o acesso à informação e garantir a equidade de gênero (Ledur; Menegotto; Giongo, 2024).

Esses espaços de diálogo com meninos são fundamentais porque, embora a maior parte das participantes tenha afirmado nunca ter sofrido bullying durante o período menstrual (71,43%), ainda assim relataram ter presenciado diversas situações de constrangimento. Um dos motivos frequentes para a ausência escolar era o medo de vazamentos e de se tornarem alvo de comentários ofensivos. A soma entre a falta de infraestrutura escolar, a insegurança quanto aos meios de contenção e o temor do constrangimento gera elevada carga mental, prejudicando o desempenho escolar.

No contexto escolar analisado, é relevante destacar que, em 2022, por iniciativa de uma professora da instituição, foi realizada uma ação voltada para a dignidade menstrual, com palestras, publicações no Instagram e distribuição de absorventes ao final da atividade. Quando questionadas sobre essa iniciativa, as respostas foram variadas: algumas participantes disseram não ter participado por ainda não menstruarem, enquanto outras que participaram relataram que, à época, ainda não haviam iniciado o ciclo. Como a professora não integra mais o quadro da escola, não foi possível acessar os relatórios dessa experiência.

Participante do grupo 1: Não porque na época só podia vir as meninas que menstruavam.

Participante do grupo 2: Mas teve uma ação aqui mesmo, foi bem legal, a gente discutiu sobre vários tabus. E no final ela até entregou um pacote pra cada

Pesquisadora: E aí, o que é que vocês acharam da iniciativa, de falar sobre isso na escola?

Participante grupo 2: Foi muito legal, só que na época eu não tinha menstruado ainda então ela deu esse apoio, o ensinamento, muito bom. E segundo que a coisa aconteceu, eu.

Participante grupo 2: Já tava com uma base, com uma noção. Eu também não tinha menstruado na época ainda, aí quando eu menstruei, eu falei: nossa, que legal, aconteceu exatamente o que a mulher falou lá na palestra.

Participante grupo 3: Não participei não, mas já estudei aqui já.

Participante grupo 4: Eu me lembro da professora, mas acho que eu não fiz isso, não. Eu não estudava aqui, não.

Mas, dentro dessa receptividade ao tema, a escola também acolheu o projeto de apoio aos cursos de licenciatura da UFPB (PROLICEN), intitulado “*A educação em Direitos Humanos vai à escola: debates sobre gênero, dignidade menstrual e cidadania*”, desenvolvido em 2025. O projeto proporcionou encontros com estudantes do 8º e 9º ano, promovendo oficinas fundamentadas em metodologias ativas destinadas à desmistificação de estigmas e à ressignificação do tabu menstrual.

É importante destacar que a desinformação e o tabu permanecem interligados, retroalimentando o estigma do sangue menstrual como algo sujo e impuro. Nesse sentido, a educação menstrual torna-se essencial — não apenas para pessoas que menstruam, mas para toda a comunidade escolar —, pois a dignidade menstrual e os Direitos Humanos exigem que

todos sejam sujeitos do conhecimento, contribuindo para um ambiente capaz de erradicar práticas de bullying.

Quando Freire (2019) escreve a dedicatória de *Pedagogia do Oprimido*, dirigida aos “esfarrapados do mundo e aos que neles se descobrem e, assim, descobrindo-se, com eles sofrem, mas, sobretudo, lutam”, essa reflexão ilumina o contexto aqui analisado: os “esfarrapados” seriam as pessoas menstruantes que têm seus direitos e oportunidades ceifados por inúmeros obstáculos impostos socialmente, falta de saneamento, ausência de infraestrutura, desconhecimento sobre o corpo, bullying, falta de autonomia no orçamento familiar e altos custos de materiais de higiene. As que persistem e “sobretudo lutam”, muitas vezes o fazem sozinhas, travando batalhas que as impedem de avançar na educação básica, perpetuando ciclos transgeracionais de pobreza, desinformação e desigualdade de gênero.

No que diz respeito às percepções das participantes sobre possíveis mudanças, surgem sugestões que, embora algumas acreditem que não serão ouvidas, constituem importantes perspectivas de futuro e de melhoria do ambiente escolar. Combater a pobreza menstrual é combater a desigualdade de gênero; é promover equidade no acesso a direitos e oportunidades; é permitir que pessoas menstruantes adquiram conhecimento e autonomia sobre seus corpos, rompendo ciclos persistentes de desigualdades.

Participante grupo 1: Eu acho que deveria ter na escola.

Participante grupo 1: Tia, eu acho que o absorvente um item básico de higiene.

Participante grupo 1: Era para ter álcool em gel

Participante grupo 1: Era para ter chuveiro nos banheiros.

Participante grupo 2: Eu acharia legal se deixasse no banheiro, essas coisas que as meninas poderiam pegar por elas mesmas e usarem.

Participante grupo 2: Eu entendo que numa parte que é na quadra pessoal vai querer bagunçar, mas não gostava de deixar aberto ou com algum inspetor assim perto, porque um dia tava na quadra, eu falo aqui porque eu não ligo nisso, né? Eu tava na quadra jogando, meu sutiã simplesmente soltou aí eu fui lá e chamei, a sorte era que o banheiro tava aberto no dia, porque senão ela ia ter que levantar. É, não tá ficando aberto. Aí ela toma a blusa e você entra e volta. E dentro do banheiro. Mas imagina ter que fazer isso fora do banheiro e ficar com muita pena.

Para a garantia de uma efetiva Educação em Direitos Humanos, o primeiro ponto é compreender que o próprio direito à educação é negado às pessoas que menstruam,

especialmente quando não há políticas públicas eficazes ou sua divulgação é insuficiente. É necessário que tais políticas cheguem de fato às comunidades, ampliando sua visibilidade e tornando-se operacionalmente efetivas. Além disso, a educação precisa promover uma revisão crítica das bases conservadoras que se expandiram e provocaram retrocessos significativos. A temática da dignidade menstrual deve ser abordada como instrumento de empoderamento, fortalecimento da autonomia corporal e enfrentamento das desigualdades de gênero — desigualdades essas que tendem a se aprofundar quando o tema é silenciado.

A esse respeito, Yonier Marín e Suzani Cassiani (2021) propõem uma abordagem crítica para o ensino da menstruação, ultrapassando o viés exclusivamente biológico e fomentando discussões sobre relações de poder, justiça social e direitos humanos. Para isso, defendem que a educação sexual rompa com abordagens médico-higienistas, morais, religiosas e conservadoras que historicamente reduziram os debates sobre gênero e sexualidade (Ledur; Menegotto; Giongo, 2024).

Para Freire (2021), a pedagogia crítica tem como premissa formar sujeitos capazes de se apropriar do conhecimento e transformá-lo em instrumento de mudança social. Assim, o acesso a informações sobre os corpos menstruantes torna-se fundamental para construir autonomia e romper com formas de opressão impostas culturalmente.

Dentro da perspectiva emancipatória e decolonial, desmitificar os estigmas menstruais é um passo crucial para ressignificar a compreensão sobre o corpo feminino e o ciclo menstrual, rompendo com o discurso biomédico dominante que o reduz a uma “sangria inútil”. Bell hooks (2018) destaca que o combate às violências de gênero deve envolver toda a sociedade, uma vez que, em uma estrutura patriarcal, as próprias mulheres podem reproduzir preconceitos — especialmente quando desconhecem seus corpos e vivências menstruais.

Nessa direção, pensar uma pedagogia transformadora significa construir uma sala de aula democrática onde todos reconheçam sua responsabilidade na produção coletiva de conhecimento (Hooks, 2017). A prática pedagógica da autora, que articula pedagogias anticoloniais, críticas e feministas, evidencia a potência das abordagens interseccionais para a formação integral. Essa perspectiva dialoga, ainda, com a proposta de educação menstrual emancipadora de Carolina Perez, que compreende o conhecimento sobre o corpo e sobre o ciclo menstrual como instrumentos centrais de empoderamento e justiça social para as pessoas que menstruam.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi apresentado, a presente pesquisa atingiu o objetivo proposto de investigar as violações de direitos das adolescentes que menstruam no contexto escolar. A partir dos dados coletados, percebe-se que os direitos à saúde, ao saneamento, à identidade e à educação são violados, uma vez que a pobreza menstrual é um problema que afeta diversos âmbitos da vida e, no contexto escolar, tem como principal consequência o absenteísmo.

Após o debate construído, mesmo sendo um processo fisiológico do corpo que menstrua, torna-se evidente que menstruar é também um ato político. Assim, o trabalho se ancora em uma abordagem crítica, decolonial e emancipatória, especialmente no que diz respeito à educação em e para os Direitos Humanos. Dessa forma, para a construção de uma sociedade mais equitativa, a educação assume papel central no empoderamento dos sujeitos e na consolidação de práticas mais justas.

Constatou-se que o perfil socioeconômico das participantes acompanha a tendência nacional: em sua maioria, são pessoas que menstruam pretas e pardas, com menor renda familiar e que passam uma parte significativa da vida escolar menstruando. Assim, a discussão sobre pobreza menstrual não pode ser dissociada dos marcadores de raça, classe e, no caso desta pesquisa, faixa etária. A ausência de enfrentamento eficaz à pobreza menstrual — cujo efeito mais direto é o absenteísmo escolar — acaba por retroalimentar ciclos de pobreza e ampliar as desigualdades de gênero.

No que se refere às percepções sobre a menstruação, o sentimento predominante é o da vergonha. O tema é visto como algo íntimo, que deve ser escondido, relacionado ao sujo e ao negativo. Isso faz com que falar sobre o assunto se torne desafiador. Essa vergonha, contudo, não possui um motivo concreto e é transmitida como um silêncio geracional que impede reflexões críticas sobre o processo menstrual.

Percebeu-se que essa vergonha atua como um mecanismo de controle dos corpos: quando um processo natural é considerado vergonhoso e silenciado, suas implicações e necessidades são ignoradas, o que contribui para a manutenção do controle social sobre os corpos que menstruam. A falta de debates, a escassez de pesquisas e a invisibilidade histórica do tema permitiram que inúmeras inverdades continuassem a ser repassadas por gerações. Assim, tabus e estigmas — alguns de origem milenar — permanecem presentes, gerando restrições alimentares, impedimentos a atividades rotineiras, baixa autoestima, prejuízos à saúde emocional e impacto direto no desempenho escolar.

Mesmo entre pessoas que possuem rede de apoio, percebe-se que o conhecimento repassado é fragmentado ou incompleto, reforçando a ideia de que o tema deve permanecer na esfera privada. Esse cenário foi confirmado nas rodas de conversa, que evidenciaram lacunas importantes no conhecimento básico sobre o ciclo menstrual, reforçando a urgência de uma educação sexual efetiva.

Uma das categorias mais marcantes da pesquisa foi o bullying durante o período menstrual. Embora, no questionário, a maioria tenha declarado não ter vivenciado bullying, os relatos das rodas de conversa comprovam que muitas foram alvo ou presenciaram situações de exposição e sofrimento emocional. A literatura científica ainda é incipiente sobre o tema, limitando-se a mencionar provocações, sem apresentar dados que dimensionem a incidência do bullying menstrual no ambiente escolar.

Essas situações contribuem significativamente para o absenteísmo escolar. O medo de ser alvo de comentários ou constrangimentos faz com que muitas estudantes evitem a escola durante o ciclo menstrual, prejudicando seu rendimento. Quando a escola não debate o tema nem cria espaços de acolhimento, acaba reforçando a lógica de silenciamento e se tornando agente passivo diante dessas violências.

Outro ponto importante é o sofrimento psicológico causado pelo medo de vazamentos e pela necessidade constante de vigilância: checar roupas, esconder absorventes, garantir que o sangue não marque. Esse estado de alerta permanente impacta a concentração, gera ansiedade e produz um ambiente escolar pouco seguro para pessoas que menstruam.

Quanto à proteção dos direitos humanos, é importante compreender que a pobreza menstrual ultrapassa os muros da escola e atinge também os lares. No entanto, a escola se torna central nessa discussão porque, devido à faixa etária, as pessoas que menstruam passam muitos anos menstruando dentro da instituição. Quando não há infraestrutura, informação ou acolhimento, o ambiente escolar falha em garantir dignidade. A ausência de debates se agrava pela lacuna na formação docente, o que impacta em episódios relatados pelas participantes, como proibição de ir ao banheiro ou sensação de desamparo diante dos profissionais.

A pesquisa evidenciou que uma educação em e para os Direitos Humanos, que aborde a menstruação com responsabilidade, é essencial para desconstruir visões negativas. Proporcionaria acesso a direitos sexuais e reprodutivos, promoveria cuidados e sanaria dúvidas. Da mesma forma, envolver meninos e meninas é necessário para combater o bullying menstrual e construir práticas escolares mais democráticas. Combatendo a pobreza menstrual, combate-se também a desigualdade de gênero.

Como sugestão para pesquisas futuras, destaca-se a necessidade de aprofundamento sobre o bullying menstrual, dada a escassez de estudos específicos. Também se aponta a urgência de pesquisas que problematizem a formação docente para tratar a temática em sala de aula.

Por fim, combater a pobreza menstrual não pode se limitar à distribuição de absorventes sem promover espaços de diálogo; isso apenas alimenta a lógica do consumo sobre os corpos. O enfrentamento deve estar ancorado na educação em direitos humanos, promovendo autonomia corporal, desconstrução de estigmas, consciência social e crítica às perspectivas hegemônicas que reduzem a sexualidade feminina ao viés reprodutivo. Assim, a formação dos sujeitos se expande além dos muros da escola, transformando a sociedade.

Falar sobre menstruação é, portanto, um ato de resistência. É desestabilizar uma sociedade que historicamente relegou os processos femininos ao segundo plano, associando-os ao impuro e ao oculto. Falar sobre menstruação é reconhecer que ainda existe um longo caminho a ser percorrido e que o tema, por ser multidisciplinar e complexo, exige aprofundamento contínuo para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e comprometida com os direitos humanos.

REFERÊNCIAS

- AKOTIRENE, Carla. “**É fragrante fojado Dôtor Vossa Excelência**”. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2024.
- MEC retira termo "orientação sexual" da Base Curricular”. Agência Brasil, 7 de abril de 2017, <https://agenciabrasil.abc.com.br/educacao/noticia/2017-04/mec-retira-termo-orientacao-sexual-da-versao-final-da-base-curricular>.
- ALMEIDA, Guilherme. Homens trans: novos matizes na aquarela das masculinidades? **Revista Estudos Feministas**, vol. 20, no 2, agosto 2012, p. 513-23. DOI.org (Crossref), <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2012000200012>
- ALVES, Dina. Rés negras, juízes brancos: uma análise da interseccionalidade de gênero, raça e classe na produção da punição em uma prisão paulistana. **CS**, n. 21, p. 97-120, 2017.
- ALVES, José Eustáquio Diniz. e CAVENAGHI, Suzana Marta. “Indicadores de Desigualdade de Gênero no Brasil”. Mediações - **Revista de Ciências Sociais**, vol. 18, no 1, setembro de 2013, p. 83. DOI.org (Crossref). Acesso em: 18 abr.2023
- ANDRADE, Mailô de Menezes Vieira. “Podem os privilegiados escutar?”: provocações dos feminismos marginais à crítica criminológica. **Revista Direito e Práxis**, v. 11, n. 04, p. 2302-2329, 2020.
- ASSAD, Beatriz Flügel. Políticas públicas acerca da pobreza menstrual e sua contribuição para o combate à desigualdade de gênero, **Revista Antinomias**, v. 2, n. 1, p.140-160, 2021.
- AZEVEDO, Alúcio. **O cortiço**. São Paulo: Martin Claret, 2012.
- BAHIA, Letícia. (2021). **Livre para menstruar: pobreza menstrual e a educação de meninas**. São Paulo: Girl Up. Acesso em: 17 abr.2023
- BATISTA, Vera Malaguti. **Introdução crítica à criminologia brasileira**. Rio de Janeiro: Revan, 2023.
- BENEDITC, Ruth. **Cultura e personalidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2015.
- BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- BÍBLIA. Português. **Bíblia Sagrada**. Tradução por Monges de Maredsous. São Paulo: Editora Ave-Maria, Edição Clarertiana, 2000.
- BOFF, Rogers Alexander. et al. Pobreza menstrual e sofrimento social: a banalização da vulnerabilidade social das mulheres no brasil. **Revista de Psicologia, Educação e Cultura**, v. 25, n. 3, p. 133-147, 2021.
- BRANDÃO, Elaine Reis. **Percepção do corpo feminino entre as mulheres de camadas populares**. In. Elaine Reis Brandão (org). Saúde, direitos reprodutivos e cidadania. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2000.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Acesso em: 18 abr.2023

BRÊTAS, José Roberto Da Silva. et al. **Significado da menarca segundo adolescentes**. Acta Paulista de Enfermagem, vol. 25, no 2, 2012, p. 249–55. DOI.org (Crossref). Acesso em: 15 abr.2023

BUTLER, Judith. **Discurso de ódio: uma política do performativo**. São Paulo: Editora Unesp Digital, 2021.

BUTLER, Judith. Inversões sexuais. **Poder, normalização e violência: incursões foucaultianas para a atualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, p. 91-108, 2008.

CÂNDIDO, Ana Carolina Davanso de Oliveira; SALIBA, Maurício Gonçalves. Interseccionalidade e a dignidade menstrual: um diálogo fundamental no combate às desigualdades. **Direitos Sociais e Políticas Públicas**, v. 10, n. 3, p. 1-26, 2022.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdades no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CARRARA, Sérgio; VIANNA, Adriana. Os direitos sexuais e reprodutivos no Brasil a partir

CARVALHO, Anna Karoline Cavalcante. Educação em Direitos Humanos: gênero na escola. **Revista de Direitos Humanos e Desenvolvimento Social**, vol. 4, dezembro de 2023. DOI.org (Crossref), <https://doi.org/10.24220/2675-9160v4e2023a8914>.

CASTAÑON, Joana. “Mulher, você não precisa disso”: discursos em embate sobre a pílula ea supressão da menstruação. **Sexualidad, Salud y Sociedad** (Rio de Janeiro), n. 39, p. e22203, 2023.

CERQUEIRA, Daniel Ricardo de Castro (Coordenador), *et al.* **Atlas da violência 2024**. junho de 2024. repositorio.ipea.gov.br.

CIROTTEAU, Thomas, *et al.* **Lady Sapiens: como as mulheres inventaram o mundo**. São Paulo: Buzz Editora, 2024.

CONECTA DIREITOS HUMANOS. **Grades invisíveis: A violência de Estado contra familiares e visitante de pessoas presas**. 2024. **Contemporânea**, v. 3, n. 9, p. 15571-15594, 2023.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista estudos feministas**, v. 10, p. 171-188, 2002. da “Constituição Cidadã”. **A Constituição de**, p. 334-359, 1988.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DE AZEVEDO BUSSINGUER, Elda Coelho. SALVADOR, Raíssa Lima. O impacto da pobreza menstrual e da desinformação na dignidade da pessoa humana e no direito à saúde das mulheres no Brasil. **Revista de Gênero, Sexualidade e Direito**, v. 8, n. 1, p. 49-64, 2022.

DE FRANCO, Clarissa, e FILHO, Eduardo Meinberg De Albuquerque Maranhão. Um estado ‘terrivelmente cristão’ e privatizador: a opressão à educação em direitos humanos no governo Bolsonaro. **Estudos Teológicos**, vol. 60, no 1, junho de 2020, p. 134. DOI.org (Crossref),

<https://doi.org/10.22351/et.v60i1.3909>.

DIAMANT, Anita. **A tenda vermelha**. Rio de Janeiro: Verus, 2018.

DORA, Denise Dourado. **No fio da navalha**. In: Direitos Humanos, ética e direitos reprodutivos. Denise Dourado Rocha e Domingos Dresch da Silveira (orgs). Porto Alegre: Themis – Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero, 1998.

EISLER, Riane. **O cálice e a espada**. Nosso passado. Nosso futuro. São Paulo: Palas Athena, 2007.

em: 15 abr.2023

ESTÉS, Clarissa Pinkola. **As mulheres que correm com os lobos: mitos e histórias do arquétipo da mulher selvagem**. Rio de Janeiro: Rocco, 2018.

EXPRESSO. “Chhaupadi, um ritual proibido que continua a matar no Nepal”. Expresso, 10 de dezembro de 2019, <https://expresso.pt/internacional/2019-12-10-Chhaupadi-um-ritual-proibido-que-continua-a-matar-no-Nepal>.

FAULHABER, Priscila. O ritual e seus duplos: fronteira, ritual e papel das máscaras na festa da moça nova tícuna. **Boletín de Antropología Universidad de Antioquia**, v. 21, n. 38, p. 86-103, 2007.

FÁVERI, Marlene, e Verson, Ana Maria Marcon. **Entre vergonhas e silêncios, o corpo segregado. Práticas e representações que mulheres produzem na experiência da menstruação**. Anos 90, vol. 14, no 25, julho de 2007, p. 65–97. DOI.org (Crossref), <https://doi.org/10.22456/1983-201X.5403>.

FERRARI, Ana Clara. **Mar Vermelho: Por que menstruar na escola ainda é um pesadelo para as jovens?** Partido dos Trabalhadores, 2021.

FERREIRA, Francine Silva Rodrigues, et al. Repercussões da pobreza menstrual para as mulheres e pessoas que menstruam: revisão integrativa. **Revista Baiana de Enfermagem**, vol. 37, 2023. DOI.org (Crossref), <https://doi.org/10.18471/rbe.v37.52708>.

FIORETTI, Bia. **Os segredos de Alice no país das maravilhas: uma viagem através do corpo feminino, hormônios, menstruação e autoconhecimento**. 1º ed. São Paulo: Senac, 2021.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FREIRE, Paulo. **Direitos Humanos e educação libertadora: gestão democrática da educação pública na cidade de São Paulo**. 4º. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

GADELHA, Ester; FONTELES FILHO, José Mendes. O combate à pobreza menstrual como instrumento de incentivo à permanência nas escolas brasileiras. **Teceres: Revista da AINPGP**, vol. 3, no 1, julho de 2024.

GARCIA, Carla Cristina. **Uma breve história do feminismo**. São Paulo: Claridade, 2011.

GIRARD, René. **A violência e o sagrado**. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1990.

GATO, Maria Eduarda Alves et al. POBREZA MENSTRUAL DE JOVENS ESTUDANTES EM UM MUNICÍPIO DO BAIXO AMAZONAS, AMAZÔNIA, BRASIL. **Revista**

GOELLNE, Silvana Vilodre. **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação.** LOURO, Guacira Lopes, et al (orgs). Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

GOELLNE, Silvana Vilodre. **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação.** LOURO, Guacira Lopes, et al (orgs). Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

GOMES, Juliana Cesario Alvim. Direitos sexuais e reprodutivos ou direitos sexuais e direitos reprodutivos? Dilemas e contradições nos marcos normativos nacionais e

GOMES, Maria Carmen Aires. MEInstruaAÇÃO: eventos de letramento sobre menstruação, meio ambiente e ciência em escolas do DF. **Participação**, v. 1, n. 42, p. 139-153, 2024.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos.** Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GOUGES, Olympe. **Avante mulheres!** Declaração dos direitos da mulher e da cidadã e outros textos. São Paulo: Edipro, 2020.

GOVERNO FEDERAL. Programa dignidade menstrual: um ciclo de respeito, 2024. Cartilha. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/cartilhas/2024/dignidademenstrual>.

HAZARD, Leah. **Útero: a história íntima de onde tudo começou.** São Paulo: Planeta Brasil, 2023.

HOOKS, Bell. **E eu não sou uma mulher? Mulheres negras e feminismo.** Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2022.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade.** 1º. Ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

HUNT, Lynn. **A invenção dos Direitos Humanos.** 1º ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

INOVASOCIAL. **SEMPRE LIVRE lança pesquisa global sobre menstruação.** InovaSocial, 28 de maio de 2018. Acesso em: 18 abr.2023

JESUS, Carolina Maria. **O quarto de despejo.** São Paulo: Ática, 2020.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação.** Episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LEDUR, Taísi Corrêa da Silva; MENEGOTTO, Lisiane Machado de Oliveira; GIONGO, Carmem Regina. pobreza menstrual e desigualdade de gênero: o olhar de professoras e professores de escolas públicas. **Diversidade e Educação**, v. 12, n. 2, p. 443-466, 2024.

LEMBO, Victoria Maria Ribeiro et al. Revisão sobre características de meninos e meninas que praticam bullying escolar. **Revista Psicologia: Teoria e Prática**, v. 25, n. 3, p. ePTPPE15019-ePTPPE15019, 2023.

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado: uma história da opressão das mulheres pelos homens.** São Paulo: Cultrix, 2019.

LIMA, Ana Isabel Sodré, et al. “Pobreza menstrual entre adolescentes de uma escola estadual em Rio Verde – Goiás”. **Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento**, vol. 12, n.º 5 , maio de 2023, p. e15112541629. DOI.org (Crossref) <https://doi.org/10.33448/rsd-v12i5.41629>.

LOMBROSO, Cesare. **A mulher delinquente**. A prostituta e a mulher normal. Santa Catarina: Clube dos Autores, 2022.

MALINOWSKI, Bronislaw. **A vida sexual dos selvagens**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1982.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico Ocidental**: um relato de empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia. São Paulo: Abril Cultural, 1978

MANICA, Daniela Tonelli. A desnaturalização da menstruação: hormônios contraceptivos e tecnociência. **Horizontes antropológicos**, v. 17, p. 197-226, 2011.

MANZANO, Maria Clara Arruda; DI STEFANO FILHO, Mario; CASALINO, Vinicius Gomes. Desigualdade de gênero como política tributária indutora no Brasil: a ineficiência de quebra de paradigma das propostas de reforma tributária. **Revista da Faculdade de Direito da UFRGS**, n. 55, p. 157-181, 2024.

MARÍN, Yonier Alexander Orozco; CASSIANI, Suzani. Como seria o mundo se os homens cisgêneros também menstruassem? Outras abordagens sobre a menstruação no ensino de ciências e biologia. **Bagoas-Estudos gays: gêneros e sexualidades**, v. 14, n. 22, 2021.

MARQUES, Vera Regina Beltrão. **A medicalização da raça**: médicos, educadores e discurso eugênico. São Paulo: Editora Unicamp, 1994.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: N-1 edições, 2018.

MEC retira termo "orientação sexual" da Base Curricular". Agência Brasil, 7 de abril de 2017, <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2017-04/mec-retira-termo-orientacao-sexual-da-versao-final-da-base-curricular>.

MENDONÇA, Erasto Fortes. A educação em direitos humanos como política pública no Brasil. **Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos**, vol. 9, no 2, dezembro de 2021, p. 19–33. www2.faac.unesp.br, <https://doi.org/10.5016/ridh.v9i2.96>.

MILL, John Stuart. **A sujeição das mulheres**. São Paulo: Lafonte, 2019.

MISKOLCI, Richard. **Teoria queer**: um aprendizado pelas diferenças. 1º. Ed. Belo Horizonte: Autentica Editora, 2012.

MOTTA, Maria Carolina Carvalho.; DA ROCHA BRITO, Mariana Alves Peixoto. Pobreza menstrual e a tributação dos absorventes. **Confluências Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito**, v. 24, n. 1, p. 33-54, 2022.

MUNIZ, Brenda Leticia de Paula; OLIVEIRA JÚNIOR, Geraldo Magela. Pobreza menstrual no contexto escolar: uma discussão a partir de estudantes do Ensino Fundamental 2. **Boletim Alfenense de Geografia**. Alfenas. v.3, n.6, p. 224 -240 , 2023.

NALEBUFF, Rachel Kauder. **Meu livrinho vermelho**. 1º ed. Rio de Janeiro: Editora Galera Record, 2012.

NERIO, Valéria Romão Pasqualini; BARRETO, Gabriela Lima; OLIVEIRA, Maristela Eduardo Félix. Promovendo a dignidade menstrual: o papel do Poder Judiciário na garantia dos direitos das mulheres encarceradas no Brasil. **Revista CNJ**, Brasília, v. 8, n. 1, p. 65–78, 2024.

NERIS, Brenda Borba Santos. Políticas fiscais e desigualdade de gênero: análise da tributação incidente nos absorventes femininos. Natal: **Revista de Filosofia do Direito, do Estado e da Sociedade (FIDES)**, v. 11, n. 2, 2020.

NOGUEIRA, Geórgia Maria Euzébio. **A inconstitucionalidade da tese da legítima defesa da honra**. 2022.

OWUSU, Jo-ann. **Menstruation and the Holocaust**: Periods are a fact of life, but little talked about. *History Today*, 2019.

PEREZ, Caroline Criado. **Mulheres invisíveis**. O viés dos dados em um mundo projetado para homens. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2022.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história**. Operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017).

PERROT, Michelle. **Os silêncios do corpo da mulher**. In: MATOS, Maria Izilda Santos de SOIHET, Rachel (orgs.). *Corpo feminino em debate*. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

PETROLINI, Carol. **A lua de Alice**: uma história sobre a primeira menstruação e os ciclos femininos. 1º ed. São Paulo: Cortez Editora, 2020.

PL5474/2019. Portal da Câmara dos Deputados, <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2224730>.

Portal da Câmara dos Deputados. Disponível em: <<
<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2431699> .
Acesso em: 15 nov. 2024.

Portal da Câmara dos Deputados.
<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2345734> .
Acesso em 15 de novembro de 2024.

PRADO, Isabel Cristina De Almeida. Políticas Públicas sobre a Saúde Menstrual no Brasil: Olhares pelas Lentes dos Movimentos Sociais da Menstruação. *Mediações - Revista de Ciências Sociais*, março de 2024, p. 1–17. DOI.org (Crossref), <https://doi.org/10.5433/2176-6665.2024v29n1e49150>.

PRECIADO, Paul. B. *Texto Junkie: sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica*. São Paulo: n-1 edições, 2018.

QUEIROZ, Nana. **Presos que menstruam**: a brutal vida das mulheres tratadas como homens nas prisões brasileiras. Rio de Janeiro: Record, 2015.

RABAY, Glória; SILVA; Lucimeiry Batista. **Educação em Direitos Humanos, Gênero e diversidade sexual**. In. Diversidade e cidadania. A educação em Direitos Humanos na escola. Alexandre Antônio Gíli Náder, Lúcia de Fátima Guerra Ferreira, Marlene Helena de Oliveira França (Orgs.) – João Pessoa: CCTA, 2018.

RATTI, Claudia Ramos. et al. **O Tabu da Menstruação Reforçado pelas Propagandas de Absorvente**. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, Rio de Janeiro, 2015. Acesso em: 18 abr.2023

REYES, Gabriela Bieger, et al. Reflexões sobre a pobreza menstrual de estudantes na educação básica brasileira. **Revista Ambivalências**, vol. 11, n ° 21, novembro de 2023, p. 40–60. DOI.org (Crossref) , <https://doi.org/10.21665/2318-3888.v11n21p40-60>.

REZZUTTI, Paulo. **Mulheres do Brasil**. A história não contada. Rio de Janeiro: LeYa, 2018.

RIAL, Carmen. Guerra de imagens e imagens da guerra: estupro e sacrifício na Guerra do Iraque. **Revista Estudos Feministas**, vol. 15, n° 1, abril de 2007, p. 131–51. DOI.org (Crossref), <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2007000100009>

RICOER, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. 1° ed. São Paulo: Editora da Unicamp, 2008.

ROCHA, Isabella Coelho. et al. **Pobreza menstrual no mundo: uma revisão de literatura**. Brazilian Journal of Development, Curitiba, v. 8, n.2, p. 10704-10714, 2022.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SANTOS, Milton. **Pobreza urbana**. 3° ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

SARDENBERG. Cecília Maria Bacellar. Das sangrias, tabus e poderes: a menstruação numa perspectiva sócio-antropológica. **Estudos feministas**, p. 314-344, 1994.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira**. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

Shearston, Jenni A., et al. **Tampons as a Source of Exposure to Metal(Loid)s**. Environment International, vol. 190, agosto de 2024, p. 108849. DOI.org (Crossref), <https://doi.org/10.1016/j.envint.2024.108849>.

SILVA, Natália Santos Barbosa Da, et al. Impacto da dismenorreia em adolescentes escolares. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, no 49, junho de 2020, p. e3308. DOI.org (Crossref).

SOUSA, Mariana Lima De, e José Airton Rolim Neto. **Uso e descarte de absorventes plásticos e a pobreza menstrual**. Anais do I Congresso Nacional On-line de Integração em Saúde e Meio Ambiente, Editora Integrar, 2023. DOI.org (Crossref)

<https://doi.org/10.51189/consamei/15745>.

SOUZA, Luciana Karine de. **Pesquisa com análise qualitativa de dados: conhecendo a Análise Temática**. Arq. bras. psicol. [online]. 2019, vol.71, n.2, pp.51-67.

SOUZA, Luciana Karine. Pesquisa com análise qualitativa de dados: conhecendo a Análise Temática

STONE, Merlin. **Quando Deus era mulher**. São Paulo: Goya, 2022.

STROMQUIST, Liv. **A origem do mundo: uma história cultural da vagina ou a vulva vs. O patriarcado**. 1º ed. São Paulo: Quadrinhos na cia, 2018.

TOLESANO, Érika. **Não estou de TPM: Como séculos de regras transformaram a menstruação em tensão**. São Paulo: Vidaria Livros, 2023.

UNFPA, Fundo de População das Nações Unidas, & UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância. (2021). **Pobreza Menstrual no Brasil: desigualdade e violações de direitos**. Acesso em: 18 abr.2023

VIANNA, Adriana. **Direitos e políticas sexuais no Brasil: mapeamento e Diagnóstico**. Rio de Janeiro: CEPESC, 2004.

WACQUANT, Loic. **Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos**. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

WOLF, Naomi. **O mito de beleza: como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres**. 6º ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

WOLLSTONECRAFT, Mary. **Reivindicação dos Direitos da Mulher**. São Paulo: Lafonte, 2021.

APÊNDICE I – QUESTIONÁRIO



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA E
POLÍTICAS PÚBLICAS

QUESTIONÁRIO

O referido questionário tem como objetivo, buscar informações acerca da violações de Direitos Humanos decorrente da precariedade menstrual no contexto escolar, elemento necessário da pesquisa para obtenção do título de mestra em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas, no âmbito do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, da Universidade Federal da Paraíba, localizada no Município João Pessoa -PB. Desde já, agradeço a participação de cada pessoa que se dispuser a participar da pesquisa.

Questionário Sociodemográfico:

Idade: _____

Série: () 6º ano () 7º ano () 8º ano () 9º ano

Raça: () Amarela () Branca () Indígena () Preta () Parda ()

Com qual gênero você se identifica: () Cisgênero () Transgênero () Não Binário

Bairro que reside: _____

Renda familiar:

() Não sei responder

() Até R\$ 759

() Entre R\$ 759 e R\$ 1.518

() Entre R\$ 1.518 a R\$ 3.036

() Entre R\$ 3.036 a R\$ 4.554

() Acima de R\$ 4.554

1 - Você sabe o que é pobreza menstrual?

sim não

2 - Pobreza menstrual é a falta de acesso a itens de higiene básicos, como por exemplo, absorventes. Você já passou pela falta de alguns desses itens na sua residência?

- Água encanada
- Disponibilidade de sabonete
- Esgotamento sanitário
- Disponibilidade de papel higiênico
- Absorventes
- Privacidade para fazer as trocas do absorvente

3 - Você costuma faltar à escola no período menstrual?

sim não

4 - Se sim, quantos dias?

- de 1 a 2 dias de 2 a 3 dias
- de 4 a 5 dias mais de 5 dias

5 - Se a resposta foi sim para essa última questão, você acha que acaba ficando atrasada no conteúdo em relação aos meninos?

sim não

6 - A escola oferece os itens abaixo para auxiliar você no período menstrual:

- Banheiros limpos
- Disponibilidade de água encanada
- Espaço para tomar banho, caso necessário
- Disponibilidade de papel higiênico
- Disponibilidade de pia

Disponibilidade de sabonete

Privacidade dos banheiros

Oferta de absorvente

7 - Você já sofreu algum tipo de bullying por estar no período menstrual?

sim não

8 - Você acha difícil falar sobre o período menstrual com outras pessoas, sente que esse assunto ainda é um tabu?

sim não

9 - Você tem conhecimento do Programa de Distribuição gratuita de absorventes?

sim não

10 - Você faz retirada de absorventes pelo Programa do Governo que distribui esse item?

sim não

11 - Sua escola discute sobre a menstruação nas salas de aulas ou por meio de palestras e eventos?

sim não

12 - Você acha importante discutir sobre menstruação? Esse tema deveria ser falado na escola?

sim não

13 - Se você pudesse descrever a menstruação em uma frase ou uma palavra, o que você escreveria?

ANEXO I – PARECER CONSUBSTANCIADO

CENTRO DE CIÊNCIAS DA
SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA -
CCS/UFPB



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: VIOLABILIDADE DE DIREITOS HUMANOS DECORRENTES DA POBREZA MENSTRUAL NO COTIDIANO DE ADOLESCENTES DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JOÃO PESSOA.

Pesquisador: Mariana Lima de Sousa

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 88083125.0.0000.5188

Instituição Proponente: Programa de Pós Graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 7.599.124

Apresentação do Projeto:

A pobreza menstrual, termo cunhado em 2014 pela Organização das Nações Unidas, diz respeito a falta de acesso a itens de higiene menstrual, água encanada, saneamento básico, medicamentos, assim como a falta de conhecimento acerca do próprio corpo, que somado a indisponibilidade de itens de contenção de fluxo faz com as pessoas que menstruam usem de meio alternativos para conter a menstruação, como meias, jornais, trapos e até miolo de pão, podendo gerar infecções no trato urinário e até a morte. A pobreza menstrual afeta meninas, mulheres, homens trans e pessoas não binárias e que devido a construção do tema ser envolvido de tabus, existe uma escassez de dados e de debates sobre o tema que tem como maior impacto o absenteísmo escolar o que prejudica intensamente a trajetória escolar das pessoas que menstruam. Esta pesquisa tem como objetivo observar as violabilidades de direitos humanos decorrentes da pobreza menstrual no âmbito educacional no município de João Pessoa com alunas do 6º, 7º, 8º e 9º ano. A pesquisa tem como método escolhido o dedutivo, trata-se de uma pesquisa de campo, é qualitativa, de caráter exploratório, e sua posterior análise de conteúdo, será feita por meio da análise temática.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Endereço: Campus I / Prédio do CCS UFPB - 1º Andar

Bairro: Cidade Universitária

CEP: 58.051-900

UF: PB

Município: JOAO PESSOA

Telefone: (83)3216-7791

Fax: (83)3216-7791

E-mail: comitedeetica@ccs.ufpb.br

CENTRO DE CIÊNCIAS DA
SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA -
CCS/UFPB



Continuação do Parecer: 7.599.124

Investigar a violação de direitos humanos das adolescentes que faltam no período menstrual.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Analisa os riscos potenciais aos participantes e as medidas de mitigação, além de destacar os benefícios esperados da pesquisa.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa apresentada está em conformidade com as resoluções do Conselho Nacional de Saúde (CNS), garantindo que todos os princípios éticos e regulamentares foram rigorosamente observados. Especificamente, a pesquisa cumpre as diretrizes estabelecidas pela Resolução CNS nº 466/2012 e a LEI Nº 14.874, de 28 de maio de 2024, que aborda as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos, e outras resoluções pertinentes.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Além disso, a documentação fornecida está completa e bem estruturada, contemplando todos os elementos essenciais para uma análise ética abrangente por parte deste comitê. Os documentos incluem:

1. Protocolo de Pesquisa: Detalha os objetivos, metodologia, riscos e benefícios potenciais, garantindo transparência e clareza.
2. Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE): Redigido de forma acessível, garantindo que todos os participantes possam compreender plenamente os detalhes do estudo e dar seu consentimento de forma informada.
3. Aprovações Anteriores: Inclui pareceres favoráveis do departamento e centro, demonstrando um histórico de conformidade ética.
4. Currículo dos Pesquisadores: Apresenta a qualificação e experiência dos membros da equipe de pesquisa, assegurando sua capacidade de conduzir o estudo de maneira ética e competente.
5. Planejamento de Gestão de Dados: Descreve como os dados serão coletados, armazenados, analisados e protegidos, garantindo a privacidade e confidencialidade dos participantes.

Esses documentos fornecem uma base sólida para a análise ética, permitindo que este comitê avalie a pesquisa de forma completa e criteriosa. A organização e a integridade das informações apresentadas refletem o compromisso dos pesquisadores com a condução responsável e ética da pesquisa, respeitando os direitos e a dignidade dos participantes.

Endereço: Campus I / Prédio do CCS UFPB - 1º Andar
Bairro: Cidade Universitária **CEP:** 58.051-900
UF: PB **Município:** JOAO PESSOA
Telefone: (83)3216-7791 **Fax:** (83)3216-7791 **E-mail:** comitedeetica@ccs.ufpb.br

**CENTRO DE CIÊNCIAS DA
SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA -
CCS/UFPB**



Continuação do Parecer: 7.599.124

Recomendações:

Não há.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Portanto, considerando que todas as normas e diretrizes pertinentes foram seguidas e que a documentação está adequada para a análise, esta pesquisa se encontra apta para ser APROVADA por este comitê de ética.

Considerações Finais a critério do CEP:

Certifico que o Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba e CEP/CCS aprovou a execução do referido projeto de pesquisa. Outrossim, informo que a autorização para posterior publicação fica condicionada à submissão do Relatório Final na Plataforma Brasil, via Notificação, para fins de apreciação e aprovação por este egrégio Comitê.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

| Tipo Documento | Arquivo | Postagem | Autor | Situação |
|---|--|------------------------|-----------------------|----------|
| Informações Básicas do Projeto | PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2533940.pdf | 20/04/2025 21:18:55 | | Aceito |
| Folha de Rosto | folhaDerosto_Mariana_Lima_assinado_.pdf | 20/04/2025 21:18:06 | Mariana Lima de Sousa | Aceito |
| Outros | termo_prorrogacao.PDF | 11/04/2025 13:06:57 | Mariana Lima de Sousa | Aceito |
| Declaração de concordância | carta_de_anuencia_escola.pdf | 11/04/2025 13:06:29 | Mariana Lima de Sousa | Aceito |
| Orçamento | Orcamento.pdf | 11/04/2025 13:04:43 | Mariana Lima de Sousa | Aceito |
| Projeto Detalhado / Brochura Investigador | mariana_projeto.docx | 11/04/2025 13:03:26 | Mariana Lima de Sousa | Aceito |
| TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência | TERMO_DE_ASSENTIMENTO_LIVRE_E_ESCLARECIDO.pdf | 11/04/2025 13:03:12 | Mariana Lima de Sousa | Aceito |
| TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência | TERMO_DE_CONSENTIMENTO_LIVRE_E_ESCLARECIDO.pdf | 11/04/2025 13:03:03 | Mariana Lima de Sousa | Aceito |
| Cronograma | CRONOGRAMA.pdf | 11/04/2025 13:00:48 | Mariana Lima de Sousa | Aceito |

Endereço: Campus I / Prédio do CCS UFPB - 1º Andar
Bairro: Cidade Universitária **CEP:** 58.051-900
UF: PB **Município:** JOAO PESSOA
Telefone: (83)3216-7791 **Fax:** (83)3216-7791 **E-mail:** comitedeetica@ccs.ufpb.br

CENTRO DE CIÊNCIAS DA
SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA -
CCS/UFPB



Continuação do Parecer: 7.599.124

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

JOAO PESSOA, 28 de Maio de 2025

Assinado por:

**Eliane Marques Duarte de Sousa
(Coordenador(a))**

Endereço: Campus I / Prédio do CCS UFPB - 1º Andar

Bairro: Cidade Universitária **CEP:** 58.051-900

UF: PB **Município:** JOAO PESSOA

Telefone: (83)3216-7791 **Fax:** (83)3216-7791 **E-mail:** comitedeetica@ccs.ufpb.br